

Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ
Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio
Cultural das Ciências e da Saúde

ADRIANA COIMBRA BUIN LINS

REFLEXÕES SOBRE UM ACERVO DOCUMENTAL (1926-1954)
CUSTODIADO PELA ENSP:
UMA DOCUMENTAÇÃO “FORA DE LUGAR”?

Rio de Janeiro
2021

ADRIANA COIMBRA BUIN LINS

**REFLEXÕES SOBRE UM ACERVO DOCUMENTAL (1926-1954)
CUSTODIADO PELA ENSP:
UMA DOCUMENTAÇÃO “FORA DE LUGAR”?**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Quillet Heymann

Rio de Janeiro
2021

ADRIANA COIMBRA BUIN LINS

**REFLEXÕES SOBRE UM ACERVO DOCUMENTAL (1926-1954)
CUSTODIADO PELA ENSP:
UMA DOCUMENTAÇÃO “FORA DE LUGAR”?**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Luciana Quillet Heymann (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz) – Orientadora

Prof.^a Dr.^a Aline Lopes de Lacerda (Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz)

Prof. Dr. João Marcus Figueiredo Assis (Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro)

Ficha Catalográfica

L759r Lins, Adriana Coimbra Buin.

Reflexões sobre um acervo documental (1926-1954) custodiado pela ENSP:
uma documentação “fora de lugar”? / Adriana Coimbra Buin Lins; orientada por Luciana
Quillet Heymann. – Rio de Janeiro: s.n., 2021.
132 f.

Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da
Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2021.
Bibliografia: 92-100f.

1. Arquivos. 2. Educação em Saúde. 3. Documentos Arquivísticos. 4. História do Século
XX. 5. Brasil.

CDD 026

Aos profissionais que produzem e/ou recebem documentos relacionados às atividades educacionais.

A todos e todas que se interessem por reflexões sobre *Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde*.

AGRADECIMENTOS

Ao que dá sentido à minha vida, Deus!

À minha filha Kiana Coimbra Buin Lins e ao meu filho Vinicius Coimbra Buin Lins, por me permitirem exercer o dom da maternidade e me incentivarem a estudar.

Ao meu marido Kimio Lins da Silva, pela parceria que já passa de 30 anos – destes, 25 de casados, comemorados neste ano.

Aos meus pais, Ivo da Silveira Buin e Andreлина Maria Coimbra da Silveira Buin, por terem me dado muitos “peixes”, mas também o segredo da pescaria.

À minha orientadora, prof.^a Luciana Quillet Heymann, por ter me ensinado, com seu exemplo, a dar valor e a ter amor pela vida acadêmica.

Aos membros da banca de qualificação, prof.^a Aline Lopes de Lacerda e prof. João Marcus Figueiredo Assis que, em meio à pandemia, dispuseram-se a participar e acreditaram no meu projeto.

Às minhas amigas Patrícia Kelly dos Santos, Susi Franco Moutinho, Maria das Mercês Navarro Vasconcellos e Aline Camargo Torres, por dividirem comigo tanto conhecimento.

À vice-diretora de Ensino da ENSP, prof.^a Lucia Dupret e ao coordenador de cursos de *lato sensu*, prof. Rafael Arouca, pela confiança e respeito.

Aos coordenadores, docentes e discentes do Programa de Pós-Graduação em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz, por compartilharem momentos de aprendizado sobre temáticas tão agregadoras ao meu objeto de estudo.

À equipe de secretaria acadêmica da COC, pelo cuidado com os processos, os registros e os atores do ensino.

À Nathacha Reis e à equipe do Departamento de Arquivo e Documentação da COC, pela dedicação aos arquivos e aos seus usuários.

A todos que torceram e colaboraram para que eu obtivesse mais esta conquista acadêmica, profissional e pessoal.

“Foi o tempo que perdeste com tua rosa que fez tua rosa tão importante.”
(*SAINT-EXUPÉRY, 2009: 53*)

RESUMO

Com foco em discussões sobre arquivos resultantes de atividades educacionais, a pesquisa buscou delinear a história arquivística de documentos produzidos em função de cursos datados de 1926 a 1954, preservados na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP). Trata-se de um conjunto de documentos gerados majoritariamente antes da criação da Escola – instituída pela Lei n. 2.312, de 1954 –, registrando, portanto, atividades de instituições que a antecederam no âmbito do ensino em saúde pública. A partir de um levantamento quantitativo e qualitativo do conjunto documental, foram mapeados os contextos históricos e institucionais em que circularam tais documentos. Buscamos levantar hipóteses para a entrada da documentação na ENSP e discutir, em articulação com teorias e conceitos do campo arquivístico, o seu pertencimento à Escola. Essa documentação aparentemente “fora de lugar” foi investigada com o objetivo de ampliar o potencial dos arquivos da ENSP como fontes para a produção e a socialização de conhecimentos acerca da história da instituição e do ensino em saúde. O estudo deste caso oferece subsídios para a problematização da gestão e do processamento técnico de documentos produzidos em função de atividades ligadas ao ensino, ressaltando o valor dos “arquivos escolares” para além de seu atributo probatório, ou seja, também como fontes para pesquisas sobre a trajetória de profissionais e sobre a história da educação e das instituições.

Palavras-chave: história; documento escolar; arquivo escolar; Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP); ensino em saúde.

ABSTRACT

Focusing on discussions of documents that resulted from educational activities, the research sought to delineate the archival history of documents produced as a function of courses dating from 1926 to 1954, preserved at the Sergio Arouca National School of Public Health (ENSP). This is a set of documents generated majorly before the creation of the School - established by law No. 2,312 of 1954 - recording, therefore, activities of institutions that preceded it in the scope of public health education. From a quantitative and qualitative survey of the documentary set, the historical and institutional contexts in which such documents circulated were mapped. It was sought to raise hypotheses for the entry of documentation at ENSP and discuss, in conjunction with theories and concepts of the archival field, its belonging to the School. This documentation that is apparently "out of place" was investigated with the objective of expanding the potential of ENSP documents as sources for the production and socialization of knowledge about the history of the institution and health education. The study of this case offers subsidies for the problematization of the management and technical processing of files produced due to activities related to teaching, emphasizing the value of "school archives" beyond their evidential attribute, that is, also as sources for research on the trajectory of professionals and on the history of education and institutions.

Keywords: history; school document; school archive; Sergio Arouca National School of Public Health (ENSP); health education.

SUMÁRIO

Introdução.....	1
Capítulo 1 – A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca e o ensino em saúde: uma abordagem histórica.....	8
1.1 - Antecedentes históricos à ENSP.....	9
1.2 - ENSP: história administrativa e atividades.....	19
1.3 - A trajetória do ensino em saúde: cursos e personagens.....	25
Capítulo 2 – Documentos anteriores à criação da Escola.....	35
2.1 - Identificação dos documentos e reflexões sobre arquivos.....	37
2.2 - Trajetória da documentação na ENSP.....	45
2.3 - Tratamentos e usos da documentação.....	55
Capítulo 3 – O lugar dos documentos “do ensino” na estrutura da ENSP.....	63
3.1 - Arquivos especializados: principais denominações associadas à ENSP.....	64
3.2 - Estrutura administrativa e fluxo documental na ENSP.....	67
3.3 - Diretrizes para gestão e tratamento da documentação.....	72
Considerações finais.....	79
Referências.....	83
Anexos.....	100

Introdução

O professor Vitor Manoel Marques da Fonseca, na palestra “Imigração Italiana: bastidores da pesquisa, arquivos e documentos” (2018), apresentou uma analogia para o termo “bastidores”, sugerindo referir-se a questões que “precisam ser preparadas antes” e que não são tão “visíveis”. Na exposição, o professor esclareceu que, quando se faz pesquisa em arquivo, é fundamental saber onde se pretende chegar, além de conhecer certos limites para que se possa “aproveitar de toda a riqueza informativa”¹.

Buscando dar visibilidade aos “bastidores” desta pesquisa, convém mencionar minha vinculação profissional à Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP), onde ingressei por concurso público em 2008, assumindo o cargo de analista de gestão em saúde pública/perfil gestão de ensino. Graduada em pedagogia, tive, a partir de então, a oportunidade de conjugar meu interesse pela educação ao que, para mim, configurava-se como um novo campo de atuação – os arquivos –, tomando contato também com a história da educação em saúde no Brasil. Naquele momento, como funcionária do Serviço de Gestão Acadêmica (SECA) da ENSP, fui designada para a tarefa de localizar documentos que fizessem referência à origem da Escola, em 1954, visando ao seu credenciamento junto ao Ministério da Educação (MEC) para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

O pleito pelo processo de credenciamento da ENSP para oferta de cursos de *lato sensu* teve início em 2007, quando foi publicada a Resolução n. 1 do Conselho Nacional de Educação (CNE)/Câmara de Educação Superior (CES) do MEC, de 8 de junho daquele ano, estabelecendo normas para o funcionamento de cursos em nível de especialização². A normativa previa a necessidade do credenciamento institucional e, para tanto, a ENSP deveria levantar, sistematizar e enviar ao MEC dados sobre a criação e a trajetória da Escola, e também sobre as suas atividades de ensino no campo da saúde pública.

Nesse momento, pesquisando a história da Escola para atender a uma demanda administrativa, chamou-me a atenção uma documentação aparentemente “fora do lugar”, devido à sua temporalidade (1926 - 1954). Percebi que se tratava, portanto, de uma documentação anterior à criação da ENSP – a Escola foi criada por meio da Lei n. 2.312, de 1954, que dispunha, em seu art. 5º, sobre a manutenção, por parte da União, de uma Escola

¹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=99GJh25KgOo>. Acesso em: 20 jul. 2020.

² BRASIL. Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8825-rces001-07-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 maio 2019.

Nacional de Saúde Pública para formação do pessoal técnico especializado³. Os documentos com os quais nos deparamos faziam menção a cursos e/ou atividades educacionais ofertadas por outras instituições, anteriores à ENSP, e, de imediato, aventamos que poderiam ter papel importante para a história e a memória tanto da educação em saúde quanto da própria Escola.

Cristina Fonseca, no artigo “A Criação da Ensp: integração e diversidade na formação em saúde pública” (2004), afirma que a Escola surgiu para consolidar o processo de ensino especializado em saúde pública, e que as instituições que a antecederam exerceram importante papel nos seus primeiros anos.

O processo de criação e institucionalização do ensino e da especialização em saúde pública não pode ser observado como resultado de uma simples alteração legislativa. A criação da Escola Nacional de Saúde Pública em setembro de 1954 concretizava propostas que vinham sendo debatidas há alguns anos e se apresentava como uma das medidas destinadas a atender aos propósitos de desenvolvimento do país, contribuindo diretamente para o processo de descentralização das ações de saúde pública. A própria vinculação da escola ao projeto de desenvolvimento nacional já havia sido definida em 1947, quando ainda no governo de Eurico Gaspar Dutra foi elaborado o Plano Salte, em cujo item relativo à saúde constava uma verba destinada especificamente à criação de uma Escola Nacional de Saúde Pública (FONSECA, 2004: 45).

Os documentos que despertaram meu interesse no processo de credenciamento da Escola junto ao MEC estão dispostos em 24 caixas-arquivo, foram microfilmados e estão em um sistema de consulta no Serviço de Gestão Acadêmica (SECA) da ENSP. Essa documentação, que serviu de fonte para minha pesquisa profissional no final dos anos 2000, passou à condição de objeto da pesquisa acadêmica desenvolvida, a partir de 2019, no Mestrado Profissional em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC). Trata-se de documentos relacionados ao planejamento e execução de cursos do campo da saúde pública, das décadas de 1920 a 1950, produzidos e acumulados por diferentes profissionais que atuaram em instituições como o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)⁴, a Faculdade Nacional de Medicina (FNM)⁵, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC)⁶ e o Departamento Nacional de Saúde (DNS)⁷.

³ BRASIL, 1954. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2312.htm>. Acesso em: 1 maio 2020.

⁴ “Criado pelo decreto n. 3.987, de 2 de janeiro de 1920, que reorganizou os serviços de saúde e extinguiu a Diretoria-Geral de Saúde Pública” (CABRAL, 2018).

⁵ “Criada pelo príncipe regente D. João, por Carta Régia, assinada em 5 de novembro de 1808” (UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Medicina, 2020).

⁶ “Inaugurado em 1908, o Curso de Aplicação foi a primeira escola brasileira de pós-graduação, verdadeira inovação no panorama científico nacional” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Oswaldo Cruz, 2020).

⁷ Órgão de administração especial do Ministério da Educação e Saúde (BRASIL, Lei n. 378, 1937).

Interessava-nos, assim, como objetivo geral da pesquisa, delinear a história arquivística desses documentos de 1926 a 1954 que são custodiados pela ENSP, embora produzidos no contexto de atuação de instituições que a precederam. Pareceu-nos interessante investigar o conjunto documental para entender também a história da própria ENSP, ampliar o conhecimento acerca da história da educação em saúde e contribuir com a gestão documental da Escola. Para o desenvolvimento da pesquisa, contamos com o aporte teórico e metodológico das disciplinas obrigatórias e eletivas do Programa de Pós-Graduação da COC, e também de duas disciplinas de programas externos, das áreas de educação (da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ) e de gestão de documentos e arquivos (da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO).

A fotografia abaixo (imagem 1) mostra 10 das 24 caixas que são objeto desta pesquisa. O conjunto reúne 11.434 folhas, acondicionadas em 154 pastas, com aproximadamente sete pastas em cada caixa. Esses documentos receberam interferências arquivísticas em diferentes momentos e encontram-se armazenados no “arquivo intermediário” da ENSP, sob a guarda da Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional e Gestão (VDDIG). O espaço reúne também outros documentos sobre cursos até o ano de 1979, de responsabilidade da SECA, além de documentos de outros setores da Escola.

Imagem 1: parte do acervo explorado na pesquisa.



Fonte: foto da autora.

A questão inicial que mobilizou a empreitada foi identificar a história dos documentos e o lugar que ocupavam no sistema documental da ENSP. Percebemos, no decorrer da investigação, que os acontecimentos se entrecruzavam, esclarecendo a história que os documentos registravam; a história da presença dos documentos na Escola; a história do tratamento dos documentos e dos seus usos ao longo do tempo.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, exploramos os documentos realizando um levantamento quantitativo e qualitativo do acervo, buscando identificar caminhos que pudessem explicar a presença dessa documentação na Escola. Deste modo, estudamos os contextos históricos e institucionais envolvidos na produção e na custódia do conjunto documental; investigamos o lugar que os documentos ocupam na estrutura da ENSP, a partir de um diagnóstico breve da configuração dos arquivos desta instituição, em especial os que guardam documentos relacionados às funções do ensino; e buscamos compreender o escopo da política de preservação dos acervos da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

Paralelamente, aproximamo-nos de bibliografia relativa ao campo arquivístico, à memória e à história, por integrarem as discussões. Também foram cotejadas bibliografia e legislação relativas aos campos da educação e da saúde, que tratavam de temáticas presentes nos documentos e/ou davam apoio às análises.

A pesquisa foi realizada, sobretudo, a partir da análise dos documentos textuais das 24 caixas. Entretanto, estendeu-se a outros acervos institucionais e pessoais, internos e externos à ENSP, que auxiliaram a contextualizar a referida documentação.

No percurso da investigação, identificamos o potencial do acervo audiovisual da Fiocruz em complementaridade à documentação, consultando entrevistas com profissionais da saúde que tiveram algum tipo de participação nos cursos, dentre outros eventos e atividades relacionados à ENSP. Merece destaque, no âmbito dos registros consultados, a entrevista do sanitarista Paulo Amarante, concedida ao programa *Bate Papo na Saúde*, veiculado pelo Canal Saúde, da Fiocruz.

A partir da identificação de alguns documentos do acervo pesquisado, como os produzidos pela Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, realizamos visitas à biblioteca da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), à Divisão de Memória Institucional (SIBI/UFRJ) e à biblioteca do Instituto de Psiquiatria (IPUB/UFRJ).

Planejamos e realizamos visitas presenciais ao Arquivo Nacional e ao arquivo histórico do Departamento de Arquivo e Documentação da COC. Ainda, em razão da pandemia da COVID-19 e das decorrentes restrições impostas à pesquisa presencial, cabe destacar que as bases digitais dessas e de outras instituições tiveram papel importante como

ferramentas agregadoras ao estudo, tais como: a Base Arch, da COC⁸; o Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)⁹; a Hemeroteca Digital, da Biblioteca Nacional¹⁰; e a Base Accessus - Documentos de Arquivos Pessoais¹¹, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

O trabalho foi organizado em três capítulos, além desta introdução e das considerações finais.

No primeiro capítulo, apresentamos o percurso histórico da ENSP e do ensino especializado em saúde pública a partir da pesquisa bibliográfica e documental. Embora a data de produção inicial dos documentos seja 1926, elegemos, para iniciarmos esse percurso, o ano de 1918 – quando foi fundada a Liga Pró-Saneamento do Brasil, que daria origem ao Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), ao qual se vincula parte da documentação analisada. Ressaltamos, como justificativa para esse recuo cronológico, que as histórias mostravam a relação dos documentos com acontecimentos anteriores atrelados à formação em saúde pública, entendida como uma das políticas voltadas à solução das questões sanitárias no país.

No segundo capítulo, apresentamos a história dos documentos, delineando a sua trajetória e as interferências arquivísticas pelas quais já haviam passado. Inicialmente, aproveitando a experiência profissional que está nos “bastidores” deste trabalho, buscamos explorar a documentação a partir da análise de elementos como o projeto e a carga horária de cada curso, o público-alvo, a escolaridade dos alunos e a composição docente, considerando que essas eram informações necessárias à caracterização e à contextualização dos cursos de formação em saúde identificados na pesquisa. A seguir, passamos a analisar outros elementos referentes à documentação, como os tipos documentais¹², os assuntos, os seus usos originais, os tratamentos e a história da sua presença na ENSP, o que estimulou discussões sobre teoria arquivística, com ênfase no conceito de fundos de arquivos¹³. Relacionando os documentos da pesquisa a outros, a exemplo daqueles preservados no arquivo permanente da Fiocruz¹⁴, e

⁸ Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

⁹ Disponível em: <http://arquivonacional.gov.br/br/component/tags/tag/sian>. Acesso em: 26 mar. 2020.

¹⁰ Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 26 mar. 2020.

¹¹ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/base>. Acesso em: 26 mar. 2020.

¹² Tipo documental: “Divisão de espécie documental que reúne documentos por suas características comuns no que diz respeito à fórmula diplomática, natureza de conteúdo ou técnica do registro. São exemplos de tipos documentais cartas precatórias, cartas régias, cartas-patentes, decretos sem número, decretos-leis, daguerreótipos, litogravuras, serigrafias, xilogravuras” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 163).

¹³ Fundo: “Conjunto de documentos de uma mesma proveniência. Termo que equivale a arquivo (1)” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 97).

¹⁴ Referimo-nos ao arquivo sob a responsabilidade da Casa de Oswaldo Cruz (COC), no Departamento de

também a outras fontes, como o Diário Oficial da União e as bibliográficas, resgatamos algumas histórias dos campos da educação e do ensino em saúde, e assim passamos a compreender o potencial desta documentação, bem como da gestão e preservação dos acervos.

O terceiro capítulo discute o lugar dos “documentos do ensino” na estrutura da ENSP e as diretrizes que orientam esses arquivos, apresentando reflexões, a partir dessa documentação, sobre arquivos no âmbito educacional. Em decorrência das atividades concernentes à sua missão de “formar profissionais, gerar e compartilhar conhecimentos e práticas no sentido de promover o direito à saúde e a melhoria das condições de vida da população”¹⁵, a ENSP produz e acumula diferentes gêneros documentais¹⁶, não possuindo, contudo, um núcleo próprio de arquivo. Os documentos em fase corrente e intermediária relacionados às atividades de ensino podem ser encontrados no SECA/ENSP, mas também em diferentes espaços da Escola, enquanto os arquivos avaliados como de guarda permanente encontram-se já recolhidos ao arquivo permanente da Fiocruz. Ao longo de sua história, a Escola passou por transformações consideráveis em sua estrutura, funcionamento e subordinação institucional, sendo destacadas, neste capítulo, as que impactaram o ensino e a gestão de documentos, bem como as que esclarecem a relação dos documentos investigados com a cultura documentária da ENSP – entendendo por cultura documentária as formas como os documentos são compreendidos pela comunidade escolar e os padrões de sua tramitação, manuseio, preservação ou eliminação.

Nas considerações finais, destacamos a importância do acervo produzido em função das atividades de ensino da ENSP. Com base nas discussões da linha de pesquisa Patrimônio Cultural: história, memória e sociedade, à qual se vincula este trabalho, problematizamos “a construção do reconhecimento e da valorização de determinados registros/objetos como itens a serem preservados no tempo”¹⁷. Convidamos o leitor a pensar no potencial da documentação relacionada às atividades de ensino para além do valor probatório. Documentos de atividades educacionais são também fontes para a produção e divulgação de

Arquivos e Documentos (DAD), assim como a outros arquivos externos à instituição, tanto pessoais quanto institucionais.

¹⁵ ENSP. Missão, Visão e Valores, 2020. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/missao-visao-e-valores>. Acesso em: 10 abr. 2020.

¹⁶ Gênero documental: “Reunião de espécies documentais que se assemelham por seus caracteres essenciais, particularmente o suporte e o formato, e que exigem processamento técnico específico e, por vezes, mediação técnica para acesso, como documentos audiovisuais, documentos bibliográficos, documentos cartográficos, documentos eletrônicos, documentos filmográficos, documentos iconográficos, documentos micrográficos, documentos textuais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 99).

¹⁷ Disponível em: <http://ppgpat.coc.fiocruz.br/index.php/br/linhas-de-pesquisa>. Acesso em: 20 jul. 2020.

conhecimentos e práticas acerca da história da instituição e do campo no qual ela se insere. A documentação analisada na pesquisa fundamenta essa reflexão: produzida em um contexto administrativo que apenas entrevemos, posteriormente utilizada como fonte probatória referente ao surgimento da ENSP e dos cursos de pós-graduação *lato sensu* oferecidos pela Escola, mostrou-se, em uma análise mais acurada, portadora de indícios que contribuem para esclarecer a história da educação em saúde no Brasil, inclusive no que diz respeito ao percurso de intelectuais e cientistas que estiveram vinculados às instituições identificadas na documentação.

Apresentamos, anexos, representantes digitais dos documentos destacados ao longo do texto, a fim de esclarecer ao leitor como os documentos originais encontram-se preservados.

Pretendemos que este estudo agregue e amplie o diálogo com aqueles que se interessam pela história da ENSP e do ensino em saúde, e por discussões acerca do arquivo e do documento escolar, bem como da preservação e gestão documental.

Capítulo 1 – A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca e o ensino em saúde: uma abordagem histórica

A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) é uma instituição peculiar: não é faculdade nem universidade, não se restringe ao desenvolvimento de atividades de ensino e/ou a dimensões formais da educação¹⁸. Segundo o Decreto n. 8.932, de 14 de dezembro de 2016, a Escola é, atualmente, um “órgão específico singular” da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)¹⁹. De acordo com o Regimento Interno da ENSP, compõem a sua estrutura: uma direção, cinco vice-direções, dentre elas uma de ensino, oito departamentos, três centros, uma coordenação de comunicação institucional e duas publicações, além de uma assembleia geral, um conselho deliberativo e um conselho consultivo²⁰. A sede da Escola fica no Rio de Janeiro, em Manguinhos, no Prédio Ernani Braga, mas outras edificações internas e externas ao Campus²¹ da Fiocruz integram a sua estrutura ou acolhem suas atividades, como o Centro de Referência Professor Hélio Fraga, que fica no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, e faz parte da ENSP. Há de considerar também as atividades em parceria e os cursos na modalidade a distância ofertados em diferentes regiões do Brasil e ainda em outros países.

Mas não foi sempre assim. Muitas mudanças ocorreram na Escola desde a sua criação, em 1954. Segundo Cristina Fonseca:

Inicialmente funcionando em situação precária, sem sede própria para realizar seus cursos e centralizar a administração e tampouco com corpo docente definitivo, ao final década de 1960 a Ensp já estava instalada em Manguinhos, em uma ampla sede de nove andares e com um quadro de profissionais definido (FONSECA, 2004: 40).

A ENSP já acompanhou diferentes contextos políticos e vem desempenhando sua missão, com cursos sendo criados, ministrados e adaptados com o objetivo de manter viva a educação em saúde.

¹⁸ Uma reflexão sobre a multidimensionalidade das atividades de quaisquer escolas foi desenvolvida por José Augusto Palhares. Segundo o autor: “parece-nos cada vez mais claro que a rotulagem da escola como a instituição de ‘educação formal’ está em perda de significado, pois nos espaços e tempos escolares coexistem processos e actividades de natureza não formal e informal, dinamizados internamente, e lógicas, racionalidades e projectos de vida ancorados externamente em investimentos educativos (não formais e informais), de potencial mais-valia no desempenho escolar dos alunos” (PALHARES, 2009: 55).

¹⁹ BRASIL. Decreto n. 8.932, de 14 de dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8932.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

²⁰ ENSP. Apresentação – Regimento Interno. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/regimento-interno>. Acesso em: 10 abr. 2020.

²¹ ENSP. ENSP no Campus, 2020. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/ensp-no-campus>. Acesso em: 10 abr. 2020.

Sua história está atrelada à de outras instituições congêneres, inclusive daquelas que a antecederam na oferta dos primeiros cursos acadêmicos e profissionais, em diferentes níveis de ensino, no âmbito da saúde no Brasil. Na segunda metade dos anos 2000, conforme apontamos anteriormente, a Escola teve a oportunidade de levantar informações sobre sua trajetória e sobre os cursos já ministrados, com o objetivo de atender a uma formalização exigida, a partir de então, pela legislação educacional brasileira para a pós-graduação *lato sensu*. Para sistematizar informações como os títulos dos diversos cursos, os professores responsáveis, os métodos de ensino, as temáticas abordadas e a estrutura da própria Escola, recorremos a documentos que registrassem essa história, deparando-nos com uma documentação anterior à criação da ENSP.

Na documentação referente às atividades de ensino da instituição foram preservados registros de cursos ofertados desde 1926, organizados de forma cronológica e linear, sem explicações de natureza contextual. Percebemos, durante o trabalho de pesquisa para credenciamento da ENSP junto ao MEC, que tínhamos pouco conhecimento sobre essa documentação com datas-limite de 1926 a 1954 abrigada pela Escola, não apenas no que tange ao seu conteúdo, mas também à sua história arquivística e às eventuais operações associadas à gestão documental, que poderiam ter resultado na sua guarda como “arquivo intermediário”.

Nossa intenção, neste capítulo, é apresentar ao leitor os fatos históricos que permearam os períodos registrados nos documentos investigados, associando-os à criação e à atuação da ENSP. Esperamos, assim, apresentar um panorama que nos permita discutir, nos capítulos seguintes, a trajetória, o tratamento e os usos dessa documentação, bem como o seu pertencimento à estrutura documental da Escola.

1.1 - Antecedentes históricos à ENSP

Nísia Trindade Lima e Cristina Fonseca, no artigo “História da Especialização em Saúde Pública no Brasil: nota introdutória”, afirmam que:

A atual Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca contou, em seu momento fundador, com a experiência acumulada nos anos que a antecederam, sobretudo pela participação direta de muitos profissionais formados no decorrer das décadas de 1920, 1930 e 1940. Eles trariam a experiência tanto da área de ensino como de pesquisa; seriam o elo entre aquele período, no qual se iniciou o processo de institucionalização desse

campo de especialização profissional, e o novo momento da história do ensino da saúde pública que se iniciava com a inauguração da Ensp (LIMA; FONSECA, 2004: 38).

A partir do recorte temporal apresentado pelas autoras, retrocedemos ao ano de 1918 para contextualização dos documentos que são objeto da pesquisa. Naquele ano, a Liga Pró-Saneamento do Brasil foi instituída como caminho para a modernização e o desenvolvimento da nação. Segundo Lima (2002), nomes de expressão, como o do presidente da República na época, dentre outros intelectuais e políticos do país, integraram a organização, que foi um dos marcos mais significativos da campanha pela reforma da saúde pública. Contudo, naquele período, não conseguiram aprovar, no Congresso Nacional, a criação do Ministério da Saúde, uma de suas principais propostas.

Trata-se de um período de articulações entre os campos da política e da saúde, marcado pelas teorias que buscavam explicar a sociedade brasileira e as razões de seu atraso. Um exemplo disso é dado por Lima (2002), quando, ao traçar a história da saúde pública no Brasil, aborda as endemias rurais do período, como a febre amarela:

Chegou a ser apontada como principal responsável pela apatia do trabalhador brasileiro e pela "nacionalização" do imigrante europeu. Sua presença em textos de médicos, de leigos, e em representações iconográficas foi muito intensa e alcançou expressão em um dos mais importantes personagens símbolo dos pobres na literatura brasileira: o Jeca Tatu de Monteiro Lobato (LIMA, 2002: 40).

As teorias raciais também tiveram grande influência até os anos 1930, com impactos no campo do ensino em saúde (COSTA, 2016; SCHWARCZ, 1994). O modelo explicativo que associava o atraso brasileiro à mestiçagem foi acolhido por diversos estabelecimentos de ensino e pesquisa, como os institutos históricos e as faculdades de direito e de medicina. Muitos personagens que integraram essas instituições tiveram que caminhar nos incômodos limites deixados por este modelo (SCHWARCZ, 1994: 139).

O contexto em que emergiram as primeiras iniciativas de ensino em saúde no Brasil foi marcado por questões que ultrapassavam a esfera local. Nesse sentido, cabe destacar a atuação da Comissão Sanitária da Fundação Rockefeller no Brasil (LABRA, 1985: 17-44). Luiz Antonio de Castro Santos e Lina Faria (2006: 292) descrevem que a primeira experiência de ensino em saúde pública no Brasil ocorreu em São Paulo, em 1918, segundo as “diretrizes da Fundação Rockefeller para o ensino e a pesquisa em saúde pública”. Martha Moreira, no artigo “A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no

Brasil na Primeira República”, afirma:

A Fundação Rockefeller atuou no Brasil de 1916 a 1942 (Guia do Acervo da Casa de Oswaldo Cruz, 1995), registrando, em relatórios periódicos, diagnósticos, ações e tendências do quadro sanitário local (MOREIRA, 1999: 4).

No panorama histórico que buscamos apresentar, merece destaque, em 1920, a criação do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), como uma solução para maior centralização das ações sanitárias em âmbito federal, tendo o cientista Carlos Chagas assumido a direção do órgão até o ano de 1926 (LIMA, 2002: 40-42). Carlos Chagas foi sucedido pelo médico e professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, Clementino Fraga, que permaneceu na direção do Departamento até o final da Primeira República (HOCHMAM, 2020).

Segundo Dilma Cabral (2019b), profissionais do DNSP e da Faculdade de Medicina tinham participação no Conselho Superior de Higiene e Saúde Pública do Brasil, instância estabelecida a partir da criação do Departamento Nacional de Saúde Pública e que respondia sobre as questões técnicas de administração sanitária quando convocada pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Ainda em 1920, a Universidade do Brasil foi estabelecida pelo Decreto nº 14.343, de 7 de setembro, reunindo a Universidade do Rio de Janeiro, a Escola Polytechnica do Rio de Janeiro, a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro²².

Helena Bomeny esclarece, no artigo “Educação e Brasil na Primeira República”, que “saúde e educação formaram o binômio da Primeira República e motivaram o debate nacional que teve na década de 1920 seu apogeu” (BOMENY, 2014: 320).

No Diário Oficial da União (DOU) de 4 de maio de 1924, foi publicado um relatório que apontava a necessidade de formação técnica como solução para os problemas sanitários da época.

- Assunto digno de atenção do Congresso Nacional é o que se refere ao ensino oficial de hygiene e de saúde pública em nosso país. Dada a importância, entre nós, do problema sanitário, é indispensável que aos nossos technicos seja proporcionada educação especial; a fim de que possam executar com segurança o seu mister e esclarecer os pontos, ainda

²² BRASIL. Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>. Acesso em: 4 maio 2020.

obscuros de hygiene dos paizes quentes²³.

No ano seguinte, em 1925, anexo à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi criado o Curso Especial de Higiene e Saúde Pública, que tinha como objetivo o aperfeiçoamento técnico de médicos para o desempenho das funções sanitárias²⁴. Pelo Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925, este curso seria dirigido pelo diretor do Instituto Oswaldo Cruz – instituição que, assim como o DNSP, também se encontrava sob a gestão de Carlos Chagas, até 1926²⁵.

De acordo com Nísia Trindade Lima (2004):

A identificação da necessidade de uma formação mais específica esteve na origem de outra experiência institucional, definida a partir de uma ampla reforma do ensino, conduzida pelo ministro da Justiça João Luiz Alves e pelo diretor da Faculdade de Medicina Juvenil da Rocha Vaz em 1925. Carlos Chagas, à época diretor do IOC e do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), almejava criar uma escola de saúde pública, mas não obteve acordo favorável junto à Fundação Rockefeller para implementá-la, optando, então, pela criação do curso de higiene e saúde pública, anexo à Faculdade de Medicina na Praia Vermelha (LIMA, 2004: 27-28).

Interessante perceber, a partir da observação da autora, como o Curso Especial de Higiene e Saúde Pública, instituído quase 30 anos antes da criação da ENSP, encontra-se, em alguma medida, associado à gênese da Escola. O Curso Especial da Faculdade de Medicina nasce em 1925 em decorrência da impossibilidade de se criar, naquele momento, uma instituição escolar exclusivamente dedicada à saúde pública, ideia que já vinha sendo aventada. Esse fato nos leva a pensar na complexa relação de pertencimento dos documentos analisados nesta pesquisa (1926-1954) ao acervo custodiado pela ENSP.

Revolução, reformas, criação de conselhos e instituições cruzaram este período que antecedeu a ENSP, no âmbito tanto da saúde quanto da educação.

No campo da saúde, merece menção também a implantação, em 1926, do Conselho de Assistência Hospitalar, que demarcou uma ruptura no modelo de assistência médica, até então centrado na caridade. Este Conselho tinha, em sua composição, os diretores do Instituto

²³ BRASIL. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da décima segunda legislatura pelo Presidente da Republica Arthur da Silva Bernardes, 1924. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1899409/pg-34-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-05-1924?ref=serp>. Acesso em: 4 maio 2020.

²⁴ Na grafia original, “Curso de Hygiene e Saúde Pública”.

²⁵ BRASIL. Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 maio 2020.

Oswaldo Cruz, da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e do Departamento Nacional de Saúde Pública. Em 1930, no âmbito da reforma administrativa do governo Vargas, o Conselho passou a ser subordinado ao DNSP e, em 1931, pelo Decreto n. 19.652, de 2 de fevereiro, foi extinto, sendo suas competências transferidas ao Departamento Nacional de Assistência Pública (CABRAL, 2019a)²⁶.

A reforma administrativa implantada pelo governo de Getúlio Vargas gerou impactos nas instituições que compõem esse quadro dos antecedentes históricos à ENSP. Nesse sentido, cabe destacar a criação, em 1930, do Ministério da Educação e Saúde Pública, ao qual passaram a estar subordinados o DNSP, o Instituto Oswaldo Cruz e a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, até então ligados ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Sobre essa reforma, Angélica Ricci Camargo (2017) esclarece:

Grandes mudanças ocorreram após a instalação do governo de Getúlio Vargas, principiado em novembro de 1930 com um golpe realizado contra o poder das forças oligárquicas, cujos representantes perpetuavam-se na presidência da República. Uma das primeiras medidas tomadas foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública, pelo decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930, para o qual foram transferidas as competências e órgãos relativos à educação, saúde, assistência pública e cultura que estavam a cargo do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (CAMARGO, 2017, online).

Pelo Decreto n. 19.402, de novembro de 1930, criou-se uma Secretaria de Estado com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, tendo a seu cargo o estudo e o despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, à saúde pública e à assistência hospitalar. Outras legislações complementares foram editadas nessa reorganização, como o Decreto n. 19.444, de 1º de dezembro de 1930, sobre os serviços que ficariam a cargo do Ministério da Educação e Saúde Pública (a denominação do órgão aparece modificada neste decreto, excluindo-se o termo “Negócios”), e o Decreto n. 19.518, de 22 de dezembro de 1930, desligando do Ministério da Justiça e Negócios Interiores repartições que passariam a ser subordinadas ao Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, como o Instituto Oswaldo Cruz, entre outras²⁷.

²⁶ BRASIL, Decreto n. 19.652, de 2 de fevereiro de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19652-2-fevereiro-1931-517165-republicacao-82938-pe.html>. Acesso em: 4 maio 2020.

²⁷ A denominação do Ministério então criado varia, tanto nas fontes legislativas quanto nas referências bibliográficas, aparecendo ora como Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, ora apenas como Ministério da Educação e Saúde Pública. Não conseguimos localizar o instrumento legal que promoveu tal alteração. Neste trabalho, as menções ao Ministério da Educação e Saúde Pública se referem à instituição que vigorou entre novembro de 1930 e janeiro de 1937, quando passou a ser denominada Ministério da Educação e

No dia 11 de abril de 1931, três importantes decretos foram sancionados por Getúlio Vargas: o Decreto n. 19.850, que criou o Conselho Nacional de Educação (CNE), órgão consultivo do ministro da Educação e Saúde Pública nos “assumptos relativos ao ensino”²⁸; o Decreto n. 19.851, que estabeleceu “o Estatuto das Universidades Brasileiras, com as primeiras referências legais à extensão universitária”²⁹; e o Decreto n. 19.852, que organizou a Universidade do Rio de Janeiro e regulamentou o funcionamento da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Escola de Minas.

No Regulamento da Faculdade de Medicina, expresso pelo art. 192 do Decreto n. 20.865, de 28 de dezembro de 1931, consta:

Enquanto não se organizar a Escola de Higiene e Saúde Pública, funcionará como dependência da Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro o Curso de Higiene e Saúde Pública, o qual visará a especificação dos médicos que se destinem às funções sanitárias e dos que nelas já se acham investidos³⁰.

Mais uma vez, agora em um decreto da época, encontramos referência à intenção de se instituir uma escola específica voltada ao ensino em saúde pública no Brasil. Reafirma-se, portanto, o que foi colocado por Lima (2004), referindo-se à criação do Curso de Higiene e Saúde Pública, em 1925: que a vinculação do curso à Faculdade de Medicina era conjuntural, devendo ser mantida apenas enquanto a escola idealizada não fosse, de fato, criada. Essa ideia nos fornece elementos para analisarmos, no capítulo 2, a trajetória e a presença de documentos referentes ao curso e à Faculdade no acervo da ENSP.

Em 1934, o DNSP foi extinto e, de acordo com o Decreto n. 24.438, de 21 de junho daquele ano, a Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (DNSAMS) absorveu as suas funções.

A Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, trouxe alterações significativas em relação à trajetória das instituições que antecederam a ENSP. Esta lei deu nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública, que passou a denominar-se apenas Ministério da Educação e Saúde, com dois órgãos de administração especial, a saber, o Departamento

Saúde.

²⁸ BRASIL, Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 4 maio 2020.

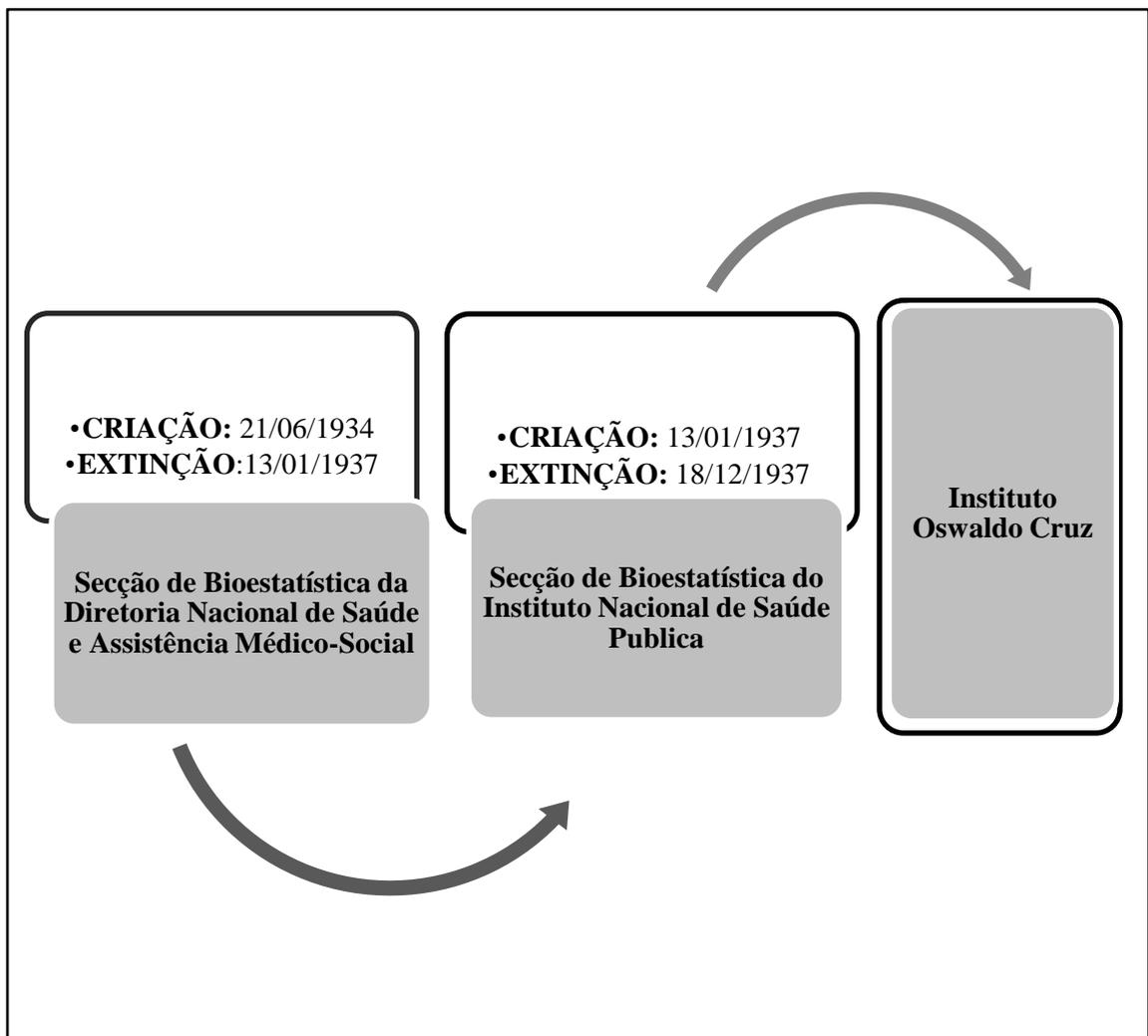
²⁹ BRASIL, Parecer n. 608, de 2018.

³⁰ BRASIL, Decreto n. 20.865, de 28 de dezembro de 1931. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20865-28-dezembro-1931-515738-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

Nacional de Educação (DNE) e o Departamento Nacional de Saúde (DNS)³¹.

Ainda pela Lei n. 378/1937, em seu art. 134, a Secção de Bioestatística da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social se transformaria em uma seção do Instituto Nacional de Saúde Pública, ficando sob a chefia do seu então diretor.

Quadro 1: Da Secção de Bioestatística da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social ao IOC.



Fonte: elaborado pela autora³².

Pelo art. 41 dessa mesma lei, o Instituto Oswaldo Cruz (IOC) ficava mantido “como instituição de caracter científico, destinada á realização de pesquisas no domínio da

³¹ BRASIL, Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

³² A partir de informações do Arquivo Nacional (SIAN/MAPA).

pathologia experimental e de outros ramos da biologia”³³.

Entretanto, no mesmo ano, o Decreto-lei n. 82, de 18 de dezembro de 1937, incorporou o Instituto Nacional de Saúde Pública ao Instituto Oswaldo Cruz³⁴.

O Decreto-lei n. 1.040, de 11 de janeiro de 1939, transferiu serviços do Ministério da Educação e Saúde para a Prefeitura do Distrito Federal³⁵. O Curso de Higiene e Saúde Pública passou a ser denominado Curso de Saúde Pública e foi anexado ao Instituto Oswaldo Cruz no ano de 1940³⁶. Até essa data, os cursos estiveram vinculados à Faculdade Nacional de Medicina, uma instituição universitária, de ensino. A transferência para o IOC – uma instituição científica com atividades de ensino, mas não considerada, à época, uma instituição de ensino – foi objeto de críticas, como esclarece o documento da Fundação Rockefeller³⁷, que menciona, entre outras questões referentes ao Decreto-lei n. 2.243, de 1950:

[...] o curso de Saúde Pública deverá ser lecionado no Instituto Oswaldo Cruz que é mais propriamente um centro de pesquisas do que uma organização de ensino e não dispõe de um corpo docente adequado nem das instalações materiais necessárias a um curso de Saúde Pública.

Santos e Faria (2006) também apontam que a Fundação Rockefeller “não via com bons olhos a transferência do curso da Faculdade de Medicina para o IOC” (SANTOS; FARIA, 2006: 306). Em 1941, o Decreto-lei n. 3.333, de 6 de junho, deu nova organização a esse curso³⁸.

No ano de 1942, foram criados, no Departamento Nacional de Saúde (DNS), do Ministério da Educação e Saúde, cursos de aperfeiçoamento e especialização para os servidores do referido Departamento, dirigidos por um funcionário do Ministério da Educação e Saúde, designado pelo presidente da República³⁹.

³³ BRASIL, Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937.

³⁴ BRASIL. Decreto-Lei n. 82, de 18 de dezembro de 1937. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-82-18-dezembro-1937-354992-publicacaooriginal-1-pe.htm>. Acesso em: 9 set. 2020.

³⁵ BRASIL, Decreto-Lei n. 1.040, de 11 de janeiro de 1939. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1040-11-janeiro-1939-350258-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

³⁶ BRASIL, Decreto-Lei n. 2.243, de 29 de maio de 1940. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2243-29-maio-1940-412181-norma-pe.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

³⁷ ANEXO 1 – Documento da Fundação Rockefeller. Fonte: CPDOC/FGV. Accessus (Base de dados) – Arquivo Gustavo Capanema/ Série Ministério da Educação e Saúde - Saúde e Serviço Social (Código de referência: GC h 1935.05.27, p. 398-401).

³⁸ BRASIL. Decreto-Lei n. 3.333, de 6 de junho de 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3333-6-junho-1941-413379-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 10 jul. 2020.

³⁹ BRASIL. Decreto-Lei n. 4.296, de 13 de maio de 1942. Disponível em:

Em 1953, o Ministério da Saúde foi criado e regulamentado⁴⁰.

Os registros documentais desse período nos arquivos da ENSP, que serão abordados de forma específica no próximo capítulo, contribuem para a compreensão das relações entre instituições e personagens que exerceram diferentes funções na gestão, no planejamento e/ou nas atividades relacionadas ao ensino em saúde pública entre as décadas de 1920 e 1950, com repercussões na formação e atuação da Escola a partir de 1954.

Segundo Cristina Fonseca:

Nesse sentido, as instituições que antecederam a Ensp e, portanto, já atuavam neste campo de formação profissional nas décadas anteriores, desempenharam papel relevante nos primeiros anos de constituição da Escola. Em torno deste projeto destinado a fortalecer a institucionalização do ensino especializado em saúde pública envolveram-se experientes sanitaristas, comprometidos com trajetória da saúde no Brasil (FONSECA, 2004: 41).

A autora também esclarece que, desde 1948, encontrava-se paralisado no Senado um projeto de lei referente à criação da ENSP, e que, em 1954, o então diretor do DNS, Ernani Braga, conseguiu mobilizar a votação desse projeto, como resultado da articulação com um grupo de sanitaristas (FONSECA, 2004: 47-48).

A criação da Ensp se apresenta, portanto, como resultado de uma articulação política conjuntural em resposta aos propósitos mais amplos e não imediatos que vinham sendo elaborados e amadurecidos nos fóruns políticos e acadêmicos. Neste quadro de diretrizes políticas, a Escola gradativamente definiria seu papel para o desempenho das metas e objetivos traçados, compatibilizando-os com uma estratégia política abrangente (FONSECA, 2004: 49).

O quadro abaixo busca sintetizar os períodos e instituições que fizeram parte dessa história e fazem parte da história dos documentos que foram preservados na ENSP. Destacamos a complexidade do contexto institucional do período, marcado por muitas transformações.

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4296-13-maio-1942-414325-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

⁴⁰ BRASIL. Lei n. 1.920, de 25 de julho de 1953. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm. Acesso em: 5 maio 2020.
BRASIL. Decreto n. 34.596, de 16 de novembro de 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34596-16-novembro-1953-328248-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 maio 2020.

Quadro 2: Instituições e períodos.

MINISTÉRIOS	ÓRGÃOS		OFERTA DOS CURSOS	INSTITUIÇÕES
Ministério da Justiça e Negócios Interiores (até 1930)	Departamento Nacional de Saúde Pública (1920-1934)	DOCUMENTOS SOBRE CURSOS NA ENSP	1926 - 1939	Faculdade Nacional de Medicina
Ministério da Educação e Saúde Pública (1930-1937)	Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (1934-1937)			
Ministério da Educação e Saúde (1937-1953)	Instituto Nacional de Saúde Pública (1937-1937)			
	Departamento Nacional de Saúde (1937 -1969)		1940 - 1942	Instituto Oswaldo Cruz
Ministério da Saúde (1953 em diante)			1942 - 1966	Cursos do Departamento Nacional de Saúde

Fonte: elaborado pela autora.

Buscamos, até aqui, recuperar a trajetória das instituições que precederam a ENSP e que se relacionam ao campo do ensino em saúde pública, com o objetivo de explicar o contexto de produção e acumulação dos documentos produzidos entre 1926 e 1954, que se encontram preservados em um dos arquivos da Escola. A seguir, abordaremos os principais marcos da história administrativa da ENSP e as atividades desempenhadas pela instituição.

1.2 - ENSP: história administrativa e atividades

A ENSP foi criada como “escola” em um contexto marcado por discussões sobre o modelo ideal e os limites de atuação das instituições de ciência, de ensino e de assistência ligadas ao campo da saúde pública. Rui Alberto Nunes dos Santos, no artigo “As origens da educação escolar e a ‘construção social’ da organização ‘escola’” (1999), apresenta características que distinguem a escola e, em consequência, a educação escolar, das restantes instâncias educativas. De acordo com o autor, a escola tem a educação como atividade essencial, especificamente formalizada, planejada, com métodos apropriados, horários, locais e formas de avaliação definidos, além de agentes educativos, profissionais especializados e professores ocupando uma posição central na relação educativa (SANTOS, 1999: 322-323). No caso da ENSP, a opção pela denominação “escola”, no entanto, não excluiu a pesquisa e a assistência do conjunto de competências institucionais.

Tratava-se de uma escola concebida para atender às demandas de formação em saúde, com autonomia para criar atividades que promovessem “preparo”, “estudo”, “pesquisa”, “cooperação”, “adestramento” e “intercâmbio com organizações culturais, educacionais ou técnicas”, conforme descrito em seu primeiro regimento:

Art. 2.º São finalidades da E.N.S.P.: I - Formar pessoal habilitado a organizar e dirigir serviços de higiene e saúde pública; II - Promover o preparo, aperfeiçoamento e especialização de pessoal para as diversas atividades e funções dos serviços de higiene e saúde pública; III -. Promover o preparo de pessoal habilitado a executar atividades técnicas auxiliares atinentes aos serviços de saúde pública; IV - Promover estudos e pesquisas sobre assuntos de interesse de saúde pública, V- Manter, diretamente ou em cooperação com outros órgãos, serviços de saúde pública, necessários ao adestramento de alunos e à experiência didática; VI - Cooperar com os demais órgãos do Ministério da Saúde na formação de técnicos necessários ao desenvolvimento de suas atividades; VII - Promover, respeitada a legislação em vigor, convênios, acordos, contratos e ajustes com órgãos públicos e entidades privadas, nacionais ou estrangeiros, para ensino, estudos e pesquisas compreendidos em seus objetivos; VIII - Estabelecer intercâmbio com organizações culturais, educacionais ou técnicas, e, ainda, com estabelecimentos de ensino superior, visando à troca de informações e à cooperação nos programas compreendidos em seu âmbito de ação; IX - Divulgar os resultados de suas realizações, estudos e pesquisas; X - Manter biblioteca especializada em assuntos de higiene e saúde pública⁴¹.

Apresentamos abaixo as alterações que a Escola sofreu em relação ao nome e à

⁴¹ BRASIL. Decreto n. 46.259, de 1959. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2875601/pg-27-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-06-1959/pdfView>. Acesso em: 4 maio 2020.

vinculação desde a sua criação, tomando como referência atos normativos internos e informações disponíveis no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN)⁴² e no programa de Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)⁴³, também vinculado ao Arquivo Nacional (AN).

Quadro 3: ENSP (1954 a 1970).

Nome do órgão	Início do período	Fim do período	Sigla
Escola Nacional de Saúde Pública	03/09/1954	13/08/1970	ENSP

Fonte: elaborado pela autora.

Com o nome de Escola Nacional de Saúde Pública, a instituição esteve vinculada à administração direta até 1966, quando, com a promulgação da Lei n. 5.019, de 7 de junho, passou a fazer parte da administração indireta. Naquele ano, a Escola se tornou uma fundação, mas ainda na esfera do Ministério da Saúde.

Teve como órgão superior o Departamento de Ensino (da Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública), de 07/06/1966 a 01/10/1969. A partir de então, passou a estar ligada diretamente à Fundação Recursos Humanos para a Saúde, até 13/08/1970.

A nomenclatura “escola” não esteve sempre na composição do seu nome. O órgão foi denominado “instituto” no período apresentado no quadro abaixo:

Quadro 4: Instituto Presidente Castello Branco (1970 a 1976).

Nome do órgão	Início do período	Fim do período	Sigla
Instituto Presidente Castello Branco	13/08/1970	04/05/1976	IPCB

Fonte: elaborado pela autora.

A instituição esteve vinculada à Fundação Instituto Oswaldo Cruz no período de 13/08/1970 a 31/12/1979, tendo retomado seu nome original – Escola Nacional de Saúde Pública – em 1976.

⁴² Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 23 mar. 2020.

⁴³ Disponível em: <http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Quadro 5: ENSP (1976 a 2003).

Nome do Órgão	Início do período	Fim do período	Sigla
Escola Nacional de Saúde Pública	04/05/1976	05/09/2003	ENSP

Fonte: elaborado pela autora.

No tocante à natureza jurídica, a Escola Nacional de Saúde Pública esteve vinculada à administração indireta, como fundação, até 21/11/1986.

A partir de 2003, por meio da Portaria n. 212-PR, a Escola passa a se chamar Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca⁴⁴.

Quadro 6: ENSP (2003 até os dias atuais).

Nome do Órgão	Início do período	Fim do período	Sigla
Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca	05/09/2003	-	ENSP

Fonte: elaborado pela autora.

Jorge Antonio Zepeda Bermudez, diretor da ENSP no período de 2001 a 2004, em “uma reflexão pessoal” (2004), analisou que:

O ano de 2003 ficou marcado pela perda de Sergio Arouca, que partiu precocemente no dia 2 de agosto, após nos deixar encerrar o Congresso de Saúde Coletiva da Abrasco sem causar a comoção que sabia que iria ocasionar. Não saberia dizer se existe também sabedoria no momento de partir. Existe sabedoria na chegada. A chegada de Arouca à presidência da Fiocruz, em 1985, no bojo da Nova República, mudou os rumos da instituição e sua dinâmica, como já foi decantado em todos os eventos recentes. Sua partida, sem dúvida, deixou um vazio em todos aqueles que tiveram o privilégio, em maior ou menor intensidade, de conviver com ele. Nossa Escola Nacional de Saúde Pública passou a incorporar para sempre o nome de Arouca (BERMUDEZ, 2004: 251).

A história da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca se insere na história da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz)⁴⁵ e de suas diferentes unidades. De acordo a “Base Jurídica da Fiocruz”:

⁴⁴ FIOCRUZ. Portaria n. 212-PR, 2003.

⁴⁵ “Durante todo o século 20, a instituição vivenciou as muitas transformações políticas do Brasil. Perdeu

Em 22 de maio de 1970, por meio do Decreto nº 66.624, com a finalidade de realizar pesquisas científicas nos campos da medicina experimental, da biologia e da patologia; formar e aperfeiçoar pesquisadores em ciências biomédicas, sanitaristas e demais profissionais de saúde; elaborar e fabricar produtos biológicos, profiláticos e medicamentosos, para as atividades da Fundação e do Ministério da Saúde, a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde foi transformada em Fundação Instituto Oswaldo Cruz, incorporando, inicialmente o então Instituto Oswaldo Cruz, a Fundação de Recursos Humanos para a Saúde (posteriormente denominada Escola Nacional de Saúde Pública - Ensp) e o Instituto Fernandes Figueira (IFF). Quatro anos mais tarde, a Fundação passou a denominar-se apenas Fundação Oswaldo Cruz (Decreto nº 74.891). Após uma longa batalha de toda a comunidade Fiocruz, em 09 de junho de 2003, foi finalmente publicado o Decreto nº 4.725, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que aprova o Estatuto da Fiocruz⁴⁶.

O Decreto n. 4.725, de 2003, definiu a ENSP como uma unidade técnico-administrativa da Fundação Oswaldo Cruz, à qual competia planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - capacitação de recursos humanos e ensino nas áreas de saúde coletiva, ciências biológicas, serviços e gestão em saúde, bem como em outras áreas correlatas do campo da saúde, em suporte às necessidades do Sistema Único de Saúde e de ciência e tecnologia do País; II - realização de pesquisas científicas e tecnológicas nas suas áreas de atuação; III - prestação de serviços assistenciais especializados, apoiando o Sistema Único de Saúde em sua área programática; e V - assessoria técnica ao Sistema Único de Saúde e às instituições com atuação na área de saúde⁴⁷.

Pelo Decreto n. 8.932, de 14 de dezembro de 2016 – que se encontra em vigência –, a ENSP tem as competências de planejar, coordenar, supervisionar e executar atividades relativas a:

I - desenvolvimento do ensino e da formação de recursos humanos nas áreas da saúde coletiva; II - prevenção e controle da tuberculose e de outras pneumopatias de interesse em saúde pública e em outras áreas correlatas do campo da saúde, em suporte às necessidades do SUS e da ciência e tecnologia do País; III - realização de estudos e pesquisas científicas e tecnológicas nas suas áreas de atuação; IV - prestação de serviços assistenciais especializados, em apoio ao SUS em sua área programática; V -

autonomia com a Revolução de 1930 e foi foco de muitos debates nas décadas de 1950 e 1960”. FIOCRUZ, História, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/historia>. Acesso em: 3 maio 2020.

⁴⁶ FIOCRUZ. Base Jurídica, 2020. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/base-juridica>. Acesso em: 10 abr. 2020.

⁴⁷ BRASIL. Decreto n. 4.725, de 9 de junho de 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4725.htm. Acesso em: 4 maio 2020.

assessoria técnica e científica ao SUS e colaboração com organizações nacionais, estrangeiras e internacionais em sua área de atuação; VI - atuação como laboratório de referência nacional de apoio ao diagnóstico e ao controle da tuberculose por meio do Centro de Referência Hélio Fraga; VII - coordenação da produção e do fornecimento de insumos biológicos para o diagnóstico laboratorial em apoio às demandas da Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, por meio do Centro de Referência Hélio Fraga, em sua área de competência; e VIII - disseminação da produção do conhecimento técnico e científico para subsidiar as ações de vigilância em saúde⁴⁸.

Como se pode perceber, as atividades da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) nunca se restringiram àquelas comumente consideradas específicas de uma instituição escolar, perpassando diferentes campos de atuação, como ensino, pesquisa, extensão, assistência, cooperação, informação e comunicação. Neste trabalho, em razão do nosso objeto de estudo, destacamos as atividades de ensino promovidas pela Escola ao longo de sua trajetória.

Percebemos, no decorrer da investigação, que a Escola foi surgindo pouco a pouco. O início das suas atividades foi oficializado com a edição da Portaria n. 325, em 31 de julho de 1958⁴⁹, em um intervalo de aproximadamente quatro anos após a data da sua criação.

Os cursos de formação em saúde inicialmente foram classificados como “Curso Básico de Saúde Pública”; “Curso de Aperfeiçoamento”; “Curso de Especialização” e “Cursos para Técnicos Auxiliares”⁵⁰.

Segundo Cristina Fonseca (2004), a ENSP contou com profissionais de várias instituições de ensino e pesquisa no início das suas atividades, que colaboraram com propostas de formação para diferentes categorias profissionais. Assim, progressivamente, diversos cursos foram incorporados ao escopo da formação em saúde pública.

Surgiram os cursos para médicos, odontólogos, veterinários e farmacêuticos, sempre separados por categorias profissionais, seguindo, nesse aspecto, o modelo dos cursos que até então vinham sendo oferecidos pelo DNS. Alguns anos depois observou-se a necessidade de reformular este formato tradicional e procurou-se oferecer um curso com disciplinas comuns às diversas profissões, constituindo núcleos que integrassem os profissionais envolvidos em torno do tema comum da saúde pública. Esta mudança foi reconhecida como vantajosa (FONSECA, 2004: 57-58).

⁴⁸ BRASIL. Decreto n. 8.932, de 14 de dezembro de 2016. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8932.htm. Acesso em: 12 abr. 2020.

⁴⁹ BRASIL. Portaria n. 325, de 1958. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2843608/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-08-1958/pdfView>. Acesso em: 8 maio 2020.

⁵⁰ BRASIL. Decreto n. 46.258, 1959. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2875598/pg-24-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-06-1959>. Acesso em: 4 maio 2020.

Ao estudarmos o parecer n. 977, de 1965, do Conselho Federal de Educação – tendo como relator Newton Sucupira, este parecer é considerado o marco da pós-graduação no Brasil –, entendemos que, naquele contexto inicial de atuação da Escola, os cursos não eram classificados como atualmente, ou seja, não existiam especificidades na regulação para a pós-graduação, assim como para a educação profissional técnica de nível médio.

O parecer n. 245, de 2016⁵¹, do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Superior, também contribui para a compreensão da trajetória histórica da pós-graduação no país, à qual se vinculam os cursos oferecidos pela Escola:

No Brasil, poder-se-ia ainda considerar como antecedentes do que seria denominado pelo Parecer CFE 977, de 1965, como “curso de pós-graduação lato sensu” as experiências das décadas de 20 e 30 do século XX. No contexto da denominada Reforma Rocha Vaz (13/1/1925), por meio do Decreto nº 16.782-A, criou-se o Curso Especial de Higiene e Saúde Pública, para portadores do título de graduação em Medicina, a ser coordenado pelo diretor do Instituto Oswaldo Cruz. Cursos de mesma natureza aparecem, explicitamente, na reforma Francisco Campos de 1931. O Decreto nº 19.851, de 11 de abril de 1931, relaciona, em seu art. 35, entre os cursos a serem oferecidos pelos estabelecimentos de ensino superior “c) cursos de aperfeiçoamento que se destinam a ampliar os conhecimentos de qualquer disciplina ou de determinados domínios da mesma” e “d) cursos de especialização, destinados a aprofundar, em ensino intensivo e sistematizado, os conhecimentos necessários a finalidades profissionais ou científicas”. Este mesmo diploma legal criou o que se poderia denominar “Mandato de Especialização”, autorizando instituições não universitárias, dentre as quais o Instituto Oswaldo Cruz, o Museu Nacional e o Jardim Botânico, a ministrar esses cursos. Entretanto, os cursos ali oferecidos não eram obrigatoriamente de pós-graduação, porque admitia-se, em alguns deles, além dos portadores de diploma de Medicina, estudantes ainda fazendo a graduação do mesmo curso (art. 70)⁵².

Atualmente, a maior parte dos cursos da Escola equivale aos itens III e IV do Art. 44 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n. 9.394, de 1996:

III- de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;

IV- de extensão, abertos a candidatos que atendam aos requisitos estabelecidos em cada caso pelas instituições de ensino⁵³.

⁵¹ Reexaminado pelo Parecer CNE/CES 146/2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85501-pces146-18&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2020.

⁵² Parecer CNE/CES n. 245/2016. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40321-pces245-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 set. 2020.

⁵³ Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 20 set. 2020.

São programas de pós-graduação *stricto sensu*, com cursos de mestrado e doutorado acadêmico e profissional, cursos de pós-graduação *lato sensu*, especialização e programas de residência médica e multiprofissional, além de cursos e atividades educacionais de qualificação em diferentes temáticas na área de saúde pública, nas modalidades presencial e a distância. A instituição promove, assim, atividades educacionais formais e não formais, acompanhando as diretrizes das políticas nacionais relacionadas ao ensino.

1.3 - A trajetória do ensino em saúde: cursos e personagens

Percebemos, pela documentação analisada (1926-1954), que as atuais atividades de ensino da ENSP se conectam às instituições e aos personagens que antecederam a Escola no âmbito do ensino em saúde pública. Essa relação fica evidente quando comparamos os cursos ministrados naquele período com as áreas de concentração dos atuais programas de *stricto sensu*, cursos de *lato sensu* da Escola, suas áreas de prática e/ou suas temáticas.

No quadro abaixo, apresentamos os títulos dos cursos com os respectivos anos de oferta, e destacamos com um recuo quando a oferta não ocorreu no Rio de Janeiro. Observamos que uma prática das décadas anteriores seguida pela ENSP em seus anos iniciais foi a dos “cursos fora de sede”.

Quadro 7: Cursos de 1926 a 1954, de acordo com a documentação analisada.

NOME DO CURSO	ANO(S) DE OFERTA
➤ Curso de Higiene e Saúde Pública	1926 a 1939
Curso de Higiene e Saúde Pública (Recife/PE)	1938
➤ Curso Preparatório para o Curso de Higiene e Saúde Pública	1936
➤ Curso de Lepra	1936, 1937, 1938, 1942, 1943, 1944, 1945, 1947, 1948, 1950, 1951 e 1952
Curso de Lepra (DF)	1946, 1949 e 1953
Curso de Lepra (Vitória/ES)	1948
Curso de Lepra (Belém/PA)	1948 e 1953
Curso de Lepra (São Paulo)	1948, 1949 e 1951
Curso de Lepra (Recife/PE)	1949
Curso de Lepra (Fortaleza/CE)	1950

NOME DO CURSO	ANO(S) DE OFERTA
Curso de Lepra (Goiânia/GO)	1950
Curso de Lepra (Curitiba/PR)	1950 e 1952
Curso de Lepra (Porto Alegre/RS)	1951
Curso de Lepra (Florianópolis/SC)	1952
➤ Curso de Aperfeiçoamento dos Guardas do Departamento Nacional de Saúde	1938
➤ Curso de Malária	1938, 1939, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949 e 1950
➤ Curso de Tracoma	1938, 1939, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950 e 1951
Curso de Tracoma (Recife/PE)	1952
➤ Curso de Estatística Vital	1938, 1939, 1943 e 1945
Curso de Estatística Vital (DF)	1952
Curso de Estatística Vital (Recife/PE)	1952
➤ Curso de Tisiologia	1938 e 1939
➤ Curso para Técnicos de Laboratório	1938
➤ Curso Intensivo de Administração dos Serviços de Amparo à Maternidade e à Infância	1938
➤ Curso de Engenharia Sanitária	1939, 1943, 1944 e 1945
➤ Curso de Epidemiologia	1939
➤ Curso de Extensão Universitária de Química Bromatológica	1939
➤ Curso de Psiquiatria Clínica e Higiene Mental	1939
➤ Curso de Saúde Pública	1940, 1941, 1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953 e 1954
➤ Curso de Técnicas de Laboratório	1942, 1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953 e 1954
➤ Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica	1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953 e 1954
➤ Curso de Peste (Recife/PE)	1943 e 1945
➤ Curso de Topógrafo Auxiliar	1943, 1944, 1946 e 1947

NOME DO CURSO	ANO(S) DE OFERTA
➤ Curso de Tuberculose	1943, 1944, 1945, 1946, 1947 e 1953
➤ Curso de Organização e Administração Hospitalares	1943, 1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952, 1953 e 1954
➤ Curso de Organização e Administração Sanitária	1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952 e 1953
➤ Curso de Doenças Venéreas	1944, 1945, 1946, 1947, 1948, 1949, 1950, 1951, 1952 e 1953
Curso de Doenças Venéreas (Rio Grande do Sul)	1948
Curso de Doenças Venéreas (Recife/PE)	1952
➤ Curso de Operadores de Tratamento de Águas e Esgoto	1944
➤ Curso de Nutrição	1945, 1946, 1947, 1948, 1951 e 1954
➤ Curso de Câncer	1945, 1947, 1949, 1951 e 1953
➤ Curso de Entomologia	1947
➤ Curso de Técnicas Entomologistas Especializado	1947
➤ Curso de Auxiliar de Estatística	1950
➤ Curso de Higiene Mental e Psiquiatria	1952
➤ Curso de Técnicas Radiológicas	1954

Fonte: elaborado pela autora.

Destacamos que alguns destes cursos aconteceram por meio de parceria entre instituições, na esfera tanto nacional quanto internacional – caso, por exemplo, do Curso de Malária (1942), promovido por intercâmbio cultural entre Brasil e Paraguai. As atividades dos cursos não se limitavam às aulas, sendo realizadas em diferentes espaços formativos, como em visitas técnicas, estágios e aulas práticas em laboratórios – em um formato mais próximo do que atualmente o Ministério da Educação (MEC) denomina “atividades complementares”⁵⁴, como as palestras, os estágios e os seminários, entre outras⁵⁵. A ENSP adotaria esse modelo dos cursos que a antecederam. O regulamento de 1959 da Escola previa

⁵⁴ BRASIL. Ministério da Educação - Perguntas frequentes sobre educação superior- Atividades Complementares, 2020. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntas-frequentes>. Acesso em: 4 maio 2020.

⁵⁵ Atividades de extensão. Vide Parecer 608/2018.

algumas dessas possíveis estratégias para execução dos programas dos cursos. De acordo com o art. 27 do referido regulamento, como meios para o ensino poderiam ser adotadas as seguintes atividades didáticas: “aulas, trabalhos práticos, incluindo exercícios de gabinete e de laboratório, conferências, estágios e visitas”⁵⁶.

Analisando os documentos das décadas de 1920 a 1950 preservados na ENSP, percebemos que muitos personagens que contribuíram para a criação da Escola estiveram ligados aos cursos que a antecederam, acompanhando as reformas e as alterações legislativas, assumindo a gestão de instituições ou respondendo por atividades de ensino, pesquisa e assistência no âmbito da saúde.

Luiz Antonio de Castro Santos e Lina Faria (2006) afirmam, sobre os primeiros tempos da especialização:

Foram muitos os atores envolvidos. Alguns eram “médicos da saúde” formados na Escola de Higiene e Saúde Pública da Universidade Johns Hopkins. Essa geração desempenhou um papel de destaque, como fiadora do processo de institucionalização da especialização em saúde pública que teve início na década de 1920. No Rio de Janeiro, este processo esteve atado às trajetórias pessoais e profissionais de Carlos Chagas, Afrânio Peixoto, João de Barros Barreto e José Paranhos Fontenelle (SANTOS; FARIA, 2006: 292).

Alguns arquivos pessoais, como o de Gustavo Capanema⁵⁷, ministro da Educação e Saúde no período de 1934 a 1945⁵⁸, apresentaram-se complementares à documentação analisada, contribuindo para a compreensão tanto da trajetória desses personagens quanto da história dos cursos ofertados no período. Na série⁵⁹ “Ministério da Educação e Saúde - Saúde e serviço social”, que compõe o arquivo de Gustavo Capanema, sob custódia do CPDOC/FGV, encontramos uma carta (imagem 2) de José Paranhos Fontenelle, um personagem importante na história do ensino em saúde pública. Nesta carta ao ministro Gustavo Capanema, Fontenelle anexa um ofício⁶⁰ e uma exposição⁶¹ sobre a sua trajetória no

⁵⁶ BRASIL. Decreto n. 46.258, 1959. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2875598/pg-24-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-06-1959>. Acesso em: 4 maio 2020.

⁵⁷ CPDOC/FGV. Accessus (Base de dados) – Arquivo Gustavo Capanema - Série: h - Ministério da Educação e Saúde - Saúde e serviço social. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/documentos-sobre-o-ensino-e-pesquisa-de-saude-publica-destacando-a-organizacao-de-cursos-para-a-formacao-de-tecnicos-em-todo-o-pais-as-atividades->. Acesso em: 26 mar. 2020.

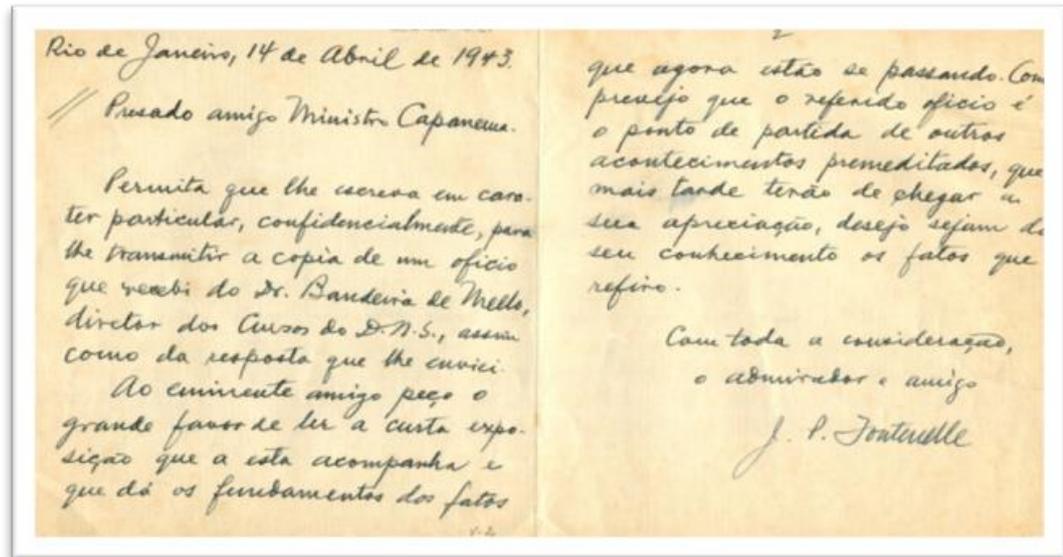
⁵⁸ CPDOC/FGV. A Era Vargas: dos anos 20 a 1945, Gustavo Capanema. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema. Acesso em 22 set. 2020.

⁵⁹ Série: “Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 153).

⁶⁰ ANEXO 2 – Ofício do DNS – 6/04/1943. Fonte: CPDOC/FGV. Accessus (Base de dados) – Arquivo Gustavo Capanema/ Série Ministério da Educação e Saúde - Saúde e Serviço Social (Código de referência: GC h 1935.05.27, p. 497).

Curso de Higiene e Saúde Pública.

Imagem 2: carta de J. P. Fontenelle, em 1943, ao Ministro da Educação e Saúde.



Fonte: CPDOC/FGV⁶².

Nos documentos anexos à carta, Fontenelle esclarece ao ministro Gustavo Capanema, dentre outros fatos, que, em 1939, o Curso de Higiene, então vinculado à Faculdade de Medicina, foi interrompido em decorrência da lei de desacumulação⁶³. Conforme consta na exposição, esse fato aconteceu no período em que Fontenelle ocupava o cargo de diretor do Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal e mantinha uma relação amistosa, com trocas de ideias sobre a saúde pública, com o então diretor do Departamento Nacional de Saúde (DNS), João de Barros Barreto. Fontenelle também descreve a sua insatisfação em relação à troca feita por Jorge Bandeira de Mello, que o retirou da cadeira de Organização e Administração Sanitária, em que lecionava desde 1926, para colocá-lo ministrando a cadeira de Estatística, e associa este fato à amizade de Barreto com Bandeira de Mello, afirmando que a ligação entre os dois teria iniciado quando Bandeira de Mello foi seu assistente no ensino.

Outros documentos textuais do arquivo de Gustavo Capanema ainda esclarecem que

⁶¹ ANEXO 3 – Exposição apresentada por José Paranhos Fontenelle. Fonte: CPDOC/FGV. Accessus (Base de dados) – Arquivo Gustavo Capanema/ Série Ministério da Educação e Saúde - Saúde e Serviço Social (Código de referência: GC h 1935.05.27, p. 493-495).

⁶² CPDOC/FGV. Accessus (Base de dados) – Arquivo Gustavo Capanema - Série: h - Ministério da Educação e Saúde - Saúde e serviço social (Código de referência: GC h 1935.05.27, p. 492).

⁶³ BRASIL. Decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937. Dispõe sobre a acumulação de funções e cargos públicos remunerados e dá outras providências. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/522689/publicacao/15707859>. Acesso em 7 mar 2021.

houve certo desentendimento entre Fontenelle e Barreto, o que teria se dado, segundo Fontenelle, em decorrência de “fatos que prendem à transferência dos serviços de Saúde Pública do Distrito Federal, para a Prefeitura”⁶⁴.

Sobre a trajetória de José Paranhos Fontenelle no âmbito do ensino em saúde, Luiz Antonio de Castro Santos e Lina Faria (2006) apontam que:

Fontenelle (1922, p. 454) vinha “insistentemente” chamando a atenção para a urgência de se criar a especialização em higiene, “em contrário à opinião mais geral que acredita qualquer médico capaz de ser considerado como técnico sanitário” (SANTOS; FARIA, 2006: 297).

Os autores, ainda no artigo “O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro”, esclarecem que:

Em abril de 1941, o ministro Capanema propõe nova reforma da saúde. Neste mesmo ano, ressuscitava o Curso Especial de Higiene de Saúde Pública, sob a denominação de Curso de Saúde Pública, anexo ao IOC e, na época, subordinado ao DNS. Nesse novo cenário institucional, o DNS e o IOC organizam juntos o novo Curso de Saúde Pública, já sem a participação da Faculdade de Medicina. Segundo Barros Barreto, “em boa hora passou o curso à alçada do IOC, em estreita conexão, destarte, com o Departamento Nacional de Saúde” (Barros Barreto, 1943, p. 33). Ainda segundo o diretor do DNS, no período em que o curso esteve na dependência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1926-1938), não correspondeu às reais necessidades sanitárias do país (SANTOS; FARIA, 2006: 305).

E, também, de acordo com os referidos autores:

Com a morte prematura de Chagas, as gerações de Barros Barreto e Fontenelle, ainda atuantes no movimento sanitário dos dois períodos getulistas, puderam tomar parte nos acontecimentos que culminaram com a criação da Escola Nacional de Saúde Pública (SANTOS; FARIA, 2006: 309).

Essa trajetória foi traçada com o objetivo de compreender como a criação da Escola está atrelada também ao percurso de diferentes personagens – os chamados sanitaristas – que estiveram envolvidos com os cursos no período anterior a 1954.

O fundo Instituto Oswaldo Cruz (IOC), depositado no Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da Casa de Oswaldo Cruz (COC)⁶⁵, também se mostrou complementar

⁶⁴ ANEXO 3- Exposição apresentada por Fontenelle - (FGV, CPDOC, Gustavo Capanema) - Consulta à base de dados – Accessus, GC h 1935.05.27, p. 493-495.

⁶⁵ Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/Departamento de Arquivo e Documentação. Base Arch – Fundo Instituto Oswaldo Cruz/ Seção Departamento de Ensino e Cursos/ Série Curso de Higiene e Saúde Pública (Código de

a esta história. Na pasta do Curso de Higiene e Saúde Pública, que integra o fundo, há um relatório anual de 1959, do Serviço de Ensino/Setor de Cursos do IOC no qual constam informações sobre a relação do Instituto com a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, entre outras referências a fatos e personagens do período. Interessante notar que o relatório foi elaborado a partir de registros de um arquivo, como esclarece o texto: “Assim é o que se observa ao reler os apontamentos existentes nos arquivos no Pavilhão dos Cursos”. Trata-se de documentos de proveniências⁶⁶ diferentes, como apontado no relatório⁶⁷. No entanto, ainda que sejam proveniências distintas daquelas identificadas na documentação reunida na ENSP, esse fato nos leva a pensar na história arquivística da documentação produzida no âmbito do ensino em saúde, especialmente diante das significativas mudanças administrativas que marcaram o período analisado, que certamente tiveram impacto sobre a custódia desses documentos.

Interessa-nos entender como e por quem o conjunto documental (1926-1954) chega à ENSP. Acreditamos que a trajetória dos personagens que atuaram nos anos iniciais da Escola possa contribuir para esclarecer a questão.

Sobre o início das atividades da Escola, Cristina Fonseca (2004), descrevendo a relação entre a comunidade, o ensino e a pesquisa, afirma:

Achilles Scorzelli Júnior e Lincoln de Freitas Filho, conduziram as atividades da Escola, respectivamente, entre 1959-1961 e de 1961 a 1964, tendo como ponto central para administração um espaço cedido na Avenida Rui Barbosa, na cidade do Rio de Janeiro, nas dependências do então Departamento Nacional da Criança, atualmente o prédio do Instituto Fernandes Figueiras (IFF), integrante da Fiocruz (FONSECA, 2004: 54-55).

A autora ainda esclarece, a partir do depoimento concedido a ela por Celso Arcoverde de Freitas, que:

Achilles Scorzelli Jr., médico sanitário que havia feito curso de saúde pública no DNS na gestão de Barros Barreto, especializou-se em estatística e era assessor de Mario Pinotti, ministro da Saúde (1958-1960) que o indicou para ocupar o posto de diretor da Ensp (FONSECA, 2004: 55).

Parece controversa a vinculação desses dois personagens – Achilles Scorzelli Júnior e

referência: BR RJCOG 02-20-06). Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/instituto-oswaldocruz>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

⁶⁶ Proveniência: “Termo que serve para indicar a entidade coletiva, pessoa ou família produtora de arquivo (1). Ver também entidade produtora e entidade produtora e princípio da proveniência” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 140).

⁶⁷ ANEXO 4 – Relatório anual IOC/Serviço de Ensino (1959). Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz/Departamento de Arquivo e Documentação. Base Arch – Fundo Instituto Oswaldo Cruz/ Seção Departamento de Ensino e Cursos/ Série Curso de Higiene e Saúde Pública (Código de referência: BR RJCOG 02-20-06).

Lincoln de Freitas Filho – à ENSP, em seus anos iniciais, mas observamos como as informações são complementares, pois ambos, entre outros personagens, estiveram à frente neste processo de migração de atividades do DNS e consolidação da Escola. Achilles Scorzelli Júnior é apresentado na página da ENSP⁶⁸ como diretor da Escola no período de 1961 a 1964. Entretanto, segundo a Portaria n. 325, de 1958, ele teria sido o primeiro diretor da Escola⁶⁹.

Na página da ENSP, em galeria dos diretores, Lincoln de Freitas Filho aparece como o primeiro diretor da escola. Sobre este personagem consta a seguinte informação:

Nascido em 1908. Médico sanitaria formado pela Faculdade de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro, em 1929. Trabalhou na profissão de 1930 a 1984. cursou mestrado na John Hopkins School of Hygiene, entre 1937 e 1938, recebendo a chave de ouro devido à excelência de seu curso. Foi membro titular da Delta Omega Society (1938). Assume a direção dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde (abril de 1954 a fevereiro de 1961) - considerado o primeiro diretor da ENSP - a direção da Divisão de Organização Sanitária (fevereiro de 1961 a novembro de 1961) e a direção da Escola Nacional de Saúde Pública (de novembro de 1961 a abril de 1964). Recebeu do presidente João Goulart, em 1964, a Ordem do Mérito Médico, no grau de Oficial. Eleito como membro honorário da Academia Nacional de Medicina, em novembro de 1972. Participou de inúmeras Comissões nos Ministérios da Educação e Saúde, além de publicar inúmeros trabalhos científicos nos mais diferentes periódicos brasileiros e do exterior⁷⁰.

Na documentação objeto de nossa pesquisa, há registros da atuação de Lincoln de Freitas Filho como professor do Curso de Estatística, em um documento de 1939 com marcas de proveniência do IOC⁷¹. Ainda, no ofício 304/58⁷², cujo original foi preservado no fundo ENSP, Lincoln de Freitas Filho assinou enquanto diretor do Departamento Nacional de Saúde em 1º de setembro de 1958.

Nossa hipótese é que grande parte da documentação analisada tenha seguido para a ENSP com este personagem, Lincoln de Freitas Filho, que acompanhou o processo de

⁶⁸ ENSP- Galeria de Diretores. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/galeria-de-diretores>. Acesso em: 9 jun. 2020.

⁶⁹ BRASIL, Portaria nº 325, de 1958.

⁷⁰ ENSP- Galeria de Diretores. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/galeria-de-diretores>. Acesso em: 9 jun. 2020. Identificamos ainda que, em 21 de novembro de 1935, Lincoln de Freitas Filho foi nomeado para exercer o cargo de ajudante da Seção de Bioestatística da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social (BRASIL, MESP – 1935, Página 8 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 25 de novembro de 1935).

⁷¹ ANEXO 5 – Curso de Estatística – Resultado das notas finais (1939). ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) – Caixa 3/ pasta 1.

⁷² ANEXO 6 – Ofício 304/58. Fundo ENSP (Caixa 96 - Maço 1 recolhido em 1998 da Seção: Secretaria de Administração Geral).

idealização e criação da Escola. Consideramos também a hipótese de que ainda haja documentos anteriores à criação da ENSP depositados em outros arquivos da Escola.

Entretanto, assim como a criação da Escola não foi produto de um personagem e tampouco aconteceu em um curto espaço de tempo, também a acumulação desses documentos deve ser entendida de forma mais complexa, envolvendo outros personagens, como diretores, professores e secretários. Tais funções constam nos registros documentais analisados com a identificação nominal de alguns desses personagens, como João de Barros Barreto, Ernani Agrícola, Jorge Saldanha Bandeira de Melo, Virgílio Gondim de Uzéda⁷³, Lincoln de Freitas Filho, Belisário Martins Alves, dentre outros.

Jorge Saldanha Bandeira de Melo foi professor da Faculdade Nacional de Medicina e diretor do DNS a partir da dispensa de Arthur Neiva em 1942⁷⁴. Seu nome e função constam em diferentes documentos. Nos diários oficiais do período da pesquisa, localizamos que ele foi também vice-presidente da Sociedade Brasileira de Química no exercício de 1942-1943 e farmacêutico, tendo exercido ainda outras funções no âmbito do ensino.

Belisário Martins Alves era um auxiliar de escritório do DNS e, de acordo com o relatório do serviço de ensino do IOC, foi encarregado dos cursos no período de 1942 a 1949: “os cursos eram dirigidos pelos Secretários do Instituto Oswaldo Cruz e estes eram auxiliados pelos encarregados do curso”⁷⁵. Há registros de sua atuação tanto no recebimento quanto na organização dos documentos analisados nesta pesquisa⁷⁶.

Segundo Santos e Faria (2006), há um “hiato” entre os anos do “curso de Chagas e Barros Barreto” e a montagem dos cursos da ENSP que carece de documentação:

O hiato a que nos referimos é o tempo de transição entre os anos do “curso de Chagas e Barros Barreto” e a montagem dos cursos da Ensp. Ainda carecemos de documentação que esclareça, por assim dizer, “as condições da mudança”. Quem inspirou e reformulou as grades curriculares, como se deu a seleção do corpo docente, como se estabeleceram as novas diretrizes, por

⁷³ Página 9 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 13 de Junho de 1951. Designa Virgílio Gondim de Uzéda para exercer a função de Diretor (C.D.N.S. — D.N.S.) dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde e dispensa Jorge Saldanha Bandeira de Melo. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2556801/pg-9-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-13-06-1951/pdfView>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁷⁴ Diretor dos Cursos do DNS em 1942 em: ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) – Caixa 3 pasta 7 e BRASIL, Diário Oficial da União (DOU) de 19 de Novembro de 1942 - Página 3 da Seção 1) – Nomeação de Jorge Saldanha Bandeira de Melo e Dispensa de Arthur Neiva. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2563776/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-11-1942/pdfView>. Acesso em: 11 set. 2020.

⁷⁵ ANEXO 4 – Relatório anual IOC/Serviço de Ensino (1959).

⁷⁶ ANEXO 7 – Documento com assinatura de Belisário Martins Alves. ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954). Caixa 10/ pasta 4 (verso de um requerimento de certificado de um aluno do curso de auxiliar de topógrafo – 1947).

que se privilegiou, inicialmente, o ensino diferenciado para as diversas categorias profissionais? (SANTOS; FARIA, 2006: 310).

Nosso esforço foi o de mostrar a relação da documentação com a Escola nascente. Trata-se de uma documentação que ainda pode contribuir para esclarecer esse hiato descrito pelos autores.

Capítulo 2 – Documentos anteriores à criação da Escola

Na documentação analisada, referente aos anos de 1926 a 1954, foram encontrados, predominantemente, registros sobre cursos – atividades educacionais formais e sistematizadas, com ações pedagógicas planejadas, cargas horárias, conteúdos, dentre outras questões acadêmicas pré-definidas, como a certificação/diplomação. Pelas “marcas de proveniência”⁷⁷ dessa documentação, como cabeçalhos e anotações, identificamos aspectos relacionados à produção e à acumulação dos itens por diferentes instituições e/ou personagens. Percebemos que esses documentos circularam por instituições como a Faculdade Nacional de Medicina ou o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), entre outras – mesmo que, em alguns casos, não tenham sido produzidos por elas –, antes de constituírem o acervo documental da ENSP.

Buscando mapear o percurso dessa documentação até sua chegada na ENSP, realizamos, no dia 24 de outubro de 2019, uma visita à Divisão de Memória Institucional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – instituição que sucedeu a Universidade do Brasil, à qual se vinculava a Faculdade Nacional de Medicina. Nessa ocasião, obtivemos a informação sobre a dispersão dos documentos desse período. Essa dispersão aparece também na bibliografia, como aponta Maria Eliana Labra em sua dissertação *O movimento sanitaria nos anos 20: da "conexão sanitária internacional" à especialização em saúde pública no Brasil*:

Um dos motivos que levou a realizar um estudo mais minucioso e aprofundado a respeito dos antecedentes da criação do primeiro Curso de Higiene e Saúde Pública, bem como o seu desenvolvimento, foi justamente a pouquíssima ou nenhuma informação a respeito de seu programa detalhado, professores, alunos etc. que deveria ter ficado registrada na Faculdade de Medicina e/ou no Instituto Oswaldo Cruz (LABRA, 1985: 251).

Assim como o contexto histórico de produção desses documentos, interessava-nos compreender também sua história arquivística, ou seja, as diversas transferências de propriedade e custódia, as eventuais dispersões, bem como as intervenções técnicas das quais foram objeto ao longo do tempo. A partir do atual arranjo⁷⁸ da documentação, foi possível

⁷⁷ Minicurso “As histórias que cada exemplar de livro nos conta: as marcas de proveniência bibliográfica e as dedicatórias”. Disponível em: <https://www.bn.gov.br/sites/default/files/documentos/producao/apresentacao/2018/historias-que-cada-exemplar-livro-nos-conta-marcas.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

⁷⁸ Arranjo: “Sequência de operações intelectuais e físicas que visam à organização dos documentos de um

encontrar algumas pistas sobre os tratamentos e também sobre os usos que esses documentos já tiveram.

De acordo com Terry Eastwood (1996):

Ciertos hechos de la custodia, el control y el uso de los documentos pueden también complicar la identificación de la naturaleza originaria de su procedência y aún introducir outro elemento determinante de ella. En este sentido, la historia de la custodia, el control y el uso de los documentos archivísticos complementa lo que hay que conocer de la actividad y la función em relación com los aspectos de su contexto externo (EASTWOOD, 1996: 8).

Neste capítulo, apresentamos a documentação, seus tratamentos e usos, buscando apontar os elementos identificados na análise, como datas, procedências e tipos de anotações, e também os indícios de que os documentos foram emitidos e/ou recebidos por personagens e instituições/setores que respondiam pelas funções relacionadas aos cursos e que, em alguma medida, relacionavam-se também às atividades desempenhadas pela ENSP em seus anos iniciais. Compreender o pertencimento dessa documentação ao arquivo da ENSP não é tarefa simples, especialmente se considerarmos os conceitos e princípios arquivísticos. O princípio da proveniência, ou princípio do respeito aos fundos, por exemplo, preconiza que os documentos de uma entidade, acumulados em função de suas atividades, não devem ser misturados aos conjuntos provenientes de outras entidades produtoras. Segundo Michel Duchein, no artigo “O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos” (1986):

O documento de arquivo – ao contrário de um objeto de coleção ou de um dossiê constituído por peças heterogêneas de proveniências diversas – não tem razão de ser, isoladamente. Sua existência só se justifica na medida em que pertença a um conjunto (DUCHEIN, 1986: 17).

Dessa maneira, os documentos analisados colocam um problema, pois originalmente pertenciam a conjuntos documentais distintos do fundo ENSP, acumulados por diferentes instituições e profissionais no exercício das suas atividades relacionadas ao planejamento e à execução de cursos entre as décadas de 1920 e 1950, até a criação da Escola. Buscaremos discutir essa questão ao longo do capítulo.

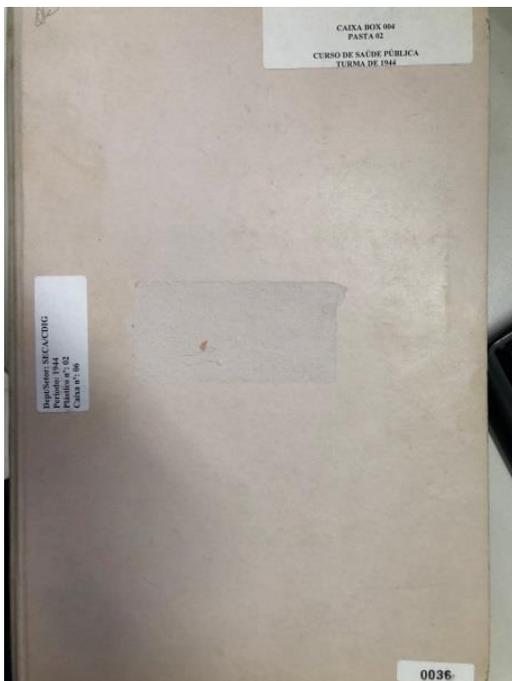
arquivo ou coleção, de acordo com um plano ou quadro previamente estabelecido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 37).

2.1 - Identificação dos documentos e reflexões sobre arquivos

Durante a pesquisa, exploramos as 24 caixas que reúnem, em pastas, a documentação de 1926 a 1954. Nas etiquetas essas caixas são numeradas de 3 a 26 – as caixas 1 e 2 não correspondem a documentos de cursos e por isso não foram exploradas na pesquisa. Fizemos uma breve análise do conteúdo para melhor compreensão sobre o sequenciamento numérico das caixas, pois observamos divergência na numeração das etiquetas em relação a outros documentos analisados⁷⁹. Nas caixas 1 e 2 foram armazenados documentos administrativos do setor a partir da criação da Escola: na caixa 1, do período de 1994 a 2004, e na caixa 2, do período de 2000 a 2003.

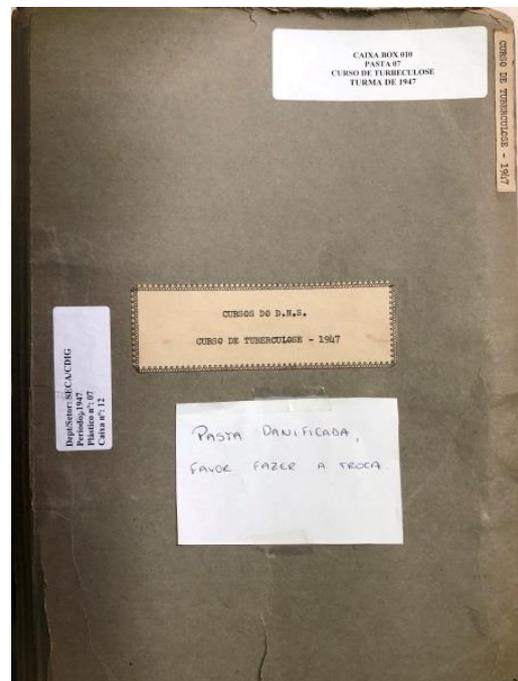
Em cada uma das 24 caixas há uma folha (cópia) da listagem descritiva do acervo relacionada à caixa, além das pastas, nas quais observamos duas etiquetas e outros registros que reafirmam as divergências relacionadas ao sequenciamento. Abaixo, apresentamos duas fotografias de pastas, de caixas distintas, onde constam etiquetas indicando localizações diferentes.

Imagem 3: pasta 2/caixa 6.



Fonte: foto da autora.

Imagem 4: pasta 7/caixa 12



Fonte: foto da autora.

⁷⁹ Relatórios do processo de microfilmagem e listagens descritivas da transferência ao Arquivo Intermediário da ENSP.

Anexo, apresentamos um quadro⁸⁰ elaborado com base nas listagens descritivas do acervo⁸¹ e na análise do conteúdo documental das caixas e das pastas. Este quadro apresenta um sumário com os títulos dos cursos, a data de realização e a quantidade de folhas. A data que consta ao lado do nome do curso corresponde ao ano de oferta, e não à produção documental, que observamos ser variada.

Ainda que formalmente não se tenha registro da entrada dessa documentação na ENSP, é interessante perceber que ela se encontra já incorporada ao acervo custodiado pela instituição, tendo sido microfilmada e inserida em base de dados para consultas acadêmicas no Serviço de Gestão Acadêmica (SECA) da Escola. Fisicamente, a documentação está armazenada no que se denomina como “arquivo intermediário” da ENSP.

De acordo com a teoria das três idades, que fundamenta o campo arquivístico, os arquivos podem ser considerados correntes, intermediários ou permanentes, dependendo da frequência com que são usados pela entidade produtora e, também, do processo de avaliação, que estabelece prazos de guarda e destinação segundo os valores (primário⁸² e secundário⁸³) atribuídos à documentação. O ciclo vital dos documentos arquivísticos é marcado, assim, por fases, tendo início no momento de produção do documento, até sua guarda permanente ou eliminação (ARQUIVO NACIONAL, 2005).

Flávia Helena Conrado Rossato e Daniel Flores, no artigo “O documento arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural” (2015), também nos esclarecem que os documentos passam por diferentes momentos e usos, que a arquivologia estruturou em fases. Sobre o arquivo intermediário, descrevem:

No arquivo intermediário, como também é chamada a fase semiativa, o documento arquivístico ainda é conservado por razões administrativas, porém a frequência em que é consultado é menor que na fase anterior. Além disso, os documentos arquivísticos que estão na fase intermediária aguardam a destinação: aqueles destituídos de valor secundário serão eliminados, findo o prazo de guarda, e os que possuem valor secundário serão recolhidos para a próxima fase, a da inatividade (CONRADO; FLORES, 2015: 42-43).

A presença da documentação analisada no “arquivo intermediário” nos leva a pensar

⁸⁰ ANEXO 8 - Quadro com quantidade de folhas e localização por temática de curso. Elaborado pela autora.

⁸¹ Listagem descritiva do acervo: “Relação elaborada com o objetivo de controlar a entrada de documentos em arquivos intermediários (2) e em arquivos permanentes (2)” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 113).

⁸² Valor primário: “Valor atribuído a documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 171).

⁸³ Valor secundário: “Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 172).

no uso administrativo desses documentos ainda hoje feito pela própria Escola.

Como já vimos, são mais de onze mil folhas de documentos sobre cursos ofertados entre 1926 a 1954, organizados em pastas, de forma sequencial. Nas primeiras pastas, constam folhas em branco separando a turma/oferta de cada um dos cursos. Nessas folhas, o título e o ano de oferta aparecem datilografados⁸⁴.

São predominantemente documentos do gênero textual⁸⁵, incluindo cartas, ofícios, relatórios, editais, portarias, históricos, programas de cursos, instruções, listas diversas (de professores, de alunos, de candidatos inscritos, de bolsistas, de frequência, de turmas, de disciplinas, dos locais das aulas, de assinaturas de recebimento de documentos), relações de notas, fichas de inscrição de alunos, recibos de entrega de certificado, atas de exame, grades curriculares e quadros de horas dos cursos, anteprojeto de cursos, circulares e memorandos, entre outros documentos relacionados aos cursos ofertados no contexto da formação em saúde no período anterior à criação da Escola. Constam também documentos não diretamente relacionados às funções acadêmicas, e sim às funções administrativas das instituições e relacionadas aos cursos, como folhas de pagamentos, portarias de dispensa, demonstrações de despesas e orçamentos. De forma geral, são documentos originais e oficiais⁸⁶, embora também constem cópias e rascunhos.

Localizamos, anexa a uma carta, planta arquitetônica da disposição da sala de cursos do Departamento Nacional de Saúde (DNS). Trata-se do único documento não textual que integra o conjunto analisado.

Na primeira pasta que compõe o conjunto⁸⁷, constam documentos até 1939, em sua maioria com teor administrativo, vinculados aos seguintes cursos: Curso de Higiene e Saúde Pública, Curso de Lepra, Curso Preparatório para o Curso de Higiene e Saúde Pública, Curso para Técnicos de Laboratório, Curso Intensivo de Administração dos Serviços de Amparo à Maternidade e à Infância, Curso de Tracoma, Curso de Tisiologia, Curso de Malária, Curso de Estatística Vital, Curso de Aperfeiçoamento dos Guardas do Departamento Nacional de Saúde, Curso de Psiquiatria Clínica e Higiene Mental, Curso de Extensão Universitária de Química Bromatológica, Curso de Epidemiologia e Curso de Engenharia Sanitária.

Alguns destes cursos apresentam apenas 1 (um) documento, como o Curso de Lepra

⁸⁴ ANEXO 9 - Folha datilografada com identificação de curso, utilizada para ordenação física dos documentos - Curso de Lepra (1936) - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954)- Caixa 3/pasta 1.

⁸⁵ Documento textual: “Gênero documental integrado por manuscritos, datilografados ou impressos, como atas de reunião, cartas, decretos, livros de registro, panfletos e relatórios” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 79).

⁸⁶ Documento oficial: “Documento emanado do poder público ou de entidades de direito privado capaz de produzir efeitos de ordem jurídica na comprovação de um fato” (ARQUIVO NACIONAL, 2005: 77).

⁸⁷ ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) - Caixa 3/pasta 1.

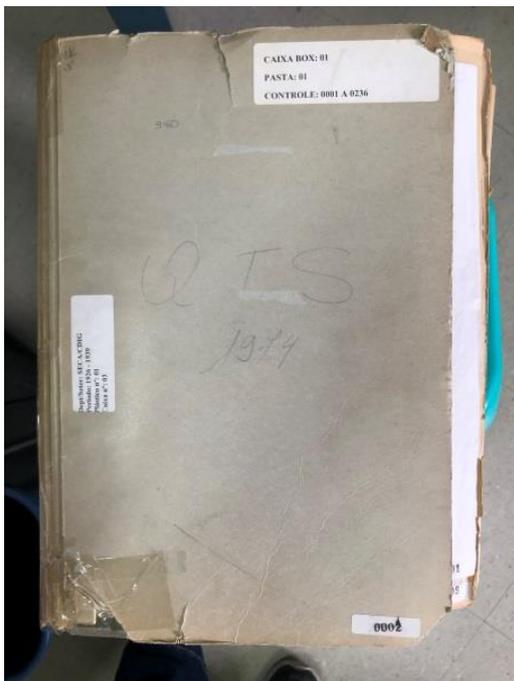
(turmas de 1936 e 1937), o Curso Intensivo de Administração dos Serviços de Amparo à Maternidade e à Infância (oferta de 1938), o Curso de Extensão Universitária de Química Bromatológica (oferta de 1939), o Curso de Epidemiologia (oferta de 1939) e o Curso de Engenharia Sanitária (oferta de 1939).

Anexo, apresentamos o único documento do Curso de Lepra da oferta de 1936⁸⁸. Trata-se de uma relação nominal dos alunos que terminaram este curso/turma, denominado como de Especialização e ministrado pelo Centro de Leprologia.

Destacamos também o documento referente ao Curso de Malária (turma 1939), que comprova a parceria com a Fundação Rockefeller⁸⁹. Neste documento, que apresentamos anexo, o diretor-geral do Departamento Nacional de Saúde (DNS) solicita ao diretor da Divisão de Saúde Pública do Departamento Nacional de Saúde o programa do curso para apresentar à Fundação⁹⁰. O referido programa também se encontra anexo⁹¹.

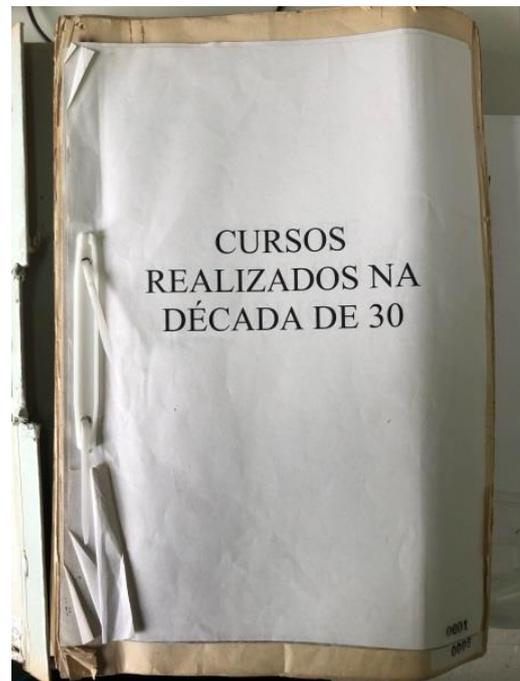
Abaixo, apresentamos duas fotografias da pasta 1, da caixa 3, que contém todos os documentos da década de 1930.

Imagem 5: pasta 1/caixa 3 - capa.



Fonte: foto da autora.

Imagem 6: pasta 1/caixa 3 - contracapa.



Fonte: foto da autora.

⁸⁸ ANEXO 10 – Documento referente ao Curso de Especialização sobre Lepra ministrado pelo Centro de Leprologia - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) - Caixa 3/pasta 1.

⁸⁹ Embora alguns documentos se refiram ao “Curso de Malariologia”, optamos por manter, neste trabalho, a denominação que consta na listagem descritiva do acervo: “Curso de Malária”.

⁹⁰ ANEXO 11 – Solicitação do programa do Curso de Malária para apresentação à Fundação Rockefeller (1939) - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954)- Caixa 3/ pasta 1.

⁹¹ ANEXO 12 – Programa do Curso de Malária (1939) - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954)- Caixa 3/ pasta 1.

A partir da segunda pasta, foi preservada uma quantidade significativa de documentos relacionados a cada curso. É o caso, por exemplo, da documentação referente à turma do ano de 1940 do Curso de Saúde Pública, que contém 26 itens e 49 folhas

Em algumas pastas, consta o recorte do jornal com a divulgação do edital do curso, que, no período, era publicado no Diário Oficial⁹². Desta forma, localizamos e cruzamos as informações, identificamos os contextos e também que parte da documentação se refer ao que era solicitado no edital para os processos de inscrição e matrícula no curso ou sobre fluxos acadêmicos e administrativos da oferta⁹³.

Constam também, nas pastas, documentos contextualizando a oferta de cursos, como a cópia do Decreto-lei n. 2.243, de 29/05/1940, que cria o Departamento Nacional de Saúde/Divisão de Aperfeiçoamento Técnico e dá outras providências.

Reproduzimos um documento datilografado do Ministério da Educação e Saúde/ Departamento Nacional de Saúde (DNS) com a quantidade de médicos diplomados no Curso de Higiene e Saúde Pública e no Curso de Saúde Pública, contendo anotações manuscritas e marcações que resumem e ilustram parte da história que apresentamos⁹⁴.

Dentre os documentos, há também aqueles relacionados aos processos seletivos para ingresso nos cursos, como as cartas de intenção produzidas como parte dos requisitos à candidatura e/ou as cartas da instituição liberando ou indicando o candidato/profissional. Anexo, apresentamos a carta de um aluno/profissional do Ministério da Agricultura, do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, aprovado na seleção do Curso de Malária de 1938, solicitando ao Diretor do Departamento Nacional de Saúde, Dr. Barros Barreto, que intercedesse junto ao Ministro da Agricultura, Dr. Fernando Costa, para que o seu ponto fosse facultado no período do curso⁹⁵.

Esses documentos de 1926 a 1954, probatórios da vida acadêmica de concluintes de

⁹² BRASIL. Curso de Aperfeiçoamento e Especialização em Peste realizado em Recife, Diário Oficial da União de 29 de Dezembro de 1942. BRASIL, Curso de Aperfeiçoamento e Especialização em Técnicas de Laboratório, Diário Oficial da União de 29 de Janeiro de 1943. BRASIL, Curso de Aperfeiçoamento e Especialização em Lepra, Diário Oficial da União de 20 de Março de 1943. BRASIL, Curso de Topógrafo-Auxiliar, Diário Oficial da União de 5 de Abril de 1943. BRASIL, Curso de Aperfeiçoamento e Especialização em Organização e Administração Hospitalares, Diário Oficial da União de 20 de Agosto de 1943.

⁹³ ANEXO 13 – Fluxo acadêmico descrito no verso do requerimento - Curso Higiene e Saúde Pública - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) - Caixa 3/pasta 3 (requerimento de 1960, de um ex-aluno do curso de saúde pública – 1941).

⁹⁴ ANEXO 14 – Médicos diplomados nos cursos de Higiene e Saúde Pública e Saúde Pública - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) - Caixa 3/ pasta 1.

⁹⁵ ANEXO 15- Carta referente ao Curso de Malária (1938) - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954)- Caixa 3/ pasta 1.

curros, foram depositados no arquivo do SECA/ENSP por conterem registros de atividades pertinentes às funções deste setor, que passou a responder por diferentes processos de gestão acadêmica, dentre estes os de inscrição, seleção, matrícula, acompanhamento e certificação de alunos. Essa vinculação do conjunto documental ao setor, estabelecida pela função dos documentos e não por sua proveniência, reforça a importância de discutirmos as teorias arquivísticas, dentre as quais destacamos a categoria fundo de arquivo.

Segundo Michel Duchein (1986), o respeito aos fundos de arquivo consiste em manter os documentos de qualquer natureza agrupados quando provenientes de uma mesma entidade, pessoa física ou jurídica (DUCHEIN, 1986: 14). No caso do objeto analisado, os documentos foram agrupados considerando o assunto ou a função, e não sua entidade produtora. Sobre esse tipo de agrupamento, o autor esclarece que:

Até o princípio do século XIX nem administradores, nem arquivistas de diferentes países, demonstraram o menor escrúpulo em dividir e dispersar documentos de uma mesma origem, nem em reagrupar e misturar documentos de proveniências diferentes, quando a necessidade se fazia sentir, por motivo de comodidade (prática ou intelectual). Todas as antigas classificações de arquivos que chegaram até nós foram concebidas por assuntos, temas ou locais, fato que indica ter sido rompida, para realizá-las, a ordem na qual os documentos haviam sido produzidos (DUCHEIN, 1986: 15).

Tratava-se, segundo o autor, de uma lógica de organização de arquivos pautada pelos grandes sistemas de classificação da época, sem a preocupação com os contextos de produção, considerando apenas o valor próprio do documento.

Esta concepção ideológica da classificação de arquivos achava-se, então, universalmente disseminada. Era a época dos grandes sistemas de classificação científica, como o de Curvier para a Zoologia, o de Linneo para a Botânica, e o de Berzéluis para a Química. Pela ótica dos historiadores de então, o documento de arquivo era considerado por seu valor intrínseco, independentemente de seu contexto, da mesma maneira que, nas escavações arqueológicas - em Pompéia, por exemplo, ou no Egito durante a expedição de Bonaparte - só houve interesse pelos objetos de arte encontrados, como peças de coleção, sem a preocupação de conservá-los no âmbito de seu descobrimento (DUCHEIN, 1986: 15).

Sobre a noção de fundo, Michel Duchein (1986) também esclarece que:

É evidente que tal problema (contrariamente ao que poderiam fazer crer estudos demasiado abstratos e teóricos que lhe são dedicado) têm consequências práticas, bastante diretas e imediatas no que respeita ao trabalho dos arquivistas. Com efeito, uma vez aceito o princípio do respeito aos fundos, isto é, o de manutenção da integridade dos arquivos, toma-se

essencial saber-se com exatidão, quais as fronteiras do que se deve manter intacto (DUCHEIN, 1986: 19).

Analizamos também Terry Eastwood sobre fundo de arquivo. O autor, no texto *El Fondo de Archivo: de la teoria a la practica* (1996), afirma que reduzir um fundo de arquivo por critério de hierarquia pode fazer com que as relações baseadas na função se percam, assim como determinar um fundo por função ameaça o desaparecimento das relações de autoridade. Logo, segundo o autor “as relações funcionais e hierárquicas devem ser identificadas e seu caráter mutável revelado para que o contexto e o significado dos registros sejam totalmente compreendidos” (EASTWOOD, 1996: 6, tradução nossa).

No artigo “As duas teorias arquivísticas segundo John Roberts: uma contribuição aos fundamentos do campo” (2017), Shirley Carvalhêdo Franco, Icléia Thiesen e Georgete Medleg Rodrigues apresentam “os principais pontos abordados por autores da área de Arquivologia no que diz respeito ao princípio da proveniência e ao conceito de fundo”:

Enquanto os autores clássicos reafirmam a validade dos fundamentos, contribuindo para o constructo da disciplina, os autores contemporâneos, a partir de 1960, passaram a tecer críticas sobretudo ao conceito de fundo e a propor reformulações e complementações ao princípio da proveniência, como, por exemplo, "a noção de ramificação". Composto o grupo dos autores contemporâneos destacou-se John Roberts, professor norte-americano de Arquivologia, que, em um conjunto de três textos, tece severas críticas a alguns elementos consagrados da teoria arquivística. Ao responder as questões, John Roberts expôs a gênese de seus questionamentos e a existência, para ele, de duas teorias arquivísticas: uma, dita "necessária", e a outra, “supérflua” (FRANCO; THIESEN; RODRIGUES, 2017: 35).

Buscamos compreender “a noção de ramificação”. No artigo “A noção de ramificação: uma contribuição para a Arquivologia” (2013), Shirley Carvalhêdo Franco esclarece que esta noção “busca contribuir para os diálogos, na arquivologia” (FRANCO, 2013: 17), e “pode ser utilizada como instrumento teórico para demonstrar a impossibilidade de destruição, de maneira completa e absoluta, de todos os documentos arquivísticos relacionados a um evento histórico” (FRANCO, 2013: 18-19).

A ramificação, portanto, aponta para a impossibilidade de destruírem-se, de forma completa e absoluta, todos os arquivos referentes a determinado evento histórico, haja vista a tendência de os documentos arquivísticos “escaparem” das tentativas de sua destruição, tornando-se quase imunes à “queima total” (FRANCO, 2013: 9).

Ainda, Shirley Carvalhêdo Franco e Georgete Medleg Rodrigues, na comunicação “A destruição e a sobrevivência dos documentos de arquivo e seus impactos na escrita da História” (2019), apresentam e elucidam sobre esta “noção de ramificação”:

A ramificação se trata da ocorrência de documentos de um fundo em outro fundo distinto como consequência de uma rede trans e intrainstitucional de produção, recepção e compartilhamento documental para o cumprimento de uma missão ulterior e comum a toda essa rede, mesmo de maneira temporária e muitas vezes não publicada oficialmente, num determinado contexto político e não apenas documental (CARVALHÊDO, 2012: 53-54 *apud* FRANCO; RODRIGUES, 2019: 10).

Analisamos que a criação da ENSP parte da tentativa de reunir atividades diversas, mas especificamente relacionadas à educação no âmbito da saúde pública em uma única instituição, por extrapolarem a missão daquelas instituições que a precederam. Dessa forma, a noção de ramificação parece útil, em alguma medida, para pensarmos a trajetória da documentação e seu pertencimento à Escola.

Muitos questionamentos surgem quando pensamos nessa história arquivística. O que ficou intacto em relação a essa documentação? Quem decidiu, e por que, o que deveria ser preservado? Em que lugares os documentos seguiram até chegarem à ENSP? Por quais personagens?

Santos (2012), que analisa os documentos produzidos pelas atividades científicas, convida-nos a refletir sobre os arquivos no que concerne aos limites entre o que é documento institucional e o que é documento pessoal.

Ainda no que se refere aos limites entre o documento institucional e o pessoal, vale refletir sobre as principais justificativas apresentadas, pelos cientistas, para definir como pessoal os documentos gerados no âmbito de seu trabalho. Segundo Silva (2007), três delas merecem destaque: são frutos de esforço pessoal; inexistente norma institucional que os regule; não serão disponibilizados. Por outro lado, alguns cientistas conseguem definir os documentos de caráter institucional e os de caráter pessoal. Há também aqueles que identificam em alguns documentos a convivência das dimensões pessoal e institucional, a exemplo dos artigos científicos e das patentes (SANTOS, 2012: 317).

A reflexão é válida para pensarmos o conjunto documental analisado, especialmente se considerarmos o papel de personagens – cientistas e outros profissionais – na história da custódia dessa documentação, em que arquivos pessoais e arquivos institucionais se entrelaçam. Neste contexto, as discussões sobre arquivos pessoais contribuem para compreendermos a formação tanto do conjunto documental analisado quanto do arquivo da própria ENSP, considerando que a Escola é uma instituição com características próprias, onde

os docentes de cursos são, sobretudo, pesquisadores envolvidos em outras atividades além do ensino. Jorge Antonio Zepeda Bermudez, por exemplo, diretor da ENSP no período de 2001 a 2004, em “uma reflexão pessoal”, menciona a multiplicidade de funções que exerceu na Escola:

Ao longo desse período em que atuo na escola, além de técnico de laboratório de nível superior, fui auxiliar de ensino, professor assistente (por concurso em 1976) e, hoje, sou pesquisador titular, além de ter ocupado diversos cargos, dentro e fora da Ensp e da própria Fundação Oswaldo Cruz (BERMUDEZ, 2004: 247).

Conforme apontamos anteriormente, muitos personagens que tiveram papel ativo nos anos iniciais da Escola estiveram ligados às instituições e aos cursos que a antecederam. A trajetória profissional desses personagens nos ajuda a compreender a presença dos documentos de 1926 a 1954 na ENSP.

Luciana Heymann, no artigo “O indivíduo fora do lugar” (2009), destaca a importância de refletirmos sobre os usos e sentidos dos arquivos pessoais. Segundo a autora: “Apenas pesquisadas em profundidade, que tomem cada conjunto documental como objeto de análise, poderão desvendar usos e sentidos associados a cada arquivo pessoal” (HEYMANN, 2009: 55-56). Consideramos que essa reflexão possa e deva ser aplicada também aos arquivos institucionais, geralmente vistos de forma bastante naturalizada.

Buscamos analisar o conjunto documental (1926-1954) em diálogo com as questões do campo arquivístico. A seguir, abordaremos a trajetória da documentação na ENSP, considerando as mudanças de estrutura da Escola ao longo dos anos.

2.2 - Trajetória da documentação na ENSP

Já reconhecendo por que estes documentos foram preservados na Ensp, buscamos o seu possível percurso dentro da instituição até o acesso, em 2008, quando foram novamente evocados no contexto do credenciamento da Escola junto ao Ministério da Educação (MEC) para oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Percebemos que, no arquivo sob custódia do Serviço de Gestão Acadêmica (SECA), encontram-se documentos relacionados às atividades acadêmicas dos cursos, enquanto outros documentos, ligados mais diretamente à administração desenvolvida naquele período, foram preservados no arquivo da Secretaria de Administração Geral da Escola. Para compreendermos a cultura documentária da ENSP, delinearemos a trajetória dos documentos

apresentando as alterações estruturais pelas quais a instituição passou ao longo do tempo.

Sofia Lerche Vieira (2015), discutindo a estrutura e funcionamento da educação básica, afirma:

A estrutura e o funcionamento de uma escola e de um sistema educacional não são imutáveis. Ao contrário possuem natureza dinâmica, sujeita a transformações. As reformas educacionais, em geral introduzidas por mudanças na legislação, costumam ser medidas que causam impacto tanto na estrutura, como no funcionamento do ensino (VIEIRA, 2015: 12).

Mudanças na estrutura e no funcionamento do ensino ocorrem em diferentes níveis, modalidades e esferas. É preciso entendê-las, pois podem impactar processos que envolvem os documentos referentes às atividades acadêmicas.

No período de 26/06/1958 a 23/06/1959, de acordo com o Decreto Executivo n. 43.926, de 26/06/1958, a ENSP iniciou oficialmente com a seguinte estrutura:

Quadro 8: Estrutura ENSP 1.

Estrutura:	Diretoria – D; Secretaria; Biblioteca; Conselho Consultivo – CC; Setor de Ensino – SE; Núcleo de Administração da Saúde Pública; Núcleo de Epidemiologia e Bioestatística; Núcleo de Parasitologia; Núcleo de Saneamento.
------------	---

Fonte: SIAN/MAPA.

Ainda não existia, na Escola, a Secretaria Acadêmica, o Serviço de Gestão Acadêmica ou a Secretaria de Administração Geral, mas sim uma secretaria e um setor de ensino. Pensamos em hipóteses para o percurso da documentação nesses anos iniciais, destacando os setores que, supomos, poderiam ter sido responsáveis por sua guarda.

No período de 23/06/1959 a 02/12/1959, a partir do Decreto Executivo n. 46.259, de 23/06/1959, a Secretaria foi subdividida em turmas. Destacamos a Turma de Controle Escolar (TCE) como um provável destino da documentação, pois a denominação se relaciona aos documentos. Entretanto, reconhecemos outros possíveis caminhos.

Quadro 9: Estrutura ENSP 2.

Estrutura:	1 Diretoria – D; 2 Conselho Consultivo – CC; 3 Secretaria – S: 3.1 Turma de Controle Escolar – TCE; 3.2 Turma de Informações e Assistência – TIA; 3.3 Turma de Pessoal e Orçamento – TPO; 3.4 Turma de Material e Transporte – TMT; 3.5 Turma de Comunicações – TC; 3.6 Portaria – P; 4 Setor de Cooperação e Divulgação – SCD; 4.1 Biblioteca – B; 5 Núcleo de Administração de Saúde Pública – NASP; 6 Núcleo de Epidemiologia e Bioestatística – NEB; 7 Núcleo de Parasitologia e Microbiologia – NPM; 8 Núcleo de Saneamento do Meio – NSM; 9 Núcleo de Puericultura – NP; 10 Núcleo de Higiene do Trabalho – NHT; 11 Núcleo dos Estudos Econômicos Aplicados – NEEA.
------------	--

Fonte: SIAN/MAPA.

Considerando o percurso do ensino, a estrutura ainda se manteve mesmo a partir do Decreto Executivo n. 47.308, de 02/12/1959, até 1970. Contudo, chamamos atenção para a seguinte alteração: os Núcleos se transformaram em Seções, mantendo as áreas de conhecimento. Relembramos que Lincoln, considerado primeiro diretor da ENSP, assume a direção dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde em abril de 1954 e ocupa esta função até 1961, e também que o setor de Cursos do DNS se extingue em 1966.

Quadro 10: Estrutura ENSP 3.

Estrutura:	1 Diretoria – D; 2 Conselho Consultivo – CC; 3 Secretaria – S: 3.1 Turma de Controle Escolar – TCE; 3.2 Turma de Informações e Assistência – TIA; 3.3 Turma de Pessoal e Orçamento – TPO; 3.4 Turma de Material e Transporte – TMT; 3.5 Turma de Comunicações – TC; 3.6 Portaria – P; 4 Setor de Cooperação e Divulgação – SCD; 4.1 Biblioteca – B; 5 Seção de Administração de Saúde Pública; 6 Seção de Epidemiologia e Bioestatística; 7 Seção de Parasitologia e Microbiologia; 8 Seção de Saneamento do Meio; 9 Seção de Puericultura; 10 Seção de Higiene do Trabalho; 11 Seção de Estudos Econômicos Aplicados.
------------	---

Fonte: SIAN/MAPA.

No período de 08/09/1970 a 28/09/1976, com a Portaria n. 263, de 08/09/1970, foi criado o Departamento de Preparação de Pessoal. Neste período, o órgão deixou de ser chamado Escola Nacional de Saúde Pública, passando à denominação de Instituto Presidente Castello Branco.

Segundo Barreira (2009), na década de 1970 os departamentos da ENSP se subordinavam ao Departamento de Preparação de Pessoal:

No período 1973-1974, os departamentos da ENSP se subordinavam ao Departamento de Preparação de Pessoal, este último responsável pelos cursos oferecidos, pelo horário das aulas, pela inscrição e certificados emitidos aos alunos. Na década de 70, foi estruturado um setor para responder pelas atividades referentes à inscrição, à matrícula e acompanhamento dos alunos. Em relação à certificação, entre a década de 1970 e meados da década de 1980, os diplomas dos cursos ministrados pela ENSP eram registrados na Pró-Reitoria da UFRJ. Em outubro de 1987, por decisão do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE) da ENSP, estes passaram a ser registrados na própria SECA (BARREIRA, 2009: 27).

Na estrutura estabelecida em 08/09/1970, podemos ainda observar outras instâncias passíveis de terem preservado documentos relacionados ao ensino, como as secretarias.

Quadro 11: Estrutura ENSP 4.

Estrutura:	1 Diretoria: 1.1 Gabinete; 1.2 Assessoria Técnica; 2 Serviços Técnicos Gerais: 2.1 Biblioteca; 2.2 Unidade Áudio-Visual; 2.3 Oficina Gráfica; 3 Serviço de Administração; 4 Departamento de Recursos Humanos para a Saúde: 4.1 Chefia; 4.2 Secretaria ; 4.3 Conselho Consultivo; 4.4 Coordenação de Documentos e Análise; 4.5 Coordenação de Projetos e de Cooperação Técnica; 5 Departamento de Preparação de Pessoal: 5.1 Chefia; 5.2 Secretaria ; 5.3 Conselho Técnico; 5.4 Coordenação de Área de Docência; 5.5 Unidades de Treinamento.
------------	--

Fonte: SIAN/MAPA.

De acordo com a Norma Regulamentar n. 19, de 28/09/1976, foi criado um Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE). A instituição voltou a ser chamada de Escola Nacional de Saúde Pública, com a estrutura a seguir:

Quadro 12: Estrutura ENSP 5.

Estrutura:	<p>Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; departamentos didático-científicos para as áreas de: - epidemiologia e métodos quantitativos em saúde; - administração e planejamento de saúde; - ciências sociais; - saneamento e saúde ambiental; - ciências biológicas; coordenadorias, em número correspondente aos dos departamentos, cursos regulares e programas prioritários; órgãos auxiliares, de apoio às atividades substantivas.</p>
------------	---

Fonte: SIAN/MAPA.

A Direção e apenas uma secretaria voltaram a fazer parte da estrutura da ENSP segundo a Norma Operacional n. 10, promulgada em 30/11/1976.

Quadro 13: Estrutura ENSP 6.

Estrutura:	<p>Direção; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; departamentos didático-científicos: - Departamento de Administração e Planejamento de Saúde; - Departamento de Ciências Biológicas; - Departamento de Ciências Sociais; - Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde; - Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental; órgãos auxiliares de apoio às atividades de ensino, pesquisa e extensão: - Secretaria; - Biblioteca Setorial; - Unidade de Treinamento Germano Sinval Faria.</p>
------------	--

Fonte: SIAN/MAPA.

Também, segundo a história administrativa do Departamento de Administração e Planejamento de Saúde:

Em 1966, a Escola Nacional de Saúde Pública passou a integrar a Fundação Ensino Especializado em Saúde Pública criada pela Lei nº 5.019 de junho de 1966. No que se refere ao ensino, a Fundação Ensino Especializado em Saúde Pública se departamentaliza, constituindo o Conselho Departamental - integrado pelos chefes de departamento -, o órgão consultivo para a fixação da política educacional e da pesquisa. No estatuto da Fensp – Decreto nº

59.050 de 11 de agosto de 1966 – foram criados os departamentos de ensino ao qual a ENSP ficou subordinada: Ciências Biológicas, Epidemiologia, Metodologia e Planejamento, Saneamento, Administração de Saúde e Estatística. A Fensp em 1969 passou a denominar-se Fundação Recursos Humanos para a Saúde. Em 22 de maio de 1970 passou a denominar-se Instituto Presidente Castello Branco e a incorporar a Fundação Instituto Oswaldo Cruz, hoje Fundação Oswaldo Cruz. A Resolução nº 6 de 13 de abril de 1970 extinguiu o Departamento de Metodologia e Planejamento cujas atividades foram transferidas para o Departamento de Administração em Saúde que passou a denominar-se Departamento de Administração e Planejamento de Saúde. Extinguiu-se também o Departamento de Estatística cujas atividades foram transferidas para o Departamento de Epidemiologia que passou a denominar-se Departamento de Epidemiologia, depois Departamento de Epidemiologia e Estatística. A Resolução 20 de 12 de junho do mesmo ano, por sua vez, extinguiu o Departamento de Ciências Sociais, cujas atividades foram transferidas para o Departamento de Administração de Planejamento de Saúde. Enfim, apesar do Regimento do Instituto Castello Branco ser posterior as duas Resoluções, na prática entre 1970 e 1976, as funções exercidas pelos departamentos continuaram sendo desempenhadas. No Regimento do Instituto Castello Branco de 8 de setembro de 1970 constam dois departamentos: o de Recursos Humanos para a Saúde e o de Preparação de Pessoal. Este último através da Coordenação de Áreas de Docência incorporou as atividades desenvolvidas pelos departamentos. As áreas de docência são as seguintes: Ciências Biológicas, Epidemiologia, Saneamento, e Administração. Em 1976 o Instituto Presidente Castello Branco recuperaria sua denominação original: Escola Nacional de Saúde Pública.⁹⁶

De 16/02/1978 a 02/01/1982, por meio da Norma Regulamentar n. 2, de 1978, pela primeira vez o nome “secretaria acadêmica” passou a fazer parte da estrutura da Escola.

Quadro 14: Estrutura ENSP 7.

Estrutura:	Diretoria – ENSP/DIR; Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; departamentos didático-científicos; Coordenadorias de cursos e de programas prioritários; órgãos de apoio às atividades escolares; Secretaria Acadêmica; Unidade de Treinamento Germano Sinval Faria.
------------	---

Fonte: SIAN/MAPA.

Entretanto, de 02/01/1982 a 21/05/1984, com o Ato n. 1, de 1982, a nomenclatura “acadêmica” passou a não constar na denominação da secretaria, e a coordenadoria de cursos e programas criada na estrutura anterior foi subdividida por classificação de cursos:

⁹⁶ Base Arch: Repositório de informações sobre o arquivo permanente da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Quadro 15: Estrutura ENSP 8.

Estrutura:	1 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; 2 Departamento de Ciências Biológicas; 3 Departamento de Administração e Planejamento de Saúde; 4 Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental; 5 Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde; 6 Departamento de Ciências Sociais; 7 Coordenadoria de Cursos Regulares e de Programas Prioritários: 7.1 Curso Básico de Saúde Pública; 7.2 Curso de Especialização em Saúde Pública; 7.3 TAS/Residência em Saúde Pública Epidemiológica; 7.4 Cursos Básicos Regionalizados em Saúde Pública; 8 Secretaria; 9 Unidade de Treinamento Sinval Faria.
------------	---

Fonte: SIAN/MAPA.

De 21/05/1984 a 08/03/1985, com o Ato n. 55-PR, de 1984, a estrutura do ensino permaneceu, sendo criadas a instância da Direção e uma unidade de planejamento e orçamento da Escola.

Quadro 16: Estrutura ENSP 9.

Estrutura:	1 Direção: 1.1 Unidade de Planejamento e Orçamento da Escola Nacional de Saúde Pública; 2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão; 3 Departamento de Ciências Biológicas; 4 Departamento de Administração e Planejamento de Saúde; 5 Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental; 6 Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde; 7 Departamento de Ciências Sociais; 8 Coordenadoria de Cursos Regulares e de Programas Prioritários: 8.1 Curso Básico de Saúde Pública; 8.2 Curso de Especialização em Saúde Pública; 8.3 TAS/Residência em Saúde Pública Epidemiológica; 8.4 Cursos Básicos Regionalizados em Saúde Pública; 9 Secretaria; 10 Unidade de Treinamento Sinval Faria.
------------	--

Fonte: SIAN/MAPA.

A partir de 1985, com o Ato n. 9-PR, de 08/03/1985, a ENSP passou a apresentar a Secretaria Acadêmica novamente em sua estrutura.

Quadro 17: Estrutura ENSP 10.

Estrutura:	1 Direção; 2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; 3 Departamento de Administração e Planejamento de Saúde; 4 Departamento de Ciências Biológicas; 5 Departamento de Ciências Sociais; 6 Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde; 7 Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental; 8 Conselhos Departamentais – CD; 9 Unidades de Apoio: 9.1 Secretaria Acadêmica: 9.1.1 Setor de Expediente e Atividades Auxiliares; 9.1.2 Setor de Controle e Apuração; 9.1.3 Setor de Documentação e Arquivo; 9.2 Serviço de Tecnologia do Ensino: 9.2.1 Setor de Apoio Didático-Pedagógico; 9.2.2 Setor de Recursos Audiovisuais; 9.2.3 Setor de Publicações e Divulgação; 9.3 Núcleo de Planejamento e Orçamento; 9.4 Biblioteca Setorial; 10 Unidade de Treinamento Germano Sinval Faria.
------------	--

Fonte: SIAN/MAPA.

Com o Ato n. 188-PR, de 19/09/1985, a Secretaria Acadêmica continuou a compor a estrutura da Escola até a mudança para o nome atual, Serviço de Gestão Acadêmica (SECA). Neste período, o Departamento de Administração e Planejamento de Saúde deixa de existir na estrutura da ENSP – o que nos leva a compreender a presença de documentos administrativos sobre cursos, do período anterior à criação da Escola, no arquivo permanente da ENSP, recolhido pela COC. Ainda de acordo com a Base Arch, o recolhimento do acervo deste departamento ocorreu em 1992.

Quadro 18: Estrutura ENSP 11.

Estrutura:	1 Direção; 2 Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão – CONSEPE; 3 Departamento de Ciências Biológicas; 4 Departamento de Ciências Sociais; 5 Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde; 6 Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental; 7 Conselhos Departamentais – CD; 8 Unidades de Apoio: 8.1 Secretaria Acadêmica: 8.1.1 Setor de Expediente e Atividades Auxiliares; 8.1.2 Setor de Controle e Apuração; 8.1.3 Setor de Documentação e Arquivo; 8.2 Serviço de Tecnologia do Ensino:
------------	---

	8.2.1 Setor de Apoio Didático-Pedagógico; 8.2.2 Setor de Recursos Audiovisuais; 8.2.3 Setor de Publicações e Divulgação; 8.3 Núcleo de Planejamento e Orçamento; 8.4 Biblioteca Setorial; 9 Unidade de Treinamento Germano Sinval Faria.
--	---

Fonte: SIAN/MAPA.

Com o Ato n. 181-PR, de 20/09/1989, a subdivisão da Secretaria Acadêmica passou a não constar na estrutura e, neste contexto, foi criada a Secretaria de Administração. Consideramos a possibilidade de que esta nova Secretaria de Administração tenha incorporado documentos até então acumulados pelas subdivisões da Secretaria Acadêmica, dentre outras instâncias extintas. Isso explicaria a presença, hoje, de documentos relacionados às atividades acadêmicas do período de 1926 a 1954 também no arquivo da Secretaria de Administração Geral da Escola, e não apenas no Serviço de Gestão Acadêmica.

Quadro 19: Estrutura ENSP 12.

Estrutura:	1 Assembleia-Geral; 2 Conselho Deliberativo; 3 Direção: 3.1 Coordenação de Ensino; 3.2 Coordenação de Pesquisa; 3.3 Coordenação de Cooperação Técnica e Serviços; 3.4 Coordenação Nacional dos Cursos Descentralizados – CONCURD; 3.5 Centro de Estudos – CEENSP; 3.6 Serviços de Apoio: 3.6.1 Secretaria Acadêmica; 3.6.2 Secretaria de Desenvolvimento Educacional; 3.6.3 Secretaria de Administração; 3.6.4 Biblioteca; 4 Conselho Consultivo; 5 Departamentos e Centros: 5.1 Departamento de Administração e Planejamento em Saúde; 5.2 Departamento de Ciências Biológicas; 5.3 Departamento de Ciências Sociais; 5.4 Departamento de Epidemiologia e Métodos Quantitativos em Saúde; 5.5 Departamento de Saneamento e Saúde Ambiental; 5.6 Centro de Saúde Escola Germano Sinval Faria; 5.7 Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana – CESTEHE; 6 Comissões Permanentes: 6.1 Comissão Permanente de Pesquisadores e Docentes – CPPD; 6.2 Comissão Permanente de Pessoal de Apoio – CPPA.
------------	---

Fonte: SIAN/MAPA.

Segundo Barreira (2009):

Presumivelmente entre a década de 1980 até o ano de 1996, a Secretaria Acadêmica centralizou a inscrição, matrícula e o acompanhamento dos alunos de todos os cursos ministrados pela ENSP, menos o Mestrado e o Doutorado, que tinham uma secretaria em separado. Em 1997 a SECA assumiu integralmente as atividades de rotina da secretaria do programa e passou a funcionar como única Secretaria Acadêmica da ENSP (BARREIRA, 2009: 27).

Em 2001, ocorreu uma reorganização, no âmbito da Direção, das atividades de ensino, pesquisa, cooperação e serviços, assim como nas atividades de apoio técnico e administrativo, sendo instituídas três coordenações:

Coordenação de Pós-Graduação, integrando as atividades de ensino, pesquisa e cooperação desenvolvidas no âmbito dos programas de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

Coordenação de Escola de Governo em saúde, integrando o ensino, a pesquisa, a cooperação e os serviços desenvolvidos no âmbito do apoio imediato ao sistema de saúde (ensino lato sensu - presencial e a distância -, mestrado profissional, serviços de referência, pesquisa estratégica e estudos por demanda externa).

Coordenação de Desenvolvimento Institucional e Gestão, envolvendo o conjunto das atividades de gestão e apoio administrativo e da infra-estrutura, assim como a articulação dos projetos afetos à modernização gerencial da Escola, envolvendo os campos do Planejamento Institucional, Informação/ Comunicação, Programas de Qualidade, e outros⁹⁷.

Inicialmente subordinada à Direção, a Secretaria Acadêmica passou a integrar a estrutura da Coordenação de Desenvolvimento Institucional e Gestão. Desde então, embora suas atividades fossem exclusivamente voltadas para o ensino, seus serviços e arquivos passaram a ser de responsabilidade da gestão da Escola. De acordo com o Portal de Ensino da Escola:

A partir do 1º semestre de 2003, a Secretaria Acadêmica atual Serviço de Gestão Acadêmica (mantendo-se a mesma sigla) até então subordinada à Direção, foi integrada à Coordenação de Desenvolvimento Institucional e Gestão, esta última criada com a finalidade de consolidar a gestão administrativa da ENSP, objetivando maior eficiência e qualidade na prestação de serviços de suas áreas técnicas administrativas aos seus usuários internos e externos. Entre 2004-2005 o SECA foi vinculado à Vice-Direção de Pós-Graduação Stricto Sensu, atual Vice-Direção de Ensino⁹⁸.

Em 2006, novas mudanças começaram a ser discutidas em fóruns internos, mas

⁹⁷ ENSP. Portaria Interna, 2001.

⁹⁸ ENSP ENSINO, Gestão Acadêmica - Histórico, 2020.

algumas só se efetivaram em 2008, como, por exemplo, a descrita na Portaria GD-ENSP 002/2008, que alterou as nomenclaturas da estrutura organizacional da Direção – nessa ocasião, a Coordenação de Desenvolvimento Institucional e Gestão (CDIG) passou a se chamar Vice Direção Institucional de Gestão (VDIG)⁹⁹.

Outras alterações estruturais ocorreram, além das mencionadas. Buscamos mapear aquelas que contribuem para esclarecer a trajetória da documentação analisada. De acordo com Ieda Bernardes e Hilda Delatorre (2008) sobre os arquivos e a gestão documental, o lugar que o arquivo ocupa na estrutura administrativa dos órgãos altera seu pleno funcionamento:

Para o controle pleno dos documentos, desde a sua produção até a sua destinação final, torna-se necessário assegurar a integração dos protocolos com os arquivos visando à padronização dos procedimentos técnicos. Essa integração permitirá que os documentos sejam rapidamente localizados não apenas durante sua tramitação, mas também durante o período em que aguardam o cumprimento de seus prazos no arquivo corrente, intermediário e permanente (BERNARDES; DELATORRE, 2008: 16).

Segundo memórias e relatos de profissionais¹⁰⁰ do Serviço de Gestão Acadêmica (SECA), os documentos de 1926 a 1954 passaram a fazer parte da estrutura deste setor e receberam tratamento por este setor na década de 1980.

2.3 - Tratamentos e usos da documentação

A partir dos registros e das marcas de proveniência nos documentos, pastas e caixas, conseguimos identificar algumas questões sobre os tratamentos que este conjunto documental recebeu. Os documentos foram organizados em sacos plásticos e posteriormente em pastas e caixas por curso/oferta, de forma cronológica. Documentos produzidos posteriormente, mas relacionados a determinada oferta, foram incorporados na mesma pasta¹⁰¹.

A palavra “cursos” aparece manuscrita em diversos documentos, parecendo-nos um esforço de separar o que se relacionava ou não aos cursos¹⁰². Como apresentamos, em 1989 houve a criação da Secretaria de Administração. Os setores de Expediente e Atividades

⁹⁹ ENSP. Portaria Interna, 2008.

¹⁰⁰ Ao longo de nossa pesquisa, e mesmo antes, colhemos informações de profissionais que atuaram no Serviço de Gestão Acadêmica (SECA/ENSP). Dentre eles, Bruno Soares Brando, funcionário técnico-administrativo do SECA até 2020, que foi responsável, entre outras funções, pelo Sistema de Informações e Gerenciamento Acadêmico (SIGA).

¹⁰¹ ANEXO 16 – Documento com data posterior à do curso ao qual se refere - Curso Higiene e Saúde Pública - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) - Caixa 3/pasta 3 (folha 2 de um requerimento de 1960, de um ex-aluno do curso de saúde pública – 1941).

¹⁰² ANEXO 17 – Destaque para a palavra “cursos” manuscrita dentre outras marcações. - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954).

Auxiliares, de Controle e Apuração e de Documentação e Arquivo, até então subordinados à Secretaria Acadêmica, passaram a não constar na estrutura da Escola. As mudanças na estrutura são indícios do percurso da documentação, mas não explicitam por si só quando, por quem e em quais contextos se deram as interferências voltadas à organização dos documentos.

No que tange ao tratamento da documentação antes de sua entrada na ENSP, cabe destacar a atuação de Belisário Martins Alves, que tem o nome e assinatura registrados em diferentes documentos. Na década de 1940, Belisário Martins Alves era quem fazia a gestão desses documentos¹⁰³. Como já vimos, segundo um relatório do Instituto Oswaldo Cruz (IOC), ele foi o encarregado dos cursos no período de 1942 a 1949. Ainda localizamos em Diários Oficiais que, desde 1938, Belisário Martins Alves prestava serviços ao IOC e recebia pelo Ministério da Educação e Saúde para o desempenho da função de auxiliar de escritório¹⁰⁴.

Identificamos também a atuação deste funcionário em documentos produzidos após a criação da Escola. Apresentamos um documento produzido na década de 1960, que consta na pasta do Curso de Saúde Pública de 1941. Neste documento, Belisário Martins Alves certifica a situação de um aluno em resposta a uma solicitação protocolada na Secretaria dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde. O funcionário faz isso “revendo os arquivos do CURSO DE SAUDE PÚBLICA - 1941 – 1942 / (mil novecentos e quarenta e um e quarenta e dois) realizado pelo Instituto Oswaldo Cruz”¹⁰⁵. O fluxo com as assinaturas dos personagens e as datas constam no verso do requerimento.

Em relação ao tratamento da documentação pela própria ENSP, merecem menção as ações de gestão documental incentivadas na Escola pela Casa de Oswaldo Cruz (COC)¹⁰⁶, unidade da Fiocruz criada em 1986, com protagonismo no processo de construção da *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*.

Segundo descrição do Fundo da Escola Nacional de Saúde Pública na Base Arch¹⁰⁷:

¹⁰³ Auxiliar de escritório VIII em 1942. Fontes: ENSP- Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954). BRASIL, Departamento de Administração Geral, Página 8 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 19 de Dezembro de 1938. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2633588/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-12-1938/pdfView>. Acesso em: 4 maio 2020.

¹⁰⁴ BRASIL, Página 6 da Seção 1 do Diário Oficial da União (DOU) de 19 de Dezembro de 1938. Disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2633586/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-12-1938>. Acesso em: 23 mar. 2020.

¹⁰⁵ ANEXO 15 – Documento com data posterior à do curso ao qual se refere - Curso Higiene e Saúde Pública - ENSP - Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica (1926 a 1954) - Caixa 3/pasta 3 (folha 2 de um requerimento de 1960, de um ex-aluno do curso de saúde pública – 1941).

¹⁰⁶ CASA DE OSWALDO CRUZ. Quem somos. Disponível em: <http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/institucional/quem-somos>. Acesso em: 10 jul. 2019.

¹⁰⁷ Base Arch: Repositório de informações sobre o arquivo permanente da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: <http://basearch.coc.fiocruz.br/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Em 1989 foi recolhido ao Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) o primeiro conjunto de documentos provenientes da ENSP. Estes estavam sob a custódia da Diretoria de Administração, órgão da Fiocruz que era, até então, depositário de documentos permanentes do Instituto Oswaldo Cruz e de arquivos não correntes de outras unidades da instituição. De 1994 até hoje os recolhimentos de documentos da ENSP têm sido feitos com razoável regularidade. O último conjunto de documentos, recolhido ao DAD em 2001, aborda a história da instituição desde sua criação, em 1954, e o início de suas atividades em 1959, até a década de 1990.

Os documentos do arquivo da Secretaria Acadêmica, no entanto, ainda não foram recolhidos ao DAD, mas o setor participou de outras atividades implementadas na Escola sob a coordenação da COC, como consultorias, assessorias, orientações e treinamentos, principalmente após a promulgação da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991¹⁰⁸, que “Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências”.

Em 2006, uma Comissão foi nomeada na ENSP para implantação do Sistema de Gestão de Arquivos¹⁰⁹. Nesse período, foi implementado um projeto de microfilmagem e digitalização dos documentos do Serviço de Gestão Acadêmica referentes aos cursos dos anos de 1926 até 1979, somando 120 caixas¹¹⁰. Esses documentos foram preparados, mas preservaram a mesma organização, não tendo passado por avaliação.

Segundo os que participaram desse projeto da ENSP, em um trabalho apresentado no III Congresso Nacional de Arquivologia, em 2008:

Considerando a grande produção de documentos da área de ensino da Unidade e a importância da sua preservação, devido à temporalidade ser longa e ser uma importante fonte informacional para a memória e a história do desenvolvimento científico e tecnológico da área de Saúde Pública, desenvolveu-se e iniciou-se a microfilmagem e digitalização dos documentos do Serviço de Gestão Acadêmica (MENEZES, SANTOS, ROMEIRO, PINTO, CARMO, 2008: 165-166).

Os autores ainda esclarecem, a respeito de gestão documental, que:

O preparo da documentação do Serviço de Gestão Acadêmica para proceder à mudança de suporte viabilizou o estudo dos documentos de registro da atividade de Ensino, possibilitando a análise da temporalidade dos mesmos e o esboço de uma tabela de Temporalidade para os tipos e espécies documentais produzidos e acumulados pelo setor. Além disso, iniciou-se um

¹⁰⁸ BRASIL, 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm. Acesso em: 4 maio 2020.

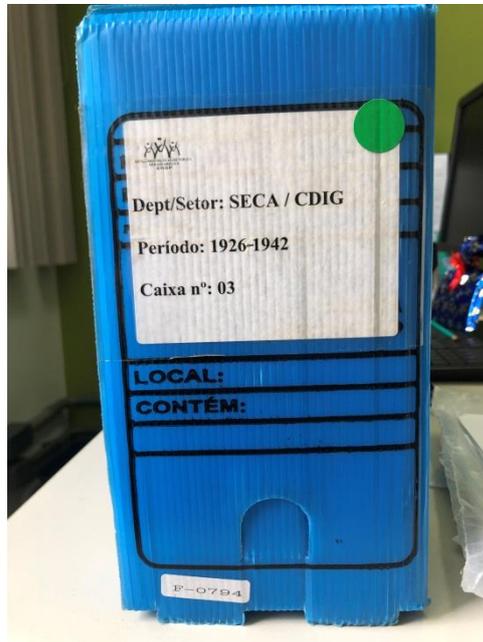
¹⁰⁹ FIOCRUZ - Sigda: Concepção, Dilemas e Implantação. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/sigda-na-fiocruz>. Acesso em 10 jul. 2019.

¹¹⁰ ENSP. Resultados do período de 2006 a 2008 do Projeto: Implantação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos na ENSP em parceria com a COC. Disponível em <http://ensp.fiocruz.br/intranet>. Acesso em: 10 abr. 2020.

estudo para a padronização dos dossiês de alunos dos cursos oferecidos pela ENSP (MENEZES, SANTOS, ROMEIRO, PINTO, CARMO, 2008: 166).

O preparo para microfilmagem deixou marcas na documentação e também na organização dos documentos. Abaixo (imagem 7), apresentamos a identificação da caixa 3. Todas as demais caixas possuem o mesmo padrão, ou seja, informações sobre o departamento/setor, o período e o número da caixa.

Imagem 7: etiqueta de identificação de uma das caixas.



Fonte: foto da autora.

As caixas apresentam a identificação dada pelo Serviço de Gestão Acadêmica (SECA), que, naquele contexto, era subordinado à Coordenação de Desenvolvimento Institucional e Gestão (CDIG), instância responsável pelo processo de microfilmagem. A partir de 2008, a CDIG passou a se chamar Vice Direção Institucional de Gestão (VDIG)¹¹¹.

As caixas também possuem a identificação dada pela empresa que realizou a microfilmagem.

¹¹¹ ENSP. Portaria Interna, 2008.

Imagem 8: etiqueta de identificação da empresa MGI¹¹² - caixa 3.



Fonte: foto da autora.

A proposta de constituição do arquivo intermediário da ENSP foi apresentada e implantada também neste período e, assim, os documentos foram transferidos posteriormente. A cronologia dessas atividades nos ajudou a esclarecer a divergência entre a sequência das caixas, as informações dos relatórios da microfilmagem e as listagens do processo de transferência ao arquivo intermediário. Estas iniciativas estão registradas em relatórios onde a comissão responsável apresenta os “Resultados do período de 2006 a 2008 do Projeto: Implantação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos na ENSP em parceria com a COC” (ENSP, Intranet, Relatório 2008).

O conjunto documental analisado apresenta marcas não apenas do tratamento, mas também do uso dos documentos ao longo dos anos. Conforme apontado anteriormente, tive contato com essa documentação, como funcionária da ENSP, em 2008, para atender a demandas do Ministério da Educação (MEC). Cabe mencionar que, nesse momento, passamos a atender também a demandas de ex-alunos da Escola, que solicitavam informações sobre o ato de reconhecimento do MEC, incluindo a emissão de documentos acadêmicos com os registros que a legislação educacional publicada em 2007 passou a exigir para os cursos de pós-graduação *lato sensu*. Nesse contexto, percebemos que documentos fora

¹¹² MGI TECNOGIN MICROGRAFICA NO GERENCIAMENTO DA INFORMACAO EIRELI – Empresa com guarda provisória do arquivo intermediário.

de uso voltaram a ser consultados, seja pelo seu valor probatório, seja pela necessidade de compreensão das atividades educacionais e da história da Escola.

As demandas de ex-alunos se relacionavam a solicitações de segundas vias de certificados e históricos escolares e/ou pareceres de autenticidade para os documentos já emitidos, sendo majoritariamente casos de profissionais que estavam em processo de aposentadoria. O número de requerimentos com solicitações desta natureza foi aumentando ao longo dos anos, principalmente antes da publicação do ato de reconhecimento, pelo MEC, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e suas unidades para oferta de cursos de *lato sensu*¹¹³.

Ainda que estas solicitações se relacionassem a cursos ofertados em períodos posteriores ao recorte temporal desta pesquisa, é interessante perceber que o uso da documentação por ex-alunos acontecia de forma recorrente. Localizamos, em diferentes pastas que reúnem a documentação de 1926 a 1954, solicitações de ex-alunos dos cursos então ministrados, que requeriam certificados e segundas vias de documentos sobre a participação nos cursos, décadas depois da oferta do curso ter ocorrido, o que contribui para reafirmar, assim, o valor probatório deste acervo, e para analisarmos, a partir dele, a cultura documentária da Escola. São documentos acadêmicos e de fluxos no contexto do ensino em saúde, que posteriormente serviram de prova da efetivação desses processos.

Alguns documentos apresentam um carimbo com a palavra “archivo”; outros, anotações com características que remetem a procedimentos acadêmicos ou de gestão dos documentos, como a palavra “fichado” ou uma marcação de conferência; outros, ainda, contêm anotações que esclarecem processos, como “Maria anotar”, “procurar saber o endereço e devolver”, “esse é professor?”.

A documentação foi consultada também no âmbito da gestão de ensino da ENSP, para sistematização das informações sobre a estrutura curricular dos cursos de pós-graduação em nível de especialização oferecidos a partir de 1954, pois alguns registros remetiam aos documentos anteriores a esta data, como os dos cursos de Saúde Pública e Saúde Mental que tiveram diversas ofertas na sede e fora da sede, e em níveis diferentes desde a década de 1940.

A instituição já havia passado por credenciamentos no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* e para oferta de cursos na modalidade a distância, que facilitavam algumas classificações – como a compreensão sobre nível e modalidade dos cursos, seja pela carga horária, pelos requisitos mínimos exigidos ao corpo docente ou pela estrutura curricular –

¹¹³ BRASIL. Ministério da Educação. Portaria n. 331, de 10 de março de 2017. Diário Oficial da União, 13 mar. 2017, Seção 1, p. 9. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20477150/do1-2017-03-13-portaria-n-331-de-10-de-marco-de-2017-20477140. Acesso em: 28 mar. 2021.

mas, mesmo assim, surgiram questionamentos no âmbito dos cursos presenciais da pós-graduação *lato sensu*, sobre a diferenciação entre um novo curso ou uma nova edição do mesmo curso, ou, ainda, entre um curso de aperfeiçoamento e um curso de especialização. Alguns cursos de aperfeiçoamento apresentavam características muito similares aos de especialização, além de atenderem ao que a nova normativa determinava, ou seja, a carga horária mínima era superior a 360 horas e ambos apresentavam a exigência do trabalho de conclusão de curso.

A história da pós-graduação *lato sensu* começava a ser regulamentada pela legislação no Brasil em 2007, mas os cursos ofertados precediam essa data. Assim, um dos critérios inicialmente estabelecidos para prestação de informações ao MEC¹¹⁴ foi a mudança de nome do curso. Houve, ainda, a necessidade de outros cruzamentos de informações. Um exemplo interessante é o curso de Saúde Mental e Atenção Psicossocial, que teve sua primeira oferta com este nome em 2005. O professor e pesquisador Paulo Duarte de Carvalho Amarante, coordenador que acompanhava o referido curso desde a década de 1980, no entanto, considerava-o como o mesmo curso de saúde mental que teve início bem antes de 2005. Nos arquivos, havia registros dos cursos de Psiquiatria Clínica e Higiene Mental (de 1939 até 1942), de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica (de 1943 a 1964) e, com o nome Saúde Mental, especificamente, havia registros desde 1965. A consulta à documentação anterior à criação da ENSP era o que nos permitia, assim, recuperar a origem de cursos ministrados no âmbito da Escola.

Os programas dos cursos não constavam em todas as pastas. Esses documentos, quando preservados, ficavam muitas vezes em posse dos professores/pesquisadores, o que nos levou a refletir sobre os limites entre os arquivos pessoais e institucionais. Assim, para melhor compreensão da trajetória dos cursos, optamos pelo reuso de entrevistas concedidas por esses profissionais, visando ao cruzamento das informações com os documentos do arquivo analisado. Aproveitamos o fato de que Paulo Amarante já havia concedido algumas entrevistas sobre o campo da saúde mental, e decidimos utilizar esses registros para compor o panorama histórico sugerido a partir da documentação.

No artigo “A história oral e suas contribuições para o estudo das culturas escolares” (2013), Milena Aragão, Jordana Timm e Lúcio Kreutz afirmam que, por meio da história oral,

¹¹⁴ E-MEC: “Criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Pela internet, as instituições de educação superior fazem o credenciamento e o recredenciamento, buscam autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente” (BRASIL, MEC, 2020).

é possível pesquisar sobre os conteúdos ministrados, sobre as disciplinas escolares. Os autores ainda destacam:

Para um pesquisador é difícil não indagar o que era ministrado nas aulas de Matemática e Linguagem, afinal, onde estava a ênfase? Que textos eram apresentados aos alunos? Que representações continham? Como era a didática docente? E a formação? Como a professora era contratada? De onde vinha? Como eram os testes? E no canto, que discursos eram disseminados? Da Educação Física Qual era o objetivo? Eram separados os meninos das meninas? Havia diferenças? Enfim, questionamentos que não cessam em si mesmos, mas que ajudam a compreender o contexto de um determinado tempo histórico, e, por conseguinte, a história da educação brasileira (ARAGÃO; TIMM; KREUTZ, 2013: 36).

A entrevista de Paulo Amarante utilizada na pesquisa foi concedida ao programa *Bate Papo na Saúde* – especificamente, para um episódio da série sobre sanitaristas –, veiculado pelo Canal Saúde, um canal de televisão criado e gerido pela Fiocruz. Seu acervo audiovisual é patrimônio cultural e favoreceu, com o cruzamento de informações, uma observação criteriosa dos documentos¹¹⁵.

Compreendendo o valor dos documentos produzidos em decorrência de atividades relacionadas ao ensino, bem como a importância da formação em saúde pública como política voltada às questões sanitárias, convidamos a pensar nas possibilidades de reuso dos documentos que integram esse conjunto (1926-1954) aparentemente “fora de lugar”. Buscamos retratar sua história com a intenção de explorar o potencial da documentação, acreditando que possa contribuir com conhecimentos para além dos objetivos que justificaram a sua produção, como a compreensão da história e da memória da ENSP, bem como dos cursos e atividades educacionais da atual Escola.

Nossa pretensão não foi a de esgotar a história e descrição dos documentos, mas fornecer subsídios para pensar os arquivos da ENSP e os seus métodos de arquivamento, que se relacionam a outras e atuais temáticas, como a implantação dos acervos digitais em instituições de ensino superior – temática que se tornou ainda mais urgente em decorrência da pandemia da COVID-19 que estamos enfrentando.

¹¹⁵ De acordo com a entrevista, o sanitarista Paulo Amarante foi convidado por Sérgio Arouca para ser o coordenador do curso de Saúde Mental quando começaram o projeto da reforma psiquiátrica no estado do Rio de Janeiro (AMARANTE, 2017).

Capítulo 3 – O lugar dos documentos “do ensino” na estrutura da ENSP

No decorrer da investigação, documentos de arquivos internos e externos à Escola, tanto pessoais como institucionais, sobre os cursos que apresentamos avigoraram a pesquisa e não apenas contribuíram para que contássemos a história dos documentos de 1926 a 1954, mas nos estimularam a pensar sobre o lugar dos documentos produzidos em função das atividades de ensino na estrutura documental da instituição. Observamos o contexto institucional de guarda e tratamento dessa documentação, refletindo sobre algumas questões, a saber: quem, como, onde, por que e para que organizar e preservar essa documentação?

O acesso à documentação é uma das funções arquivísticas que ganha destaque quando pensamos na finalidade do trabalho de organização e preservação. Margareth da Silva (2015), resgatando a história das terminologias arquivo e custódia, esclarece sobre os distintos lugares e funções já ocupados pelos arquivos ao longo do tempo:

Na Antiguidade clássica, quando foi formulada a definição do arquivo como lugar, e nas cidades livres medievais, os arquivos eram lugares que atendiam os cidadãos, por meio da publicidade e do acesso aos documentos. Na Idade Moderna, porém, os arquivos ficaram a serviço do príncipe e, conseqüentemente, os documentos se tornaram secretos para responder quase que exclusivamente às necessidades do soberano. A partir do século XIX, o Estado incentivou o estudo das fontes do passado nas instituições arquivísticas, e a abertura para a pesquisa histórica era fundamentalmente centrada na ideia de construir uma história nacional. Nos dias de hoje o arquivo começa a ser visto como lugar que preserva e dá acesso, como parte constitutiva do regime democrático e como elemento ativo na vida dos cidadãos (SILVA, 2015: 19).

Nessa perspectiva contemporânea apresentada pela autora, ganha importância renovada o trabalho de organização e preservação visando ao acesso. Essa mudança de perspectiva – de um arquivo voltado ao Estado para um arquivo que se abre à sociedade – foi acompanhada de transformações no campo arquivístico, com reflexo nas instituições custodiadoras de arquivos.

Neste capítulo, abordaremos a atuação contemporânea da ENSP na produção e gestão dos documentos relacionados às atividades de ensino, enfatizando a relação da Escola com outras unidades da Fiocruz. Buscaremos analisar a cultura documentária da Escola, apontando as principais ações voltadas à gestão documental implementadas a partir dos anos 2000. Trataremos também da legislação do campo da educação destinada a regular os arquivos das instituições com ensino superior.

Mesmo que não seja o foco desta pesquisa, abordaremos ainda, neste capítulo, a

questão dos arquivos especializados, buscando relacionar a discussão às diretrizes adotadas pela Escola para tratamento da documentação.

A respeito das denominações utilizadas para especificar determinados arquivos, José Maria Jardim, no prefácio do livro *Experiências exitosas em Gestão, Preservação, Descrição e Difusão de Documentos Arquivísticos em Instituições Federais de Ensino* (2020), organizado por Juliana Ferraro e Thayron Rangel, esclarece-nos que:

A diversidade de contextos de produção de documentos arquivísticos, longe de fracionar a Arquivologia, acaba por fortalecê-la. Não por acaso, o Conselho Internacional de Arquivos conta com diversas seções voltadas para arquivos de universos específicos: esportes, partidos políticos, arquitetura, literatura etc. Aí se insere, por exemplo, a Seção de Arquivos Universitários e de Instituições de Pesquisa, uma das mais ativas (JARDIM, 2020:10).

Lutz e Somavilla (2016), apresentando esclarecimentos sobre os arquivos especiais e especializados, afirmam que os arquivos podem ser identificados de acordo com os seguintes critérios:

O primeiro tipo de arquivos, os especiais, são aqueles que tem sob sua guarda documentos de formas físicas diversas (fotografias, discos, fitas, microformas, etc) e que, por esta razão, merecem tratamento especial não apenas ao que se refere ao seu armazenamento, como também ao registro, acondicionamento, controle, conservação, etc. O segundo grupo, dos arquivos especializados, são aqueles que tem sob sua custódia os documentos resultantes da experiência humana em um campo específico do conhecimento, independentemente da forma física que apresentam, por exemplo, os arquivos médicos ou hospitalares, arquivos de imprensa, arquivos de engenharia (LUTZ; SOMAVILLA, 2016: 860).

Nesse sentido, diferentes denominações poderiam ser utilizadas para qualificar os arquivos da ENSP a partir das atividades desempenhadas pela Escola, tais como arquivos “escolares”, “acadêmicos” e “universitários”.

3.1 - Arquivos especializados: principais denominações associadas à ENSP

Apresentamos as principais denominações que podem ser associadas aos arquivos produzidos pela ENSP no exercício de suas atividades educacionais. É importante compreendermos como a Escola se reconhece e é reconhecida para entendermos os seus documentos, considerando as normas e diretrizes vigentes sobre os acervos produzidos por instituições educacionais. Cabe lembrar que a Escola tem diferentes funções, para além do ensino, às quais se associam arquivos de naturezas diversas.

Wallace Carvalho, na dissertação *Arquivos Universitários de Instituições Públicas de Ensino Superior do Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO* (2012), afirma que:

A terminologia arquivos especializados aborda três dessas especialidades: os arquivos universitários, os arquivos científicos e, por fim, os arquivos chamados invisíveis, termo não consolidado, uma vez que pode até mesmo assumir outra definição, tendo por base o motivo da sua criação – não propriamente a atividade acadêmica (CARVALHO, 2012: 65).

Como “arquivos invisíveis”, o autor se refere à documentação produzida nas universidades em decorrência da atuação das Assessorias de Segurança e Informações – que compunham o Sistema Nacional de Informações (SNI), criado em 1964 –, explicando que essa atuação, “mesmo não tendo por base a atividade de ensino, interferia nesta, vigiando, alterando e cerceando funcionários, alunos, professores e, por extensão, a própria educação” (CARVALHO, 2021: 79). Assim, o autor busca apontar o que classifica como arquivos “na universidade”, e não “universitários”.

A opção por invisíveis teve como base o fato de, na época de sua criação e uso, ficarem praticamente escondidos em alguma sala das universidades, acessíveis somente aos agentes do sistema de segurança e informação oficial – próprio de um arquivo secreto (CARVALHO, 2012: 79).

O autor aponta ainda que as universidades apresentam grande preocupação com a documentação administrativa, ligada às atividades-meio das instituições (CARVALHO, 2012: 76).

Raquel Glezer, no artigo “Arquivos Universitários: para que?” (1989), destaca a preocupação com “outros tipos de ‘arquivos universitários’”, referindo-se àqueles não estritamente ligados às funções administrativas das universidades, como os “‘arquivos de curso’, ‘arquivos de disciplina’, ‘arquivos de trabalhos de alunos de graduação’, ‘arquivos de trabalhos de pós-graduação’, ‘arquivos de pesquisadores’” (GLEZER, 1989: 32).

Rousseau e Couture (1998) apresentam outras categorizações sobre as tipologias de instituições de arquivo norte-americanas:

Para estabelecer a nossa tipologia, inspirámo-nos largamente nos conjuntos propostos e utilizados em várias obras. A categorização escolhida permitiu lançar as bases de uma reflexão e de uma investigação a partir de uma classificação dos seguintes grupos: instituições governamentais nacionais e regionais (estados americanos, províncias e territórios canadenses), instituições governamentais locais (municipalidades), instituições de ensino, da área da saúde, religiosas, instituições industriais e comerciais, socioculturais e científicas (ROUSSEAU; COUTURE, 1998: 202).

Ao menos três destes grupos apresentados pelos autores se relacionam às atividades da ENSP: as instituições “de ensino”, “da área de saúde” e “científicas”. Os autores citam a universidade, mas tratam do grupo “instituições de ensino” de forma genérica.

É preciso considerar, como já sublinhamos, que a ENSP não é uma universidade e não tem o foco apenas em atividades de ensino e pesquisa, mas também na assistência. Seus arquivos poderiam, dessa forma, ser classificados como escolar ou acadêmico¹¹⁶? Se acadêmico corresponde ao grau superior, os arquivos da ENSP não se limitam a esta classificação, pois as atividades da Escola, como descrevemos, também contemplam profissionais não graduados.

Conforme o Thesaurus Brasileiro da Educação¹¹⁷, arquivo escolar é um arquivo especializado – o termo apresenta 21 artigos, 2 livros e 1 CD-ROM indexados. Esta categoria tem, no topo da estrutura das relações hierárquicas, o termo “contexto da educação”, seguido de outros, como “escola-instituição”, “pesquisa da educação”, “informação e educação”, “arquivo”, “arquivo específico”. Os 21 artigos abordam temáticas como memória, história, fontes e gestão documental. Cabe observar que o conceito de arquivo escolar não diverge do conceito de arquivo, estando voltado para a especificidade da documentação produzida no ambiente escolar.

Ruy Medeiros, em um artigo oriundo de palestra proferida no III Colóquio do Museu Pedagógico, em 2003, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, abordando especialmente arquivos escolares, afirma:

Em decorrência da conceituação legal de arquivo, o arquivo escolar será conjuntos de documentos produzidos ou recebidos por escolas públicas ou privadas, em decorrência do exercício de suas atividades específicas, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (MEDEIROS, 2004: 2).

Segundo Tatyana Cardoso e Claudia Oliveira, no artigo “Potencialidades de um arquivo escolar: o caso do núcleo de documentação e memória do Colégio Pedro II” (2017),

¹¹⁶ Acadêmico: “De, próprio de ou ref. a instituição de ensino superior, ou a suas atividades ou a seus alunos (vida acadêmica; conselho acadêmico)”. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20140315184635/http://aulete.uol.com.br/acad%C3%AAmico>. Acesso em: 29 set. 2020.

¹¹⁷ Thesaurus Brasileiro da Educação: “É um vocabulário controlado que reúne termos e conceitos, extraídos de documentos analisados no Centro de Informação e Biblioteca em Educação (Cibec), relacionados entre si a partir de uma estrutura conceitual da área. Estes termos, chamados descritores, são destinados à indexação e à recuperação de informações. Não é simplesmente um dicionário, mas um instrumento que garante aos documentalistas e pesquisadores o processamento e a busca destas informações”. Disponível em: <http://inep.gov.br/thesaurus-brasileiro-da-educacao>. Acesso em: 1 maio 2020.

Os acervos escolares escondem uma variada e valiosa quantidade de documentos que, muitas vezes, não são valorizados pela comunidade educacional nem pela sociedade. Esses documentos, se guardados e identificados, possibilitam desvendar o cotidiano da escola em diversas épocas, compreender seu funcionamento interno, a constituição do currículo e as práticas diárias de professores e alunos, sendo a chave capital para o estudo das instituições educacionais, sem abandonar outro tipo de documentação, consagrada e tradicional, como a legislação (CARDOSO; OLIVEIRA, 2017: 300).

Renato Motta Rodrigues da Silva, Ana Celeste Indolfo e Mariana Lousada, no artigo “Panorama da Rede Nacional de Arquivistas das IFES – ARQUIFES” (2020), apresentam o ARQUIFES, “um fenômeno social de mobilização de profissionais arquivistas e técnicos em arquivo que compartilham realidades e desafios comuns”. O ARQUIFES, segundo os autores, “surge da concepção de agrupamento da palavra ‘Arquivistas’ com a sigla das Instituições Federais de Ensino Superior, neste caso as IFES”, com o objetivo de “uma efetiva troca de experiências e conhecimento entre seus pares” (SILVA; INDOLFO; LOUSADA, 2020: 192). As reflexões apresentadas pelos autores nos levam a analisar a importância de discussões conjuntas sobre as legislações, métodos e técnicas para os arquivos das instituições de ensino.

Devemos mencionar, ainda, a denominação “arquivos acadêmicos”. A Portaria MEC n. 315, de 4 de abril de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância”, em seu art. 37, considera para os seus fins que “acervo acadêmico” seja:

O conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos¹¹⁸.

A partir dessa definição, ou seja, entendendo que documentos acadêmicos são todos os relacionados à vida acadêmica dos estudantes, buscaremos compreender a estrutura documental da ENSP, com a finalidade de responder à questão: qual o lugar dos documentos acadêmicos na estrutura da Escola?

¹¹⁸ Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18977. Acesso em: 20 set. 2020.

3.2 - Estrutura administrativa e fluxo documental na ENSP

Dentre as ações de gestão documental que foram implementadas na Escola em 2006, destacamos um diagnóstico do acervo produzido e acumulado pelos diversos departamentos, centros e coordenações da ENSP. O grupo de trabalho instituído pela Portaria ENSP 041/2006¹¹⁹ teve a participação de profissionais da Casa de Oswaldo Cruz (COC), que realizaram entrevistas nas áreas de gestão, ensino e pesquisa, além de treinamentos com os profissionais que desenvolviam atividades ligadas ao gerenciamento da documentação e da informação da instituição.

Também neste período, estabeleceram normas e procedimentos para criação, fluxo, uso e destinação de documentos que possibilitassem a sua gestão de forma eficaz. Definiram mobiliários e materiais de consumo adequados, e encaminharam as solicitações ao serviço de infraestrutura e ao setor de almoxarifado da Escola. Orientaram e acompanharam a compra de mobiliários adequados para a guarda dos documentos, e realizaram visitas técnicas para o acompanhamento das rotinas de organização dos arquivos correntes setoriais quanto à classificação e ao acondicionamento adequado dos documentos. Ainda, orientaram quanto à transferência de documentos e identificação das equipes encarregadas de operar as rotinas de classificação e de projetos referentes à informatização de informações gerenciais e acadêmicas¹²⁰.

O trabalho de gestão documental na Escola vem surtindo efeito positivo, pois grande parte da instituição continuou, a partir das orientações, classificando e recolhendo os documentos de acordo com as diretrizes da COC para os acervos arquivísticos de todas as unidades da Fiocruz.

Alguns documentos da Escola considerados permanentes já foram recolhidos ao Departamento de Arquivo e Documentação (DAD) da COC, integrando o fundo arquivístico aberto da ENSP. Estes documentos se encontram disponíveis para pesquisas. Mas há departamentos, setores e serviços que ainda não conseguiram classificar, avaliar e recolher a sua documentação. Pode haver outros documentos anteriores à criação da Escola nestes espaços? Por que o conjunto explorado nesta pesquisa não foi ainda recolhido ao DAD?

O acervo arquivístico da ENSP é composto, além dos documentos já avaliados como permanentes, pelos documentos armazenados no arquivo intermediário da Escola, e pelos de

¹¹⁹ ENSP. Portaria Interna, 2006.

¹²⁰ ENSP, Intranet, Relatório 2008.

uso corrente, incluindo os documentos nato digitais¹²¹ e os representantes digitais obtidos pela reformatação de originais¹²².

Em entrevista ao Portal ENSP em 2010, Janete Romeiro esclareceu o que naquele contexto era o arquivo intermediário e para que servia:

O arquivo intermediário da ENSP é um espaço de apoio às atividades da gestão de documentos e arquivos. Ele está diretamente subordinado ao Serviço de Gestão da Qualidade da ENSP, da Vice-Direção de Desenvolvimento Institucional e Gestão. Criado no fim de 2006, é um espaço para a guarda provisória da massa documental produzida e recebida pelos setores da ENSP. Foi estruturado, planejado e organizado de forma a diminuir o volume da documentação acumulada nos arquivos correntes. Para o planejamento e estruturação do arquivo intermediário da ENSP, foram efetuadas visitas a outros arquivos intermediários de diversas unidades da Fiocruz, como os de Farmanguinhos, Bio-Manguinhos, Dirad e INCQS, com o objetivo de conhecer o histórico de criação, as ferramentas utilizadas internamente, bem como a sua localização na estrutura organizacional da Unidade. No total, são 33 estantes com 1.061 caixas de documentos¹²³.

Atualmente os documentos do arquivo intermediário estão sob a guarda provisória da Empresa MGI, como já esclarecemos. Os documentos da Escola se integram, mesmo resguardados separadamente nas salas em que funcionam os serviços, setores, departamentos, centros, núcleos e vice-direções. Os documentos nato digitais e as cópias digitais ficam em pastas compartilhadas em rede controlada pela Escola e em máquinas locais utilizadas pelos profissionais da ENSP.

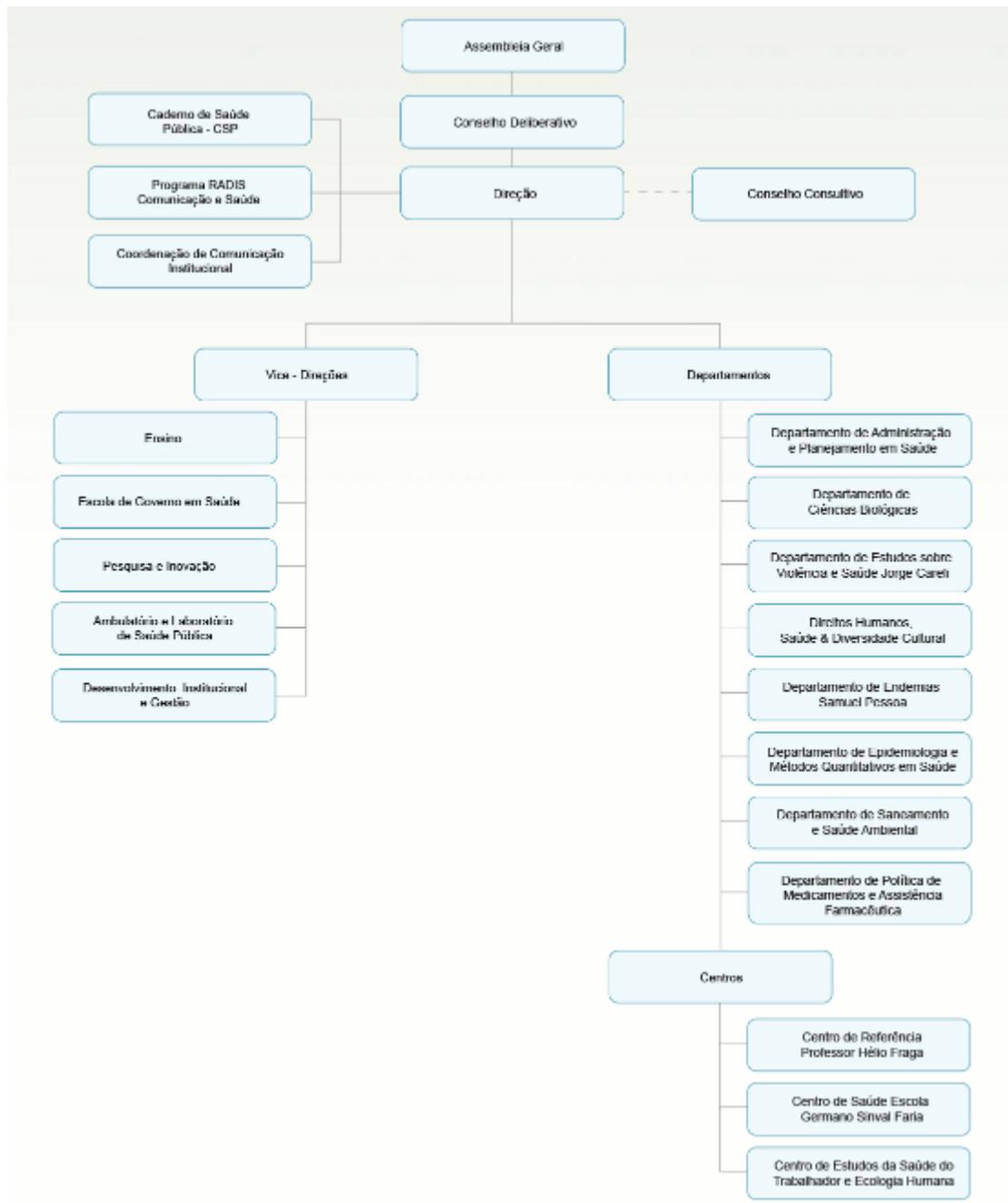
Considerando o Regimento atual da ENSP, os documentos são produzidos e acumulados na estrutura da Escola conforme o organograma a seguir (imagem 9).

¹²¹ Considerando todos os *backups* feitos pela área de Tecnologia da Informação da Fiocruz.

¹²² Projeto Memórias da ENSP. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/projeto-memorias/>. Acesso em: 20 set. 2020.

¹²³ Entrevista ao Portal da ENSP em 08/07/2010. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/noticia/materiaprint.php?id=22115&secaoId=427>. Acesso em: 29 set. 2020.

Imagem 9: organograma da ENSP.



Fonte: ENSP¹²⁴.

O Serviço de Gestão Acadêmica (SECA) é uma instância que faz parte da estrutura do ensino e centraliza os documentos de alunos e cursos. Entretanto, outras instâncias produzem e recebem documentos relacionados aos cursos, assim como às demais atividades educacionais – como a Secretaria da Vice-Direção de Ensino, as secretarias dos

¹²⁴ ENSP, Organograma. Disponível em: <http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/organograma>. Acesso em: 26 set. 2020.

departamentos, dos programas de cursos, dos centros e dos núcleos, a Coordenação de Desenvolvimento Educacional e EAD (CDEAD), o Escritório de Projetos, a Coordenação de Comunicação e Informação (CCI) e o Serviço de Apoio aos Cursos, entre outras. Isso acontece em função da trajetória e da missão da Escola, de sua estrutura departamental – com coordenadores e professores de cursos lotados em departamentos e centros –, e também em decorrência das atividades que se apresentam no formato interdepartamental.

Assim, não podemos dizer que os documentos acadêmicos só se encontram no SECA, mas este serviço funciona, também, como uma espécie de “arquivo” das atividades relacionadas ao ensino formal da Escola, pois recebe e arquivava documentos acadêmicos que não foram produzidos pelo setor. Dentre as funções do SECA, estão a criação, o preenchimento e a circulação de documentos do ensino, como declarações, certificados e diplomas. Os produtores documentais são também, geralmente, as secretarias dos departamentos e/ou coordenações de programas e cursos, os candidatos e os alunos. Estes enviam seus documentos, de acordo com o que é definido pelas diretrizes internas e/ou externas do ensino como documentos necessários e probatórios em relação às suas trajetórias acadêmicas.

Alguns documentos do ensino da ENSP são atualmente gerados pelos sistemas informatizados¹²⁵, mas ainda há muita produção e acumulação de documentos analógicos. Os que estão preservados no SECA são organizados em dossiês. Observamos que a prática de organizar todos os documentos sobre cursos em uma mesma pasta perdurou até o ano de 2008, quando houve uma nova interferência arquivística na gestão documental do ensino. Nesse momento, os documentos passaram a ser divididos em pastas com documentos de cursos e pastas com documentos de alunos.

Os documentos de 1926 a 1954, no entanto, permanecem organizados por curso/oferta, sem a separação dos documentos de alunos que passou a ser adotada a partir de 2008. Dessa forma, os programas de cursos, que registram os conteúdos curriculares e são de guarda permanente, permanecem junto a outros documentos de guarda temporária. Alguns destes

¹²⁵ Referimo-nos aos seguintes sistemas:

SIGA: “A PLATAFORMA SIGA é formada pelo conjunto de sistemas, informações e arquitetura, configurados, visando informatizar os processos associados à gestão de cursos de pós-graduação e nível técnico da FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, segundo levantamento e normatização realizados nas suas unidades”. Disponível em: <https://www.siga.fiocruz.br/>. Acesso em: 30 set. 2020.

SIMIOS: “Sistema de Gestão Acadêmica que possui uma interface com o Ambiente Virtual de Aprendizagem - AVA utilizado para realização das atividades pedagógicas e envio de atividades de avaliação dos cursos EAD”. Disponível em: <http://ensino.ensp.fiocruz.br/gestao-academica/ACOMPANHAMENTO>. Acesso em: 30 set. 2020.

SEC: Sistema de Emissão de Certificados da ENSP. Disponível em: <http://sec.ensp.fiocruz.br/consulta-certificado/>. Acesso em: 30 set. 2020.

completarão 100 anos em breve, prazo de guarda com posterior descarte, conforme apontado nos atuais instrumentos de gestão documental da Fiocruz.

3.3 - Diretrizes para gestão e tratamento da documentação

Para compreendermos as diretrizes internas e externas para os documentos relacionados às atividades do ensino da ENSP, consideramos fundamental relembrar alguns aspectos sobre a Escola, sua inserção na história da Fiocruz e da educação em saúde, assim como a criação da Casa de Oswaldo Cruz. A Escola, desde a sua origem, vem se dedicando à formação especializada no campo da saúde, tendo se aperfeiçoado e aumentado o seu escopo de atuação de acordo com as alterações legais ocorridas nas esferas tanto da educação como da saúde¹²⁶. A formação após a graduação, por exemplo, somente passou a ser regulada no Brasil em 1965, ainda que já fosse oferecida pela Escola antes dessa data.

No que diz respeito às diretrizes do campo educacional para os arquivos produzidos em função do ensino, cabe destacar que, em 2013, foi publicada a Portaria n. 1.224, de 18 de dezembro, instituindo “normas sobre a manutenção e guarda dos Acervos Acadêmicos das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino”¹²⁷. Segundo Eliseu Lima, Claudineli Sieffert e Murilo Schäfer, no artigo “Acervo Acadêmico das IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino: manutenção, guarda e conversão para o meio digital conforme a legislação brasileira” (2019):

Esta normativa foi pioneira na legislação brasileira ao estender a aplicação das normas constantes no Código de Classificação e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2001, a todas as IES previstas no artigo 16 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional, que, na época da publicação da portaria, eram citadas como: instituições de ensino mantidas pela união, instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e órgãos federais de educação (LIMA; SEIFFERT; SCHÄFER, 2019: 25).

Os autores tecem considerações importantes sobre as mudanças nas legislações publicadas pelo Ministério da Educação (MEC) para os arquivos das Instituições Federais de

¹²⁶ No âmbito da saúde, há instituições de ensino, e instituições com ensino, mas não de ensino, em diferentes níveis e modalidades, submetidas ou não aos órgãos federais de regulação de ensino. Destacamos que a ENSP é uma instituição de ensino em saúde.

¹²⁷ Portaria nº 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14911-inpdf&Itemid=30192. Acesso em: 1 out. 2020.

Ensino Superior (IFES), em contraponto “com as legislações arquivísticas, especialmente as recomendações emanadas pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq)” (LIMA; SEIFFERT; SCHÄFER, 2019: 23)¹²⁸. Analisamos que as diretrizes produzidas para as IFES não se adaptam perfeitamente à realidade do ensino da ENSP, mas buscamos destacar os elementos dessas diretrizes a serem observados pela Escola.

A Portaria MEC n. 1.224/2013 foi revogada e, atualmente, encontra-se em vigência a Portaria MEC n. 315, de 4 de abril de 2018, que “Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância”¹²⁹. Uma discussão colocada por este instrumento é a conversão dos documentos analógicos para o meio digital e a possível eliminação dos originais ainda na fase intermediária, quando não forem de guarda permanente.

Em relação a este assunto, Lima, Seiffert, Schäfer (2019) advertem sobre a necessidade de acompanhar as demais legislações e diretrizes arquivísticas:

Percebe-se que o governo brasileiro vem incentivando a produção de documentos nato-digitais ou a conversão de documentos analógicos para o meio digital, pois outras iniciativas similares à conversão dos acervos acadêmicos estão em andamento no âmbito da administração pública, como o Assentamento Funcional Digital (AFD) e o Processo Eletrônico Nacional (PEN). No entanto, espera-se que as IES pertencentes ao sistema federal de ensino observem as demais legislações, sobretudo as diretrizes e recomendações do Conarq já existentes sobre a produção, gestão e preservação de documentos arquivísticos em meio digital, e que não foram contempladas nos recentes regulamentos do acervo acadêmico, para que a produção e a preservação dos documentos que o compõem estejam amparados legalmente e sejam preservados pelo tempo que for necessário (LIMA; SEIFFERT; SCHÄFER, 2019: 43).

Cabe observar, em relação às diretrizes a serem seguidas pela ENSP para gestão e processamento técnico do arquivo, o lugar que a instituição ocupa no sistema federal de ensino. Nesse sentido, os referidos autores destacam o Decreto n. 9.235, de 2017¹³⁰:

¹²⁸ “Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ é um órgão colegiado, vinculado ao Arquivo Nacional do Ministério da Justiça e Segurança Pública que tem por finalidade definir a política nacional de arquivos públicos e privados, como órgão central de um Sistema Nacional de Arquivos, bem como exercer orientação normativa visando à gestão documental e à proteção especial aos documentos de arquivo”. Disponível em: <https://www.gov.br/conarq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-conselho>. Acesso em: 8 out. 2020.

¹²⁹ Alterada pela Portaria MEC nº 332, de 13 de março de 2020 que “Dispõe sobre a alteração no prazo contido no caput do art. 45 da Portaria nº 315, de 4 de abril de 2018”. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-332-de-13-de-marco-de-2020-248070855>. Acesso em 14 mar 2021.

¹³⁰ Decreto n. 9.235/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm. Acesso em: 20 set. 2020.

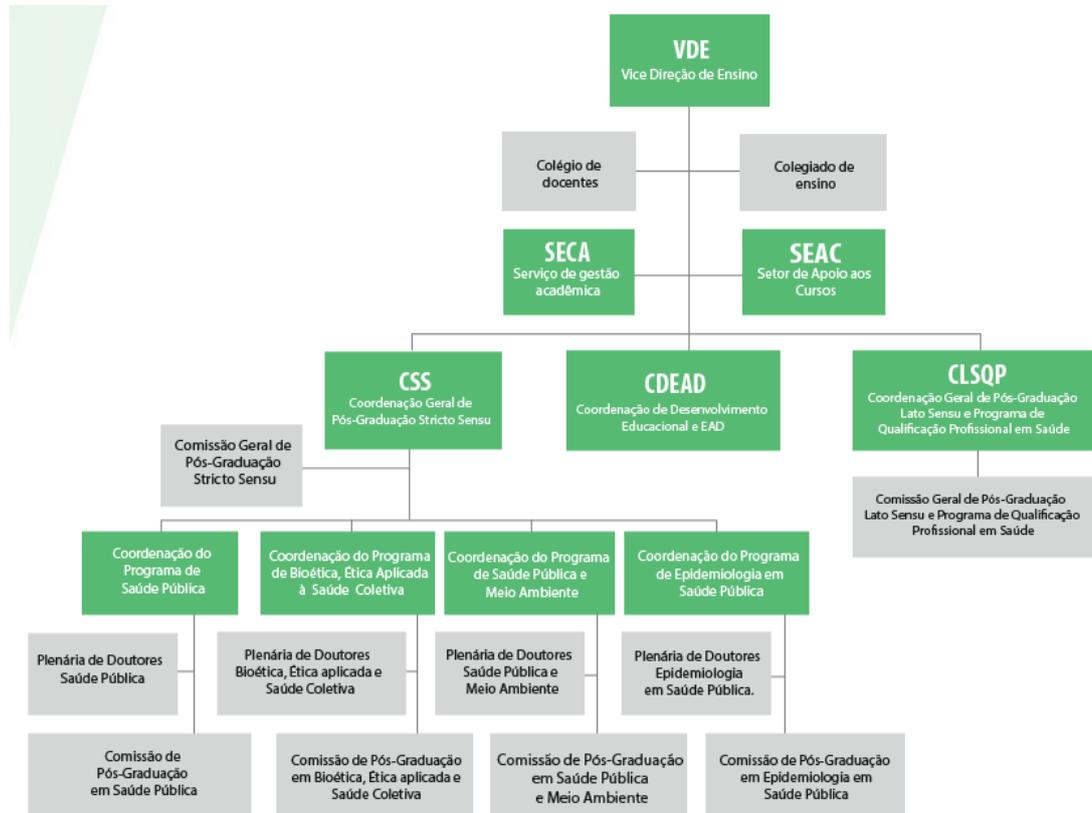
O artigo 2º do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, definia, na época de sua publicação, que o sistema federal de ensino superior compreendia as instituições federais de educação superior, as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior. Enquanto que, para fins do disposto no Decreto nº 9.235/2017 que o revogou, o sistema federal de ensino compreende: as IFES; as IES criadas e mantidas pela iniciativa privada e os órgãos federais de educação superior, sendo que as IES criadas e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado, as IES criadas pelo poder público estadual, distrital ou municipal e mantidas por pessoas jurídicas de direito privado e as IES qualificadas como instituições comunitárias sujeitam-se ao sistema federal de ensino. Ao tratar sobre as organizações acadêmicas, o Decreto indica que as IES, de acordo com sua organização e suas prerrogativas acadêmicas, serão credenciadas para oferta de cursos superiores de graduação como: (i) faculdades, (ii) centros universitários e (iii) universidades, sendo a organização acadêmica das IFES definida em sua lei de criação (LIMA; SEIFFERT; SCHÄFER, 2019: 27).

Há diferentes tipos de instituições de ensino, e o que se observa é que os “arquivos de universos específicos” (JARDIM, 2020: 10), no meio educacional, seguem estas denominações, a exemplo dos “arquivos universitários”, “arquivos acadêmicos” e “arquivos escolares”, já mencionados neste trabalho no âmbito da discussão sobre arquivos especializados.

No que tange ao acervo acadêmico da educação superior, relacionado à vida acadêmica dos alunos de cursos da ENSP após a graduação, buscamos entender como e onde são classificados e quais documentos compõem este acervo. Os documentos gerados a partir das atividades desenvolvidas – como, por exemplo, os relatórios de estágios, de visitas técnicas e de laboratórios, assim como as listas de presença, entre outros – podem não ser preservados apenas no SECA, como já apontamos anteriormente. É preciso lembrar que alguns documentos ainda passam por trâmites administrativos específicos na Fiocruz, como os diplomas de cursos *stricto sensu*, registrados também na instância de Ensino da Presidência.

Em 2015, a Escola aprovou seu Regimento Interno e, a partir desta reformulação regimental, o Serviço de Gestão Acadêmica – antes vinculado à pós-graduação *stricto sensu*, mesmo já lidando com outros níveis e modalidades, como a pós-graduação *lato sensu* e a qualificação profissional – passou a ser subordinado à Vice-Direção de Ensino (imagem 10), uma estrutura única que, a partir de então, responde por todos os níveis e modalidades do ensino da ENSP.

Imagem 10: Organograma da Vice-Direção de Ensino.



Fonte: <http://ensino.ensp.fiocruz.br/apresentacao/estrutura-ensino>.

De acordo com Lima, Seiffert e Schäfer (2019):

É de suma importância que as unidades responsáveis pelo registro acadêmico tenham amparo de uma política de gestão arquivística instituída, para que os acervos acadêmicos estejam organizados e acessíveis, com espaço adequado para transferência dos documentos para arquivo intermediário e/ou permanente, uma vez que, além das regulamentações do MEC, o Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Poder Executivo Federal, determina que os órgãos e entidades da administração pública devem adequar suas políticas de gestão da informação, promovendo os ajustes necessários aos processos de registro, processamento, trâmite e arquivamento de documentos e informações (LIMA; SEIFFERT; SCHÄFER, 2019: 41).

Como já abordado, desde a criação da COC, em 1986, diferentes ações já foram implementadas na Fiocruz e em suas unidades relacionadas à gestão e à preservação de arquivos. De acordo com a descrição do Sistema de Gestão de Documentos e Arquivos (Sigda) da instituição:

As ações de implantação do sistema na Fiocruz vêm sendo desenvolvidas desde 1995 e envolvem atividades de diagnóstico da situação dos arquivos e

dos processos de gestão da informação; levantamento e análise de massas documentais acumuladas; organização dos arquivos correntes; estruturação de arquivo intermediário, e o estabelecimento de normas e procedimentos de gestão documental, com a elaboração de instrumentos técnicos¹³¹.

Com a formalização do Sigda pela Portaria da Fiocruz n. 353, de 2009, e a partir da parceria com as unidades, foram elaborados os instrumentos técnicos de gestão documental da Fiocruz¹³².

Em 2018, foi construída, de forma colaborativa, a *Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz*¹³³, que define “princípios, diretrizes, e objetivos que orientam as atividades de constituição, preservação, gestão integrada e acesso aos acervos científicos e culturais sob a guarda da Fiocruz” (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018). O texto destaca que, mesmo antes de possuir um documento formalizando a política de preservação para toda a instituição,

A Fiocruz foi capaz de construir longa tradição na salvaguarda de seus acervos, ao assumir um papel ativo e inovador na preservação e valorização de seu patrimônio cultural e científico, e afirmar o posicionamento político de reconhecimento de seu patrimônio e de sua memória como ativos estratégicos (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2018: 7)

Também em 2018, a Direção-Geral do Arquivo Nacional, por meio da Portaria n. 328, de 8 de novembro de 2018, aprovou o Código de Classificação¹³⁴ e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo (TTDDA)¹³⁵ relativos às atividades finalísticas da Fundação Oswaldo Cruz.

Considerando a organização documental proposta nesses instrumentos, a classe 300 corresponde ao ensino.

Esta classe contempla as atividades da Fiocruz referentes ao ensino na área de ciência e tecnologia em saúde, visando à formação de recursos humanos para o Sistema Único de Saúde - SUS, bem como aquelas relacionadas à promoção dos cursos oferecidos pelo conjunto das unidades da Fiocruz ou

¹³¹ O Sistema. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/o-sistema>. Acesso em: 30 set. 2020.

¹³² Documentos de referência. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/documentos-de-referencia>. Acesso em: 30 set. 2020.

¹³³ Comunicação e informação. Documentos. Política de Preservação dos Acervos Científicos e Culturais da Fiocruz. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-preservacao-dos-acervos-cientificos-e-culturais-da-fiocruz>. Acesso em: 30 set. 2020.

¹³⁴ Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/Codigo_de_classificacao_de_documentos_de_arquivo_da_Fiocruz_MEIO_FIM_dez2018.pdf. Acesso em: 20set. 2020.

¹³⁵ Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos para Atividades Finalísticas da Fundação Oswaldo Cruz. Disponível em: http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/TTD_PARA_ATIVIDADES_FIM_DA_FUNDACAO_OSWALDO_CRUZ.pdf. Acesso em: 20set. 2020.

em convênio com outras instituições, em diferentes campos de atuação, abrangendo desde a educação infantil até a pós-graduação. Todas as unidades técnico-científicas da Fiocruz desenvolvem programas de pós-graduação *stricto sensu*, com cursos de doutorado, mestrado acadêmico ou profissional. São 32 programas, inseridos em dez áreas de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A Fundação oferece ainda diversos cursos de pós-graduação *lato sensu* (especialização e residência); e de educação profissional, por meio da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), tais como também estão disponíveis cursos de pós-graduação *lato sensu* e educação profissional na modalidade à distância e a oferta da educação infantil por meio da atuação da creche Fiocruz. Utilizamos como referência para definição dos prazos de guarda e destinação final desta classe a Tabela de temporalidade e destinação de documentos de arquivo relativos às atividades-fim das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), aprovada pela Portaria n° 092, de 23 de setembro de 2011, do Arquivo Nacional¹³⁶.

Cabe destacar também, no âmbito das ações voltadas à gestão documental na ENSP, a Portaria GD-ENSP 051, de 2018, que instituiu um grupo de trabalho para gestão de documentos de arquivos corrente e intermediário. De acordo com a portaria:

Os membros do grupo de trabalho foram indicados pelas vices, departamentos, centros e núcleos da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. A Casa de Oswaldo Cruz e a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio indicaram membros que realizarão apoio técnico nas questões arquivísticas.

Como atribuições do grupo, estão:

Coordenar o trabalho de gestão de documentos realizado nos departamentos, serviços, centros e demais subunidades; Orientar os trabalhadores responsáveis nas técnicas arquivísticas para gestão dos arquivos; Formular propostas para a implementação das melhores práticas de gestão de documentos, que serão debatidas entre seus participantes e encaminhadas para as instâncias decisórias e Fomentar o uso do Código de Classificação de Documentos de Arquivo.

Maria João Mogarro (2006), ao discutir o lugar dos arquivos escolares nas instituições educativas, afirma:

O arquivo, constituindo o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar (MOGARRO, 2006: 72).

Percebemos, assim, que cada profissional da Escola precisa ser responsável pela preservação do patrimônio documental vinculado ao ensino, seja o arquivista ou o

¹³⁶ SIGDA, FIOCRUZ – Texto explicativo das justificativas dos prazos de guarda e destinação final dos documentos relativos às atividades finalísticas da Fiocruz.

especialista, o produtor ou o acumulador de documentos relacionados às atividades desenvolvidas, individualmente ou em grupo, no âmbito do ensino, quer estejam ou não lidando diretamente com a gestão documental. Ieda Bernardes e Hilda Delatorre (2008) afirmam a importância do comprometimento dos profissionais de todas as suas áreas de atuação para a gestão documental (BERNARDES; DELATORRE, 2008:16).

Considerando a dinâmica da ENSP e o fato de que há documentos relacionados ao ensino em diferentes arquivos da Escola, como os dos seus serviços, centros, núcleos e departamentos, compreendemos que os profissionais de todas essas instâncias – não só os que atuam nas instâncias vinculadas diretamente ao ensino – precisam se apropriar das diretrizes internas e externas relacionadas aos acervos acadêmicos/de ensino da Escola.

Por isso, também entendemos que discussões sobre documentos se fazem necessárias, para além do seu potencial uso como prova das atividades acadêmicas. Deve ser estabelecido um diálogo com outras temáticas e áreas, como cultura, patrimônio, monumento, história, fonte, evidência e memória, para que a aplicação das teorias arquivísticas sistematizadas em seus instrumentos de gestão possa, de fato, tentar garantir o acesso à informação.

Nesse sentido, as ações de divulgação e conscientização precisam envolver toda a comunidade escolar, formando uma cultura de valorização dos documentos como patrimônio e incentivando a instituição a registrar os contextos das atividades desenvolvidas, pensando nos profissionais que virão depois. Com a pesquisa, percebemos que, quando conseguimos compreender a trajetória administrativa e a história das práticas desenvolvidas na instituição, tornamo-nos mais alinhados à identidade institucional, mesmo reconhecendo suas pluralidades e singularidades. Reconhecemos que a instituição e seus personagens mudam ao longo do tempo, mas é fundamental compreender esse movimento para se inserir nele.

Ainda, compreendemos a importância de ter, conhecer e se apropriar da política de preservação documental.

Enfim, mas sem a pretensão de esgotar as discussões, a documentação de 1926 a 1954 não é a única “particularidade” a ser observada em relação ao patrimônio documental da Escola.

Considerações finais

Buscamos apresentar reflexões que contribuam com a gestão documental da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP) a partir da análise dos documentos sobre cursos de 1926 a 1954, uma documentação aparentemente fora do lugar.

Compreendemos que os documentos produzidos antes da criação da ENSP são importantes para a memória e história da Escola, da educação em saúde e da atuação dos cientistas. Analisá-los sob a “noção de ramificação” contribuiu para pensarmos no potencial desta documentação e, associado aos demais conceitos arquivísticos, pensar nos demais arquivos da escola. A documentação produzida em função das atividades de ensino costuma ser valorizada por seu valor probatório, mas estudos no campo da educação apontam para o uso dessa documentação também como fonte para pesquisas sobre a história da educação e das instituições educacionais¹³⁷. De acordo com Maria João Mogarro, no artigo “Arquivos e educação: a construção da memória educativa”:

Se é verdade que o historiador inventa as suas fontes, “construindo-as” em articulação com o objecto de estudo e inserindo-as nas realidades históricas (e educativas, no caso que aqui nos interessa) em que foram produzidas e utilizadas, no caso dos arquivos escolares estamos perante fontes de informação tradicionalmente consagradas (os documentos de arquivo), embora também tradicionalmente consideradas menores no campo da história e, por isso, secundarizadas (pela sua condição de serem escolares e, em consequência, revelarem os processos educativos). Essa condição tem vindo a ser gradualmente modificada, com a atenção crescente que têm assumido os aspectos da vida quotidiana e os “fazeres ordinários” da escola, dois dos novos objectos de um número assinalável de investigações historiográficas (MOGARRO, 2012: 78).

Há de se observar que as legislações publicadas pelo Ministério da Educação (MEC) estabelecem diretrizes para os acervos acadêmicos, classificados como documentos relacionados à vida acadêmica dos alunos. No entanto, ainda existem muitas outras informações sobre os cursos e seus atores – como os conteúdos, a carga horária e os métodos, entre outras – não abrangidas pelas diretrizes do MEC, embora relevantes para a gestão e a história do ensino.

É o que percebemos a partir do conjunto documental analisado nesta pesquisa: os documentos de 1926 a 1954, preservados no Serviço de Gestão Acadêmica (SECA) da ENSP, rememoram o processo de criação da Escola. Nesse sentido, não estão “fora de lugar”, mas

¹³⁷ O uso dessa documentação como fonte deve observar a Lei de Acesso à Informação e a Lei de Proteção de Dados no que diz respeito aos dados sensíveis, como informações pessoais sobre alunos.

podem ficar em melhor lugar, de forma a possibilitar novas abordagens históricas e organizacionais. Cabe destacar o fato de o conjunto documental ainda não ter sido recolhido ao arquivo permanente – a reunião, em uma mesma pasta, de documentos com temporalidades distintas pode ser um dos impedimentos a este processo.

As escolhas que determinam a configuração dos arquivos para além das normativas do Ministério da Educação (MEC) precisam ser conhecidas, apropriadas e discutidas pela comunidade escolar. O que guardar e por que guardar? A respeito dessas escolhas, destacamos a observação de José Maria Jardim, em uma análise sobre “A invenção da memória nos arquivos públicos” (1995):

Verifica-se um quadro no qual os estoques informacionais dos arquivos públicos, formados aparentemente como obras de um Estado “negligente”, tendem a ser considerados como parte de uma memória coletiva tomada como produto, e não como processo. Esta memória arqueologizável é freqüentemente identificada sob a noção de patrimônio documental arquivístico. Compostos por acervos mediante critérios teóricos e políticos pouco explicitados, os arquivos públicos, geralmente, promovem a monumentalização dos seus documentos privilegiando ações diversas. É o caso, por exemplo, do favorecimento da recuperação e divulgação de determinadas informações em detrimento de outras (JARDIM, 1995: 8).

No caso da ENSP, entendemos que alguns documentos produzidos no âmbito das atividades de ensino podem ter valor para a memória da Escola, e, por esse motivo, poderiam ser preservados de forma permanente, ainda que os instrumentos de gestão autorizem seu descarte.

A normativa sobre acervos acadêmicos possibilita o descarte documental na fase intermediária, no caso da digitalização de documentos não destinados à guarda permanente, ainda que possuam uma temporalidade longa. Entretanto, destacamos a reflexão de Eliseu Lima e Daniel Flores (2016), que chamam atenção para as legislações arquivísticas e, dentre elas, a Resolução n. 20, de 16 de julho de 2004, publicada pelo Conselho Nacional de Arquivos (Conarq). Segundo os autores:

Nessa normativa, fica demonstrado que os documentos digitais são suscetíveis à degradação física e à obsolescência tecnológica de hardware, software e formatos que podem colocar em risco o patrimônio arquivístico digital e que, somente com a participação efetiva das instituições e dos profissionais de arquivo no processo de gestão arquivística, serão assegurados a preservação em longo prazo de documentos em formato digital e o acesso contínuo a esses documentos (LIMA; FLORES, 2016: 77)

No domínio da avaliação documental, compreendemos que não é possível guardar tudo. Nailda Bonato, no artigo “Os arquivos escolares como fonte para a história da

educação” (2012), afirma a importância do diálogo para evitar a perda de documentos de valor inestimável. Ainda que a autora se refira especificamente a ações de preservação, entendemos que sua observação – quanto à necessidade de diálogo entre diferentes profissionais visando à salvaguarda dos arquivos – pode ser válida também para pensarmos o processo de avaliação de documentos:

Preservar significa conservar preventivamente a documentação, independentemente do seu suporte. E, aqui, recuperamos novamente a necessidade do diálogo trazida por Vidal entre arquivistas, historiadores da educação e informatas. Para esse diálogo, devem ser convidados também os profissionais da educação e os responsáveis pelas políticas públicas de proteção ao patrimônio documental, tendo em vista os arquivos escolares (BONATO, 2012: 212).

Esta dissertação se apresenta como produto de um curso de mestrado que agregou inúmeros conhecimentos acadêmicos e profissionais, fazendo jus à interdisciplinaridade da área. As temáticas que permearam a pesquisa – como memória, preservação, gestão, arquivos e história – fizeram parte dos currículos das disciplinas e tópicos especiais, sendo discutidas de forma ampliada e, também, com a especificidade que os assuntos requeriam, o que possibilitou aos alunos construir seus itinerários formativos. Foi uma experiência de aprender a pesquisar e aprender a aprender, na qual encontramos espaço para a construção de um problema de pesquisa que se vincula diretamente ao nosso âmbito de atuação profissional. Essa autonomia na busca pelo conhecimento foi mediada com respeito e zelo por parte da orientadora. As disciplinas externas ao Programa também, e de igual modo, contribuíram no processo de formação, possibilitando ampliar o saber para fazer.

A partir do desenvolvimento desta pesquisa, coordenei um processo de elaboração de um ambiente virtual de aprendizagem para os alunos matriculados no estágio em docência dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da ENSP. Neste espaço, entre outras temáticas voltadas para docência do ensino superior, propusemos e criamos um tópico sobre documentos relacionados a atividades educacionais, com um fórum para reflexões coletivas sobre os registros acadêmicos e sua preservação.

Neste exercício, buscamos problematizar o que e por que preservamos e descartamos, além das relações de poder, dentro e fora das instituições, em relação à gestão dos documentos. Assim, aprendemos a pensar o arquivo também como algo construído, que segue regras e é objeto de interferências.

A participação no mestrado nos levou a refletir também sobre a produção contemporânea no âmbito das atividades de ensino – e aqui nos referimos tanto aos

documentos acadêmicos quanto às memórias dos sujeitos que participam do processo. Serão coordenadores, orientadores, professores, alunos, profissionais administrativos e acadêmicos que ficarão nas memórias dos que hoje compartilham o ambiente acadêmico. Sobre esse aspecto, destacamos a observação de Maurice Halbwachs:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre nossa lembrança, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (HALBWACHS, 1990: 25).

Os registros documentais produzidos hoje em função dessas atividades, se preservados, também poderão servir, no futuro, como fonte para a construção de narrativas no âmbito da história e da memória. Nesse sentido, reiteramos que os documentos nem sempre esclarecem, de forma isolada, os acontecimentos aos quais se vinculam, mas nos dão pistas, a serem ratificadas por meio do cruzamento com outras fontes.

Percebemos essa questão, por exemplo, quando investigamos as mudanças estruturais da ENSP ao longo de sua existência. Recorremos a diferentes fontes, a partir dos indícios deixados nos documentos preservados, com o objetivo de levantar dados que ajudassem a construir a história do conjunto documental. No processo de pesquisa, observamos que documentos oficiais, como portarias e/ou regimentos, registravam as mudanças. No entanto, o contexto em que essas mudanças ocorreram e os acontecimentos a elas atrelados raramente encontravam-se registrados de maneira formal, sendo que muitos permaneciam nas memórias de profissionais da Escola, como as transferências de profissionais de um setor para outro ou a criação de novos fluxos de trabalho na Escola.

Refletimos acerca de um conjunto documental sob custódia da ENSP, que preserva documentos textuais relacionados às atividades de ensino anteriores à criação da Escola. Observamos seu potencial para além do valor probatório, podendo servir para o replanejamento e para a construção de narrativas sobre o período. Esse conjunto documental nos permitiu retrair a história de alguns cursos no âmbito do ensino em saúde pública, contribuindo também para a compreensão da história da ENSP. Sugerimos, a partir deste caso, uma reflexão sobre os outros conjuntos documentais da Escola, considerando as especificidades das denominações e classificações. Precisamos entender os documentos não como monumentos, buscando associar ao seu valor probatório a potencialidade de seu uso enquanto fonte de variadas pesquisas.

Referências

Fontes

AMARANTE, Paulo. **Medicalização e Psiquiatria**. Entrevista para o Canal Saúde. Programa exibido em 26 dez. 2017 (26m37s). Disponível em: <<https://www.canalsaude.fiocruz.br/canal/videoAberto/medicalizacao-e-psiQUIATRIA-CEL-0408>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – Fundo Diversos GIF/ Grupo de Identificação de Fundos Internos** (Código de referência: BR RJANRIO OI). Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>. Acesso em: 26 mar. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. **Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN) – Memória da Administração Pública Brasileira (MAPA)**. Disponível em: <<http://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>>. Acesso em: 25 set. 2019.

BRASIL. Decreto n. 14.343, de 7 de setembro de 1920. Institui a Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União**, 10 set. 1920, Seção 1, p. 15115. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-14343-7-setembro-1920-570508-publicacaooriginal-93654-pe.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 16.782-A, de 13 de janeiro de 1925. Estabelece o concurso da União para a difusão do ensino primário, organiza o Departamento Nacional do Ensino, reforma o ensino secundário e superior e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 7 abr. 1925, Seção 1, p. 8541. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16782-a-13-janeiro-1925-517461-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 19.402, de 14 de novembro de 1930. Cria uma Secretaria de Estado com a denominação de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 18 nov. 1930, Seção 1, p. 20883. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19402-14-novembro-1930-515729-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 19.652, de 2 de fevereiro de 1931. Extingue o Conselho de Assistência Hospitalar e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 fev. 1931, Seção 1, p. 2433 (Republicação). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19652-2-fevereiro-1931-517165-republicacao-82938-pe.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 19.850, de 11 de abril de 1931. Cria o Conselho Nacional de Educação. **Diário Oficial da União**, 15 abr. 1931, p. 5799. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19850-11-abril-1931-515692-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 19.851, de 11 de abril de 1931. Dispõe que o ensino superior no Brasil obedecerá, de preferência, ao sistema universitário, podendo ainda ser ministrado em institutos isolados, e que a organização técnica e administrativa das universidades é instituída no presente Decreto, regendo-se os institutos isolados pelos respectivos regulamentos, observados os dispositivos do seguinte Estatuto das Universidades Brasileiras. **Diário Oficial**

da União, 15 abr. 1931, Seção 1, p. 5800. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19851-11-abril-1931-505837-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 19.852, de 11 de abril de 1931. Dispõe sobre a organização da Universidade do Rio de Janeiro. **Diário Oficial da União**, 4 jun. 1931, p. 9219 (Republicação). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19852-11-abril-1931-510363-republicacao-85622-pe.html>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 20.865, de 28 de dezembro de 1931. Aprova os regulamentos da Faculdade de Medicina, da Escola Politécnica e da Escola de Minas. **Diário Oficial da União**, 15 jan. 1932, Seção 1, p. 817. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20865-28-dezembro-1931-515738-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 maio 2020.

_____. Decreto n. 34.596, de 16 de novembro de 1953. Aprova o Regulamento do Ministério da Saúde, criado pela Lei de nº 1.920, de 25 de julho de 1953, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 19 nov. 1953, Seção 1, p. 19803. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-34596-16-novembro-1953-328248-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 maio 2020.

_____. Decreto n. 43.926, de 26 de junho de 1958. Dispõe sobre a Escola Nacional de Saúde Pública, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 26 jun. 1958, Seção 1, p. 14533. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1950-1959/decreto-43926-26-junho-1958-382709-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

_____. Decreto n. 46.258, de 23 de junho de 1959. Aprova o Regulamento da Escola Nacional de Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 24 jun. 1959, Seção 1, p. 24. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2875598/pg-24-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-06-1959>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 46.259, de 23 de junho de 1959. Aprova o Regimento da Escola Nacional de Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 24 jun. 1959, Seção 1, p. 27. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2875601/pg-27-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-24-06-1959/pdfView>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 4.725, de 9 de junho de 2003. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jun. 2003. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4725.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, 15 maio 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5773.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Decreto n. 7.171, de 6 de maio de 2010. Altera o Decreto n. 4.725, de 9 de junho de 2003, que aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas da Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, no tocante ao Centro de Referência Professor Hélio Fraga. **Diário Oficial da União**, 7 maio 2010. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/Decreto/D7171.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

____. Decreto n. 8.932, de 14 de dezembro de 2016. Aprova o Estatuto e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, substitui cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS por Funções Comissionadas do Poder Executivo - FCPE. **Diário Oficial da União**, 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/d8932.htm>. Acesso em: 12 abr. 2020.

____. Decreto n. 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, 18 dez. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Decreto/D9235.htm>. Acesso em: 20 set. 2020.

____. Decreto-Lei n. 1.040, de 11 de janeiro de 1939. Dispõe sobre a transferência de serviços do Ministério da Educação e Saúde para Prefeitura do Distrito Federal. **Diário Oficial da União**, 12 jan. 1939, Seção 1, p. 993. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1040-11-janeiro-1939-350258-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 maio 2020.

____. Decreto-Lei n. 2.243, de 29 de maio de 1940. Anexa ao Instituto Oswaldo Cruz o curso de Higiene e Saúde Pública a que se refere o Decreto nº 19.852, de 11 de abril de 1931, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 31 maio 1940, Seção 1, p. 10229. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-2243-29-maio-1940-412181-norma-pe.html>>. Acesso em: 5 maio 2020.

____. Decreto-Lei n. 3.333, de 6 de junho de 1941. Dá nova organização ao Curso de Saúde Pública a que se refere o Decreto-Lei n. 2243, de 29 de maio de 1940. **Diário Oficial da União**, 9 jun. 1941, Seção 1, p. 11609. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3333-6-junho-1941-413379-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

____. Decreto-Lei n. 4.296, de 13 de maio de 1942. Cria, no Departamento Nacional de Saúde, cursos de aperfeiçoamento e especialização e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 15 maio 1942, Seção 1, p. 7943. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4296-13-maio-1942-414325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 maio 2020.

____. Decreto-Lei n. 4.730, de 23 de setembro de 1942. Dispõe sobre a organização, no Departamento Nacional da Criança, de um curso de puericultura e de administração de serviços de amparo à maternidade, à infância e à adolescência e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 25 set. 1942, Seção 1, p. 14385. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-4730-23-setembro-1942-414769-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 10 jul. 2020.

____. Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937. Dá nova organização ao Ministério da Educação e Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 15 jan. 1937, Seção 1, p. 1210. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-378-13-janeiro-1937-398059-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 maio 2020.

____. Lei n. 1.102, de 18 de maio de 1950. Aprova o Plano Salte e dispõe sobre sua execução. Anexo 1 - Setor Saúde. **Diário Oficial da União**, 19 maio 1950, Seção 1, p. 3. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2497864/pg-3-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-05-1950/pdfView?ref=next_button>. Acesso em: 8 maio 2020.

____. Lei n. 1.920, de 25 de julho de 1953. Cria o Ministério da Saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 29 jul. 1953. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L1920.htm>. Acesso em: 5 maio 2020.

____. Lei n. 2.312, de 3 de setembro de 1954. Normas Gerais sobre Defesa e Proteção da Saúde. **Diário Oficial da União**, 9 set. 1954. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L2312.htm>. Acesso em: 1 maio 2020.

____. Lei n. 5.019, de 7 de junho de 1966. Autoriza o Poder Executivo a instituir a Fundação Ensino Especializado de Saúde Pública, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 10 jun. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1950-1969/L5019.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

____. Lei n. 8.159, de 08 de janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, 9 jan. 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

____. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, 23 dez. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 4 maio 2020.

____. Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). **Diário Oficial da União**, 15 ago. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13709.htm>. Acesso em: 10 jul. 2020.

____. Mensagem apresentada ao Congresso Nacional na abertura da primeira sessão da décima segunda legislatura pelo Presidente da República Arthur da Silva Bernardes – 1921. Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 4 maio 1924, Seção 1, p. 34. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/1899409/pg-34-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-04-05-1924?ref=serp>>. Acesso em: 4 maio 2020.

BRASIL. Arquivo Nacional. Portaria n. 328, de 8 de novembro de 2018. Aprova o Código de Classificação e a Tabela de Temporalidade e Destinação dos Documentos de Arquivo relativos às atividades finalísticas da Fundação Oswaldo Cruz. **Diário Oficial da União**, 12 nov. 2018, Seção 1, p. 55. Disponível em: <https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/49739965>. Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. Conselho Federal do Serviço Público Civil. Classificação de funcionários públicos civis da União, por ordem de antiguidade [...] – Ministério da Educação e da Saúde – Quadro 1 – Carreira de Médico Sanitarista. **Diário Oficial da União**, 8 jun. 1938, Seção 1, p. 7. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2275229/pg-6-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-08-06-1938/pdfView>>. Acesso em: 4 maio 2020.

BRASIL. Conselho Nacional de Arquivos. Sítio eletrônico, 2020. **O Conselho Nacional de Arquivos**. Disponível em: <<https://www.gov.br/conarq/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/o-conselho>>. Acesso em: 8 out. 2020.

BRASIL. Departamento Administrativo do Serviço Público. Editais e avisos – Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento – Concurso de provas e títulos para provimento de cargos [...] da carreira de médico sanitário [...] do Ministério da Educação e Saúde. **Diário Oficial da União**, 30 nov. 1938, Seção 1, p. 67. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2585364/pg-67-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-30-11-1938?ref=serp>>. Acesso em: 4 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CES n. 908/98**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/Parecer908.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.

____. **Parecer CNE/CES n. 82/2008**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2008/pces082_08.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

____. **Parecer CNE/CES n. 295/2013**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14994-pces295-13&category_slug=janeiro-2014-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 9 abr. 2020.

____. **Parecer CNE/CES n. 245/2016**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=40321-pces245-16-pdf&category_slug=maio-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2020.

____. **Parecer CNE/CES n. 146/2018**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=85501-pces146-18&category_slug=abril-2018-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 20 set. 2020.

____. Portaria n. 1.224, de 18 de dezembro de 2013. Institui normas sobre a manutenção e guarda do Acervo Acadêmico das Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao sistema federal de ensino. **Diário Oficial da União**, 19 dez. 2013, Seção 1, p. 105. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14911-inpdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 out. 2020.

____. Portaria n. 331, de 10 de março de 2017. Credencia a Fundação Oswaldo Cruz para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*. **Diário Oficial da União**, 13 mar. 2017, Seção 1, p. 9. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/20477150/do1-2017-03-13-portaria-n-331-de-10-de-marco-de-2017-20477140. Acesso em: 28 mar. 2021.

____. Portaria n. 315, de 4 de abril de 2018. Dispõe sobre os procedimentos de supervisão e monitoramento de instituições de educação superior integrantes do sistema federal de ensino e de cursos superiores de graduação e de pós-graduação *lato sensu*, nas modalidades presencial e a distância. **Diário Oficial da União**, 5 abr. 2018, Seção 1, p. 13. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=18977>. Acesso em: 20 set. 2020.

____. **Resolução CNE/CES nº 1, de 8 de junho de 2007**. Estabelece normas para o funcionamento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8825-rces001-07-pdf&category_slug=setembro-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 1 maio

2019.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Conheça a história da educação brasileira.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article/33771-institucional/83591-conheca-a-evolucao-da-educacao-brasileira>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **e-MEC.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/e-mec-sp-257584288>>. Acesso em: 5 maio 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Educação Profissional Técnica de Nível Médio – Saiba Mais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/junho-2018-pdf/89191-2-eptecnica-de-nivel-medio-saiba-mais-final-jun18-1/file>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **História do Ministério.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conaes-comissao-nacional-de-avaliacao-da-educacao-superior/97-conhecaomec-1447013193/omec-1749236901/2-historia>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Legislação – Veja a legislação ano a ano: 1930.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=17644&Item__=>. Acesso em: 3 maio 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Perguntas frequentes sobre educação superior – Atividades Complementares.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/perguntas-frequentes>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Pós-Graduação – Saiba Mais.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pos-graduacao>>. Acesso em: 9 abr. 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Resoluções CES 2007.** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/atos-normativos--sumulas-pareceres-e-resolucoes>>. Acesso em: 5 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Educação e Saúde Pública. Comunica, entre outras, a nomeação de Lincoln de Freitas Filho para o cargo de ajudante da Seção de Bioestatística da Diretoria Nacional de Saúde e Assistência Médico-Social. **Diário Oficial da União**, 25 nov. 1935, Seção 1, p. 8. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2307200/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-25-11-1935/pdfView>>. Acesso em: 4 maio 2020.

_____. Departamento de Administração Geral – Seção Financeira. **Diário Oficial da União**, 19 dez. 1938, Seção 1, p. 8. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2633588/pg-8-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-19-12-1938/pdfView>>. Acesso em: 4 maio 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria n. 325, de 31 de julho de 1958. **Diário Oficial da União**, 6 ago. 1958, Seção 1, p. 38. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2843608/pg-38-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-08-1958/pdfView>>. Acesso em: 08 maio 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **História do Ministério – Saúde no Brasil: do Sanitarismo à Municipalização.** Jun. 2017. Disponível em: <<https://www.saude.gov.br/hospitais-federais/681-institucional/40886-historia-do-ministerio>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Sítio eletrônico, 2020. **Divisão de Temas Educacionais.** Disponível em: <http://www.dce.mre.gov.br/nomenclatura_cursos.html>. Acesso em: 1 maio 2020.

BRASIL. Presidência da República. Despachos do Presidente da República – Ministério da Educação – PR. 11-636-49: submissão de processo sobre a criação da Escola Nacional de Saúde Pública. **Diário Oficial da União**, 1 nov. de 1950, Seção 1, p. 5. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2770015/pg-5-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-01-11-1950/pdfView>>. Acesso em: 8 maio 2020.

_____. Discriminação de despesa – Verba 4 – Obras, equipamentos e aquisição de imóveis – Setor Saúde. **Diário Oficial da União**, 12 dez. 1949, Seção 1, p. 96. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/2784488/pg-96-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-12-1949/pdfView>>. Acesso em: 8 maio 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). **Accessus (Base de dados) – Arquivo Gustavo Capanema/ Série Ministério da Educação e Saúde - Saúde e Serviço Social** (Código de referência: CG h 1935.05.27, p. 398-401; 492-497; 554 e 555). Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/arquivo-pessoal/GC/textual/documentos-sobre-o-ensino-e-pesquisa-de-saude-publica-destacando-a-organizacao-de-cursos-para-a-formacao-de-tecnicos-em-todo-o-pais-as-atividades->>. Acesso em: 26 mar. 2020.

DICIONÁRIO AULETE DIGITAL. Lexicon Editora Digital. Disponível em: <<https://www.aulete.com.br/>>. Acesso em: 29 set. 2020.

FONSECA, Vitor Manoel Marques da. **Imigração italiana: bastidores da pesquisa, arquivos e documentos**. Palestra. Seminário da Imigração Italiana em Minas Gerais, 8., 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=99GJh25KgOo>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Política de preservação dos acervos científicos e culturais da Fiocruz**. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/documento/politica-de-preservacao-dos-acervos-cientificos-e-culturais-da-fiocruz>>. Acesso em: 30 set. 2020.

_____. **Portaria n. 212-PR**, de 5 de setembro de 2003. Incorpora o nome de Sérgio Arouca à Escola Nacional de Saúde Pública, passando a denominar-se Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Documento de Circulação Interna da Fundação Oswaldo Cruz, 2003.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **Base Jurídica**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/base-juridica>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

_____. Sítio eletrônico, 2020. **História**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/historia>>. Acesso em: 3 maio 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Casa de Oswaldo Cruz. **Base Arch – Fundo Belisário Penna** (Código de referência: BR RJCOC BP). Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/belisario-penna>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. **Base Arch – Fundo Clementino Fraga** (Código de referência: BR RJCOC CL). Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/clementino-fraga>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

_____. **Base Arch – Fundo Escola Nacional de Saúde Pública/ Seção Secretaria de Administração Geral** (Código de referência: BR RJCOC 03-05). Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-ensp>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

____. **Base Arch – Fundo Instituto Oswaldo Cruz/** Seção Departamento de Ensino e Cursos/ Série Curso de Higiene e Saúde Pública (Código de referência: BR RJCOC 02-20-06). Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/instituto-oswaldo-cruz>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

____. **Base Arch – Fundo Szachna Cynamon** (Código de referência: BR RJCOC SZ). Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/fundo-szachna-cynamon>>. Acesso em: 6 out. 2020.

____. **Base Arch – Fundo Walter Oswaldo Cruz** (Código de referência: BR RJCOC WO). Disponível em: <<http://arch.coc.fiocruz.br/index.php/walter-oswaldo-cruz>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

____. **Política de preservação e gestão de acervos culturais das ciências e da saúde.** Rio de Janeiro: Fiocruz/COC, 2013. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/images/PDF/politica_preservacao_gestao_acervos_coc.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

____. Sítio eletrônico, 2019. **Quem somos.** Disponível em: <<http://coc.fiocruz.br/index.php/pt/institucional/quem-somos>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca. **Acervo do Serviço de Gestão Acadêmica** (1926 a 1954).

____. **Portaria Interna - GD-ENSP 002/2008.** Documento de Circulação Interna da ENSP, 2008.

____. **Portaria Interna - GD-ENSP 051/2018.** Documento de Circulação Interna da ENSP, 2018.

____. **Portaria Interna - n. 006/2001.** Documento de Circulação Interna da ENSP, 2001.

____. **Projeto Memórias da ENSP.** Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/projeto-memorias/>>. Acesso em: 20 set. 2020

____. **Resultados do período de 2006 a 2008 do Projeto: Implantação da Política de Gestão de Documentos e Arquivos na ENSP em parceria com a COC.** Disponível em: <<http://ensp.fiocruz.br/intranet>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

____. **SEC- Sistema de Emissão de Certificados da Ensp.** Disponível em: <<http://sec.ensp.fiocruz.br/consulta-certificado/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

____. **SIMIOS.** Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/gestao-academica/ACOMPANHAMENTO>>. Acesso em: 30 set. 2020.

____. Sítio eletrônico, 2020. **Apresentação – ENSP no Campus.** Disponível em: <<http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/ensp-no-campus>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

____. Sítio eletrônico, 2020. **Apresentação – Galeria de Diretores.** Disponível em: <<http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/galeria-de-diretores>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

____. Sítio eletrônico, 2020. **Apresentação – Missão, Visão e Valores.** Disponível em: <<http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/missao-visao-e-valores>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

____. Sítio eletrônico, 2020. **Apresentação – Organograma.** Disponível em:

<<http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/organograma>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

____. Sítio eletrônico, 2020. **Apresentação – Regimento Interno**. Disponível em: <<http://ensp.fiocruz.br/apresentacao/regimento-interno>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

____. Sítio eletrônico, 2020. **Informe ENSP – Gestão de Documentos apresenta resultados do Diagnóstico Documental – Entrevistas**. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/portalenp/noticia/materiaprint.php?id=22115&secaoId=427>>. Acesso em: 29 set. 2020.

____. ENSINO – Sítio eletrônico, 2020. **Apresentação**. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/apresentacao>>. Acesso em: 10 abr. 2020.

____. ENSINO – Sítio eletrônico, 2020. **Estrutura de Ensino**. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/apresentacao/estrutura-ensino>>. Acesso em: 10 abr. 2018.

____. ENSINO – Sítio eletrônico, 2020. **Gestão Acadêmica – Contatos**. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/gestao-academica/contatos/mestrado-e-doutorado>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

____. ENSINO – Sítio eletrônico, 2020. **Gestão Acadêmica – Histórico**. Disponível em: <<http://ensino.ensp.fiocruz.br/gestao-academica/historico>>. Acesso em: 1 maio 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio. Sítio eletrônico, 2020. **Inauguração do Politécnico de Saúde Joaquim Venâncio**. Disponível em: <<http://www.epsjv.fiocruz.br/linha-do-tempo/inauguracao-do-politecnico-de-saude-joaquim-venancio>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Instituto Oswaldo Cruz. Sítio eletrônico, 2020. **Criação do Instituto Soroterápico**. Disponível em: <<http://www.fiocruz.br/ioc/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=60>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Plataforma SIGA. Disponível em: <<https://www.siga.fiocruz.br/>>. Acesso em: 30 set. 2020.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo (SIGDA). **Código de Classificação de Documentos de Arquivo da Fundação Oswaldo Cruz**. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/Codigo_de_classificacao_de_documentos_de_arquivo_da_Fiocruz_MEIO_FIM_dez2018.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

____. **Tabela de Temporalidade e destinação de documentos para atividades finalísticas da Fundação Oswaldo Cruz**. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/TTD_PARA_ATIVIDADES_FIM_DA_FUNDACAO_OSWALDO_CRUZ.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

____. **Texto explicativo das justificativas dos prazos de guarda e destinação final dos documentos relativos às atividades finalísticas da Fiocruz**. Disponível em: <http://www.sigda.fiocruz.br/images/pdf/Tabela_de_Temporalidade_texto_explicativo_das_justificativas_dos_prazos_de_guarda_e_destina%C3%A7%C3%A3o_final.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

____. Sítio eletrônico, 2020. **Sigda: Concepção, Dilemas e Implantação**. Disponível em: <<http://www.sigda.fiocruz.br/sigda-na-fiocruz>>. Acesso em: 10 jul. 2019.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Thesaurus Brasileiro da Educação**. Disponível em: <<http://inep.gov.br/thesaurus-brasileiro-da-educacao>>. Acesso em: 1 maio 2020.

JARDIM, José Maria. **Perspectivas da Arquivologia Contemporânea**. Vídeo. Canal *History of Science*, 3 mar. 2020 (9m21s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pmw-Hulq1jw&feature=share&fbclid=IwAR3wSCae_U2vZiiSasmD5nOrUwiXYdoO6zXBERmmLv0RF84kvJaVhEw2RuU>. Acesso em: 24 nov. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Faculdade de Medicina. Sítio eletrônico, 2020. **História da Faculdade de Medicina**. Disponível em: <<https://www.medicina.ufrj.br/pt/conteudos/paginas/historia/principal>>. Acesso em: 09 jun. 2020.

_____. Sistema Eletrônico de Informações. Sítio eletrônico, 2020. **Perguntas Frequentes: 6. Os prestadores de serviços terceirizados, bolsistas e estagiários poderão assinar documentos no SEI?**. Disponível em: <[http://portal.sei.ufrj.br/index.php/material-de-apoio/perguntas-frequentes#:~:text=Os%20prestadores%20de%20servi%C3%A7os%20terceirizados,B%C3%A1sico%20\(sem%20assinatura\)%E2%80%9D](http://portal.sei.ufrj.br/index.php/material-de-apoio/perguntas-frequentes#:~:text=Os%20prestadores%20de%20servi%C3%A7os%20terceirizados,B%C3%A1sico%20(sem%20assinatura)%E2%80%9D)>. Acesso em: 1 out. 2020.

Bibliografia

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. “Fragmentos do discurso cultural: por uma análise crítica do discurso sobre a cultura no Brasil”. In NUSSBAUMER, G. (Org.). **Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: Edufba, 2007. pp. 13-24.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. A história e a disputa de sentidos: sobre o autoritarismo brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 74, set. 2019, pp. 324-328. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S002038742019000300324&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ALMEIDA JUNIOR, A. Parecer CFE nº 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 30, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n30/a14n30.pdf>>. Acesso em: 4 jan. 2020.

APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARAGÃO, Milena; TIMM, Jordana Wruck; KREUTZ; Lúcio. A história oral e suas contribuições para o estudo das culturas escolares. **Conjectura: Filos. Educ.**, Caxias do Sul, v. 18, n. 2, maio-ago. 2013, pp. 28-41.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232 p. (Publicações Técnicas, 51). Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/images/pdf/Dicion_Term_Arquiv.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2020.

BARREIRA, Maria Cecília Gomes. **Análise da plataforma SIGA no curso de mestrado em saúde pública**. 179 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde

Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <<https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/2511>>. Acesso em: 10 maio 2020.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Como fazer análise diplomática e análise tipológica de arquivo**. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial, 2002. (Projeto Como Fazer, 8)

BERMUDEZ, Jorge Antonio Zepeda. “Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca: uma reflexão pessoal”. In LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O.; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Uma escola para a saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. pp. 247-256.

BERNARDES, Ieda Pimentel; DELATORRE, Hilda. **Gestão Documental Aplicada**. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2008. 54 p. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/saesp/GESTAO_DOCUMENTAL_APLICADA_Ieda.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2020.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 5, n. 2 [10], 10 fev. 2012, pp. 193-220.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Sistema Nacional de Educação: diversos olhares 80 anos após o Manifesto**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino – MEC/SASE, 2014. Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/images/pdf/livro_pioneiros_final.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

CABRAL, Dilma. **Departamento Nacional de Saúde Pública**. Verbete MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira/Arquivo Nacional. 2018. Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/component/content/article?id=682>>. Acesso em: 8 maio 2020.

_____. **Conselho de Assistência Hospitalar**. Verbete MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira/Arquivo Nacional. 2019a. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/component/content/article?id=737>>. Acesso em: 8 maio 2020.

_____. **Conselhos de Saúde Pública**. Verbete MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira/Arquivo Nacional. 2019b. Disponível em: <<http://mapa.arquivonacional.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/778-conselhos-de-saude-publica>>. Acesso em: 4 maio 2020.

CALDERON, Wilmara Rodrigues. **O arquivo e a informação arquivística: da literatura científica à prática pedagógica no Brasil**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013. (Coleção PROPG Digital - UNESP). ISBN 9788579834868. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/109305>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Arquivos pessoais são arquivos. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 2009, pp. 27-39. Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A02.pdf>. Acesso em: 26 set. 2020.

CAMARGO, Angélica Ricci. **Ministério da Justiça e Negócios Interiores (1889-1930)**. Verbete MAPA – Memória da Administração Pública Brasileira/Arquivo Nacional. 2017.

Disponível em: <<http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/521-ministerio-da-justica-e-negocios-interiores>>. Acesso em: 10 set. 2020.

CARDOSO, Tatyana Marques de Macedo; OLIVEIRA, Cláudia Maria Costa Alves de. Potencialidades de um arquivo escolar: o caso do Núcleo de Documentação e Memória do Colégio Pedro II. **Revista Iberoamericana do Patrimônio Histórico-Educativo**, v. 3, n. 2, 19 dez. 2017, pp. 289-302.

CARVALHO, Wallace Pires de. **Arquivos universitários de entidades públicas de ensino superior do Rio de Janeiro: estudo de caso dos arquivos da UFRJ e UNIRIO**. 134 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/765/1/carvalho2012.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL (CPDOC/FGV). **A Era Vargas: dos anos 20 a 1945 – Gustavo Capanema**. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gustavo_capanema>. Acesso em: 22 set. 2020.

CONRADO, Flavia Helena; FLORES, Daniel. O documento arquivístico: reflexões acerca do patrimônio cultural. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS-Campus Porto Alegre**, Porto Alegre, v. 2, n. 3, jul.-dez. 2015, pp. 35-47. Disponível em: <<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/issue/view/34>>. Acesso em: 10 nov. 2020.

COOK, Terry. “El concepto de fondo archivístico: teoría, descripción y procedencia en la era postcustodial”. In EASTWOOD, Terry. **El Fondo de Archivo: de la teoría a la práctica**. Traducción al castellano: Manuel Vázquez. Corrección Técnica de la traducción: Louis Garon. Córdoba: Bureau Canadien des Archivistes, 1996. pp. 19-70.

COSTA, Fabio Pereira. **O homem da pena de aço: Monteiro Lobato e a articulação da raça na educação republicana**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Programa de Pós-Graduação em História, 2016. Disponível em: <<http://tede2.uefs.br:8080/handle/tede/550?locale=es>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

COSTA, Icléia Thiesen Magalhães. **Memória institucional: a construção conceitual numa abordagem teórico-metodológica**. 169 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro/Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, Rio de Janeiro, 1997. Disponível em: <<https://ridi.ibict.br/bitstream/123456789/686/1/icleiacosta1997.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.

DUCHEIN, Michel. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. Trad. Maria Amélia Gomes Leite. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr.1982-ago.1986, pp. 14-33. Disponível em: <http://biblioteca.an.gov.br/bnweb/upload/pasta9/acervo83163/83163_394.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2020.

EASTWOOD, Terry. Introduccion General. In **El Fondo de Archivo: de la teoría a la práctica**. Traducción al castellano: Manuel Vázquez. Corrección Técnica de la traducción: Louis Garon. Córdoba: Bureau Canadien des Archivistes, 1996. pp. 19-70.

_____. O que é teoria arquivística e por que ela é importante? Trad. Sérgio Conde de Albite Silva. **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, jul.-dez. 2013, pp. 15-27. Disponível em: <<http://www.arquivistica.fci.unb.br/arquivo-e-administracao/o-que-e-teoria-arquivistica-e-porque-ela-e-importante-what-is-archival-theory-and-why-is-it-important/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

FONSECA, Cristina M. O. “A Criação da Ensp: integração e diversidade na formação em saúde pública”. In LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O.; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Uma escola para a saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004. pp. 39-78.

FOUCAULT, Michel. “Sobre as maneiras de escrever história: entrevista a R. Bellour”. In MOTTA, Manoel da (Org.). **Ditos e escritos II: arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento**. 1. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1967. pp. 62-77.

FRANCO, Shirley Carvalhêdo. A noção de ramificação: uma contribuição para a Arquivologia. Comunicação Oral. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação** (ENANCIB 2013). GT 1: Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/view/4002>>. Acesso em: 2 out. 2020.

FRANCO, Shirley Carvalhêdo; RODRIGUES, Georgete Medleg. **A destruição e sobrevivência dos documentos de arquivo e seus impactos na escrita da História**. 2019 [Preprint]. Disponível em: <<http://eprints.rclis.org/38718/>>. Acesso em: 20 set. 2020.

FRANCO, Shirley Carvalhêdo; THIESEN, Icléia; RODRIGUES, Georgete Medleg. As duas teorias arquivísticas segundo John Roberts: uma contribuição aos fundamentos do campo. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 22, n. 3, dez. 2017, pp. 35-63. ISSN 1981-8920. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/29073>>. Acesso em: 26 set. 2020.

GADOTTI, Moacir. “Projeto Político Pedagógico da Escola Cidadã”. In **Construindo a Escola Cidadã**. Brasília: MEC, 1998. pp. 15-22. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002687.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GLEZER, Raquel. Arquivos Universitários: para que? **Trans-in-formação**, 1(3), set.-dez. 1989. Disponível em: <<https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/download/1680/1651>>. Acesso em: 29 set. 2020.

GOMES, Marleide da Mota; VARGAS, Sylvia da Silveira Mello; FRANCO, Talita Romero (Orgs.). **1808-2008 – Faculdade de Medicina da UFRJ: Transformações Social, Política, Tecnológica e Evolução**. São Paulo: Editora Atheneu, 2008.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. “História, memória e patrimônio”. In OLIVEIRA, Antônio José Barbosa de (Org.). **Universidade e lugares de memória**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. Disponível em: <<https://pantheon.ufrj.br/bitstream/11422/139/1/memoria2.pdf>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

HEYMANN, Luciana; ALBERTI, Verena. “Acervos de história oral: um patrimônio silencioso?”. In BAUER, Leticia; BORGES, Viviane Trindade (Orgs.). **História oral e**

patrimônio cultural: potencialidades e transformações. São Paulo: Letra & Voz, 2018. pp. 11-29.

HEYMANN, Luciana Quillet. O indivíduo fora do lugar. **Revista do Arquivo Público Mineiro**, 2009, pp. 41-57. Disponível em:

<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2009-2-A03.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

HOCHMAM, Gilberto. “Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP)”. In CPDOC/FGV. **Dicionário da elite política republicana (1889-1930)**. Disponível em:

<[http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%20C3%9ADE%20P%20C3%9A%20BLICA%20\(DNSP\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/DEPARTAMENTO%20NACIONAL%20DE%20SA%20C3%9ADE%20P%20C3%9A%20BLICA%20(DNSP).pdf)>. Acesso em: 8 set. 2020.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. **Revista Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em:

<<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/659/663>>. Acesso em: 15 abr. 2020.

_____. “Prefácio”. In FERRARO, Juliana Ricarte; RANGEL, Thayron Rodrigues (Orgs.). **Experiências exitosas em gestão, preservação, descrição e difusão de documentos arquivísticos em Instituições Federais de Ensino**. São Paulo: ARQ-SP, 2020. Disponível em:

<https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Livro_Experiencias_exitosas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

LABRA, Eliana. **O movimento sanitarista nos anos 20: da conexão sanitária internacional à especialização em saúde pública no Brasil**. Dissertação (Mestrado). EBAP/FGV, mimeo, 1985.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas. **Educar em Revista**, [S.l.], v. 17, n. 17, jun. 2001, pp. 153-173. ISSN 1984-0411. Disponível em:

<<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/2074/1726>>. Acesso em: 14 abr. 2020.

LIMA, Eliseu dos Santos; FLORES, Daniel. A evolução da legislação relacionada à digitalização e aos documentos digitais no âmbito da administração pública federal. **Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 29, n. 1, jan.-abr. 2016, pp. 75-91. Disponível em:

<<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/21043/pdf>>. Acesso em: 7 out. 2020.

LIMA, Eliseu dos Santos; SEIFFERT, Claudineli Carin; SCHÄFER, Murilo Billig. Acervo Acadêmico das IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino: manutenção, guarda e conversão para o meio digital conforme a legislação brasileira. **Sociais e Humanas**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 32, 2019, pp. 23-45. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/34261>>. Acesso em: 29 set. 2020.

LIMA, Nísia Trindade. “O Brasil e a Organização Pan-Americana da Saúde: uma história de três dimensões”. In FINKELMAN, Jacobo (Org.). **Caminhos da saúde no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2002. pp. 23-116. ISBN 85-7541-017-2.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O.; SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Uma escola para a saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O. “História da Especialização em Saúde Pública no Brasil: nota introdutória”. In LIMA, Nísia Trindade; FONSECA, Cristina M. O.;

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos (Orgs.). **Uma escola para a saúde**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004.

LUTZ, C. C.; SOMAVILLA, Raone. Tratamento Documental em Arquivo Especializado: projetos de arquitetura e engenharia da Universidade Federal de Santa Catarina. **Revista Analisando em Ciência da Informação**, v. 4, 2016, pp. 857-872.

MEDEIROS, Ruy Hermann Araújo. Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento. **HistedBR**, Campinas, n. 14, jun. 2004, 11 p. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Ruy_Medeiros2_artigo.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

MENEZES, Aline Pestana de; SANTOS, Ana Carolina Andrade dos; ROMEIRO, Janete; PINTO, José Mauro da Conceição; CARMO, Rodrigo Ferreira do. “A gestão arquivística em uma instituição de ensino em saúde: um estudo de caso”. In **Anais do III Congresso Nacional de Arquivologia "Arquivologia e suas múltiplas interfaces"**. Edição ampliada. Rio de Janeiro: ENARA: AAERJ, 2008. Disponível em: <<http://www.aaerj.org.br/wp-content/uploads/2012/08/Anais-III-CNA.pdf>>. Acesso em: 3 maio 2020.

MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Memória e cultura material: documentos pessoais no espaço público. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, jul. 1998, pp. 89-104. ISSN 2178-1494. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2067>>. Acesso em: 8 set. 2020.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. **Sísifo: Revista de Ciências da Educação**, n. 1, set.-dez. 2006, pp. 71-84.

MOREIRA, Martha Cristina Nunes. A Fundação Rockefeller e a construção da identidade profissional de enfermagem no Brasil na Primeira República. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 3, fev. 1999, pp. 621-645. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 1 out. 2020.

MOROSINI, Marcia Valéria; FONSECA, Angélica Ferreira; PEREIRA, Isabel Brasil. “Educação em Saúde”. In PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio Cezar França (Orgs.). **Dicionário de Educação Profissional em Saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. p. 155. Disponível em: <<https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l43.pdf>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

OLIVEIRA, Fátima Bayma de. Origem e evolução dos cursos de pós-graduação lato sensu no Brasil. **Revista de Administração de Empresas**, v. 29, n. 1, jan.-mar. 1995, pp. 19-33. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/viewFile/8285/7062>>. Acesso em: 26 mar. 2020.

PALHARES, José Augusto. Reflexões sobre o não-escolar na escola e para além dela. **Revista Portuguesa de Educação**, Braga, v. 22, n. 2, 2009, pp. 53-84. Disponível em: <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0871-91872009000200004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 3 maio 2020.

PANISSET, Bianca Therezinha Carvalho; ASSIS, João Marcus Figueiredo. A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n. 10, 2016, pp. 81-89. Disponível em:

<http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a04.pdf>. Acesso em: 8 out. 2020.

PEREIRA, Daniela de Oliveira; ENDO, Issamu. “Relato de experiência do projeto de extensão: Arquivo Permanente da Escola de Minas da UFOP – resgate e preservação da memória”. In FERRARO, Juliana Ricarte; RANGEL, Thayron Rodrigues (Orgs.). **Experiências exitosas em gestão, preservação, descrição e difusão de documentos arquivísticos em Instituições Federais de Ensino**. São Paulo: ARQ-SP, 2020.

REIS, José Carlos. O tempo histórico como “representação intelectual”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 34, 2011.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

RONDINELLI, Rosely Curi. **O conceito de documento arquivístico frente à realidade digital: uma revisitação necessária**. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Instituto de Arte e Comunicação Social, Instituto Brasileiro em Ciência e Tecnologia, Niterói, 2011. Disponível em:

<https://www.siarq.unicamp.br/siarq/images/siarq/publicacoes/preservacao_digital/tese_rondinelli.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 17, jul. 1996, pp. 85-92. ISSN 2178-1494. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2019>>. Acesso em: 8 set. 2020.

SANTOS, Luiz Antonio de Castro; FARIA, Lina. O ensino da saúde pública no Brasil: os primeiros tempos no Rio de Janeiro. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, set. 2006, pp. 291-324. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-77462006000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 6 out. 2020>.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. A institucionalização da arquivologia no Brasil e a reforma administrativa no primeiro governo Vargas (1935-1945). **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 38, n. 78, ago. 2018, pp. 121-146.

_____. Uma abordagem arquivística: os documentos de um laboratório das ciências biomédicas. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, mar. 2012, pp. 303-323. Disponível em:

<https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702012000100016>.

Acesso em: 1 maio 2020.

SANTOS, Rui Alberto Nunes dos. As origens da educação escolar e a “construção social” da organização “escola”. **Máthesis**, n. 8, 1999. Disponível em: <https://digitalisdsp.uc.pt/bitstream/10316.2/23778/1/mathesis8_artigo15.pdf?ln=pt-pt>. Acesso em: 3 maio 2020.

SAVIANI, Demerval. Instituições Escolares: conceito, história, historiografia e práticas. **Cadernos de História da Educação**, v. 4, 4 mar. 2008.

_____. **Pedagogia histórico-crítica**: primeiras aproximações/Demerval Saviani. 10. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. (Coleção Educação Contemporânea)

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Espetáculo da miscigenação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 8, n. 20, abr. 1994, pp. 137-152. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 abr. 2020.

SILVA, Margareth da. **O arquivo e o lugar: a custódia arquivística como responsabilidade pela proteção aos arquivos**. Tese (Doutorado em História Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-22122015-093801/publico/2015_MargarethDaSilva_VCorr.pdf>. Acesso em: 7 out. 2020.

SILVA, Renato Motta Rodrigues da; INDOLFO, Ana Celeste; LOUSADA, Mariana. “Panorama da Rede Nacional de Arquivistas das IFES – ARQUIFES”. In FERRARO, Juliana Ricarte; RANGEL, Thayron Rodrigues (Orgs.). **Experiências exitosas em gestão, preservação, descrição e difusão de documentos arquivísticos em Instituições Federais de Ensino**. São Paulo: ARQ-SP, 2020. Disponível em: <https://www.arqsp.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Livro_Experiencias_exitosas.pdf>. Acesso em: 20 set. 2020.

VASCONCELLOS, Maria das Mercês Navarro. **Educação ambiental na colaboração entre museus e escolas: limites, tensionamentos e possibilidades para a realização de um projeto político pedagógico emancipatório**. 399 f. Tese (Doutorado). Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, 2008. Disponível em: <<http://next.ensp.fiocruz.br/repositorio/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

VEYNE, Paul. **Como se escreve a história/Foucault revoluciona a história**. 4. ed. Trad. Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. Brasília: EdUnB, 1998.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Estrutura e funcionamento da educação básica**. 2. ed. atual. Fortaleza: EdUECE, 2015. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/431689/2/Livro_Estrutura%20e%20Funcionamento%20da%20Educacao%20Basica.pdf>. Acesso em: 1 maio 2020.

XAVIER, Libânia Nacif. “A República e o movimento da escola nova: atores, experiências e legado histórico”. In MOURÃO, Alda; GOMES, Ângela de Castro (Orgs.). **A experiência da Primeira República no Brasil e em Portugal**. 2. ed. Coimbra-Rio de Janeiro: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014, v. 1. pp. 279-316.

XAVIER, Libânia Nacif; CHAVES, Miriam W.. A invenção da Escola pública e seus desdobramentos no Brasil: entre o ideal de modernidade e os problemas contemporâneos. **Historia Caribe**, Barranquilla, v. 13, n. 33, dez. 2018, pp. 255-282. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0122-88032018000200255&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 12 jan. 2021.

ANEXO 1 – Documento da Fundação Rockefeller.

62.1935.05.27

MANGUINHOS

FUNDAÇÃO ROCKEFELLER
DIVISÃO SANITÁRIA INTERNACIONAL
RIO DE JANEIRO, BRASIL

CAIXA POSTAL NUMERO 49
TELEGRAMAS, ROCKFOUND RIO

No. 1742-40

16 de Julho de 1940.

Ilmo. Snr. Dr.
Gustavo Capanema
DD. Ministro de Educação e Saúde
RIO DE JANEIRO

Senhor Ministro:

Acuso o recebimento de vossa carta de 28 de Junho p.p., referente à reorganização do curso de Saúde Pública criado pelo Decreto Lei N° 2243, de 29 de Maio p.p. e Decreto N° 5738 da mesma data.

Em referencia ao vosso pedido sobre minha opinião a respeito dessa organização, devo declarar-vos que não se poderá esperar que esse curso, tal como está organizado, possa fornecer preparo adequado aos sanitaristas que terão sob sua responsabilidade a administração do futuro trabalho de Saúde Pública no Brasil.

Hoje, através de todo o mundo civilizado, a profissão sanitária é considerada como altamente especializada, e para seu preparo é indispensavel um curso de aperfeiçoamento do mais alto padrão universitario.

A experiencia vem demonstrando que tal aprendizado só poderá ser ministrado por meio de instituições que disponham de um grupo de professores altamente especializados, de laboratorios adequados e de um distrito que funcione como campo de demonstração e ensino da administração de Saúde Pública.

O curso de Saúde Pública, tal como está organizado pelo Decreto Lei N-2243, dispõe de um corpo docente constituído na sua totalidade por professores não efetivos que não são dispensados do seu trabalho normal nas repartições a que pertencem, e recebem apenas 30\$000 ou 20\$000 por hora de aula. Para o Diretor do Curso é fixada uma gratificação de seis contos anuais. Um corpo docente nessas condições nunca poderá estar devidamente preparado para o genero de

IV-3

-2-

ensino necessariamente exigido para transformar medicos em higienistas. O curso está programado para durar 18 meses seguidos e, entretanto, a experiencia tem demonstrado a dificuldade de conservar professores em atividade durante os meses de verão no Rio de Janeiro.

De acôrdo com o Decreto Lei N^o 2243, o curso de Saúde Publica deverá ser lecionado no Instituto Oswaldo Cruz que é mais propriamente um centro de pesquisas do que uma organização de ensino e não dispõe de um corpo docente adequado nem das instalações materiais necessarias a um curso de Saúde Publica. E, é sempre oportuno lembrar que os problemas praticos de administração de Saúde Publica, sendo os mais dificeis de ensinar, são, ao mesmo tempo, os mais importantes para o futuro sanitaria e para o país, pois é somente por intermedio de boa administração que os beneficios resultantes das medidas de Saúde Publica poderão ser extendidos à população de todo o país por um custo ao alcance do Tesouro Nacional.

É evidentemente impossivel analisar aqui o que deveria ser incluido em um curso de Saúde Publica, sem ao mesmo tempo encararmos os problemas do ensino medico basico dos futuros sanitarias e tambem dos cargos para os quais estão os mesmos sendo preparados. Si nos cursos medicos basicos as materias, particularmente as de laboratorio, são deficientes, conclue-se pela necessidade de proporcionar, no Curso de Saúde Publica, facilidades de estudo e tempo suficientes para completar essas materias. Por outro lado, si os candidatos se destinam futuramente a cargos mal remunerados e sob o regimen do tempo parcial, não é logicamente razoavel a exigencia de um alto nivel de preparo tecnico.

É impossivel separar de modo absoluto o problema do treinamento de Saúde Publica do problema da educação medica e do problema da organização oficial dos Serviços de Saúde Publica. Acredito tambem que o medico, candidato ao Curso de Saúde Publica, devesse pagar taxas de matricula mais altas que as existentes para os estudantes de medicina e dele se devesse exigir um nivel de trabalho academico mais alto



- 3 -

que o exigido para o estudante do curso basico de medicina. O medico que se destina à carreira sanitaria deve fazer seu aprendizado com a segurança de, uma vês terminado o curso, contar com oportunidades para o ingresso na profissão, bem remunerado e sob o regimen de tempo integral.

De acôrdo com as considerações expostas, venho respeitosamente sugerir-vos seja feito um cuidadoso estudo das condições do ensino na Faculdade de Medicina e da organização dos Serviços Nacionais de Saúde Publica, com o fim de determinar o tipo de curso de Saúde Publica que deveria ser instituido e a maneira pela qual um Instituto Universitario ou Escola de Saúde Publica poderia, o mais eficientemente possivel, ser articulado com essas instituições.

O Dr. R. A. Lambert, do departamento de Ciencias Medicas da Fundação Rockefeller, deverá chegar a esta cidade por toda esta semana e espero ter a oportunidade de leva-lo a vossa presença no proximo Sabado, afim de discutirmos pessoalmente o presente assunto.

Não me é naturalmente possivel adiantar qualquer proposta definida de cooperação, em nome da Fundação Rockefeller, sem previa consulta ao Dr. Sawyer em New York. De acôrdo com a orientação atual sei que será dificil, ou mesmo impossivel, assegurar a cooperação da Fundação para a construção de um edificio destinado à instalação de um Instituto de Higiene; penso, entretanto, que si o Governo resolver organizar um Instituto de Higiene de padrão que corresponda às necessidades do Brasil, será relativamente facil interessar a Fundação no sentido de emprestar a mais estreita colaboração na criação de um organismo de tal natureza.

Esta colaboração poderá traduzir-se no seguinte:

- I - Estudo preliminar das bases de organização da Escola Nacional de Saúde.
- II - Preparo de pessoal para as funções de ensino por meio de bolsas de estudos em centros estrangeiros



- 4 -

III - Auxilio financeiro, durante os primeiros anos, para manutenção de um corpo docente, nacional ou estrangeiro, com regimen de tempo integral de serviço.

IV - Instalação de laboratorios especializados para o ensino.

Aproveito o ensejo para apresentar-vos os protestos da minha mais elevada consideração.



FLS:AP

ANEXO 2 – Ofício do DNS (6/4/1943).

C O P I A CE 2 1935.05.27

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO E SAUDE
DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAUDE

Rio de Janeiro, D. F., 6 de abril de 1943.

Of. N. 151

Sr. Professor Dr. J. P. Fontenelle

Não deve a disciplina ^(sic) a seu cargo ser constituída de aglomerado de críticas apaixonadas e desarticuladas ao Serviço Publico e às pessoas.

Em vez disso, o ensino da Organização e Administração Sanitárias deve ser sereno, metódico e construtivo.

Ademais, tratando-se de Curso profissional, qual o de Saúde Publica, destinado, principalmente, à formação de técnicos para o exercicio de função sanitaria no D. N. S. e nas organizações sanitarias estaduais, é necessario que a orientação dada ao ensino da cadeira de Organização e Administração Sanitárias se ajuste áquilo que é legalmente existente e realmente executado.

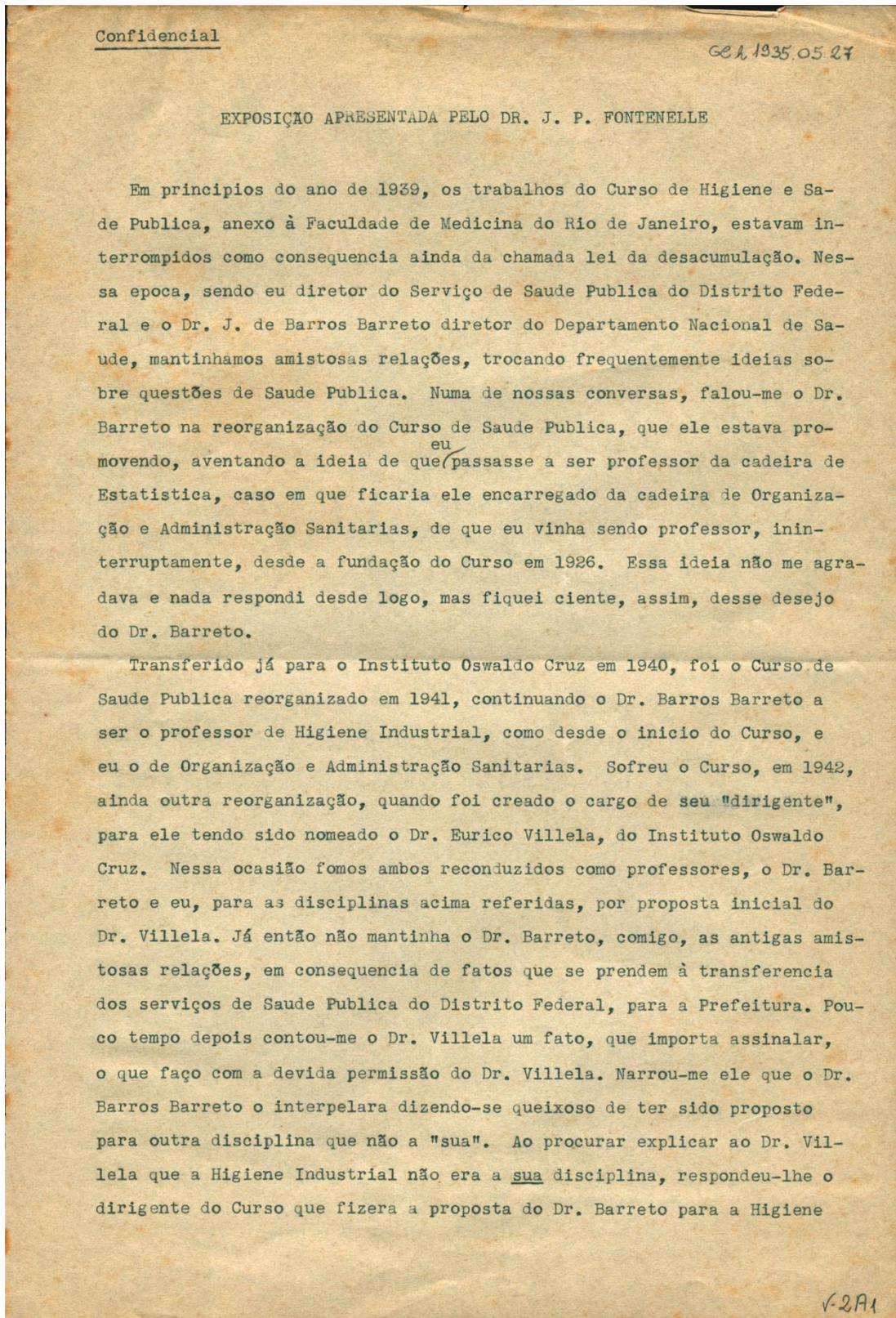
Destarte convido V. S. a entrevistar-se com o Diretor da D. O. S. do D. N. S., de que é parte integrante o Curso de Saude Pública, afim de serem combinadas providencias para que o curso a cargo de V. S. preencha integralmente as suas finalidades.

Atenciosas saudações.

(a) J. Bandeira de Mello, Dr.)
Diretor dos Cursos do D. N. S.

V-2A3

ANEXO 3 – Exposição apresentada por José Paranhos Fontenelle.



- 2 -

Industrial e a minha para a Administração Sanitaria porque desde o inicio do Curso tinhamos sido, respectivamente, os professores dessas disciplinas. Releva salientar que ambos fomos beneficiados por bolsas de viagem de estudo aos Estados Unidos, concedidas pela Fundação Rockefeller, a pedido do Dr. Carlos Chagas, quando diretor do antigo Departamento Nacional de Saude Publica, para o fim de, na volta daquele país, sermos os professores, no Curso, respectivamente das disciplinas já referidas.

Os trabalhos do Curso de Saude Publica se regularizaram em 1941 e continuaram em 1942, já incorporado ele aos Cursos do D. N. S., então creados. Em Setembro de 1942, tive oportunidade de encontrar-me com o Dr. Barreto, por fazermos parte ambos de uma comissão examinadora do Curso, do qual era então diretor o Dr. Artur Neiva. Nessa ocasião, disse-me o Dr. Barreto que o Dr. Neiva não queria continuar como diretor dos Cursos, e procurou convencer-me de que eu deveria aceitar essas funções. Supondo, como estou quasi certo, que houvesse impossibilidade do exercicio simultaneo das funções de diretor dos Cursos e de professor de Administração Sanitaria e desconfiado de que isso tivesse em mira fazer-me deixar as funções de professor da disciplina para a qual o Dr. Barreto deseja transferir-se, lembrei, de momento, deante de sua grande e longa insistencia sobre o assunto, a possivel dificuldade derivada de estar eu lotado na Prefeitura, desde que para ela foram transferidos os serviços de Saude Publica do Distrito Federal. Ficou então o Dr. Barreto de fazer estudar essa questão, para depois tornar a falar-me. De fato, algumas semanas depois recebi, por intermedio do Dr. Almir Castro, funcionario do D. N. S e meu assistente no ensino de Organização e Administração Sanitarias, um recado do Dr. Barreto pelo qual me mandava dizer que consultara por escrito o diretor do Departamento de Administração do Ministerio e que esse respondera não haver dificuldade na minha designação para diretor dos Cursos, desde que fosse feita requisição, para tal fim, à Prefeitura.

Nessa ocasião terminaram os trabalhos do concurso para catedratico de Higiene da Faculdade Nacional de Medicina, no qual atuei como examinador e em que foi classificado em 3º e ultimo logar, com a contribuição do meu voto e por maioria da comissão, o Dr. Jorge Bandeira de Mello, conhecido como muito amigo do Dr. Barreto e ha anos seu assistente no ensino de

- 3 -

Higiene Industrial, no Curso de Saude Publica. Desde logo começou o Dr. Bandeira de Mello a manifestar o seu despeito contra mim, apesar de nossa velha camaradagem, comprovada de publico pelas palavras do candidato, na defesa de tese, e na muito elógiosa dedicatória de seu trabalho, antecipadamente a mim enviado.

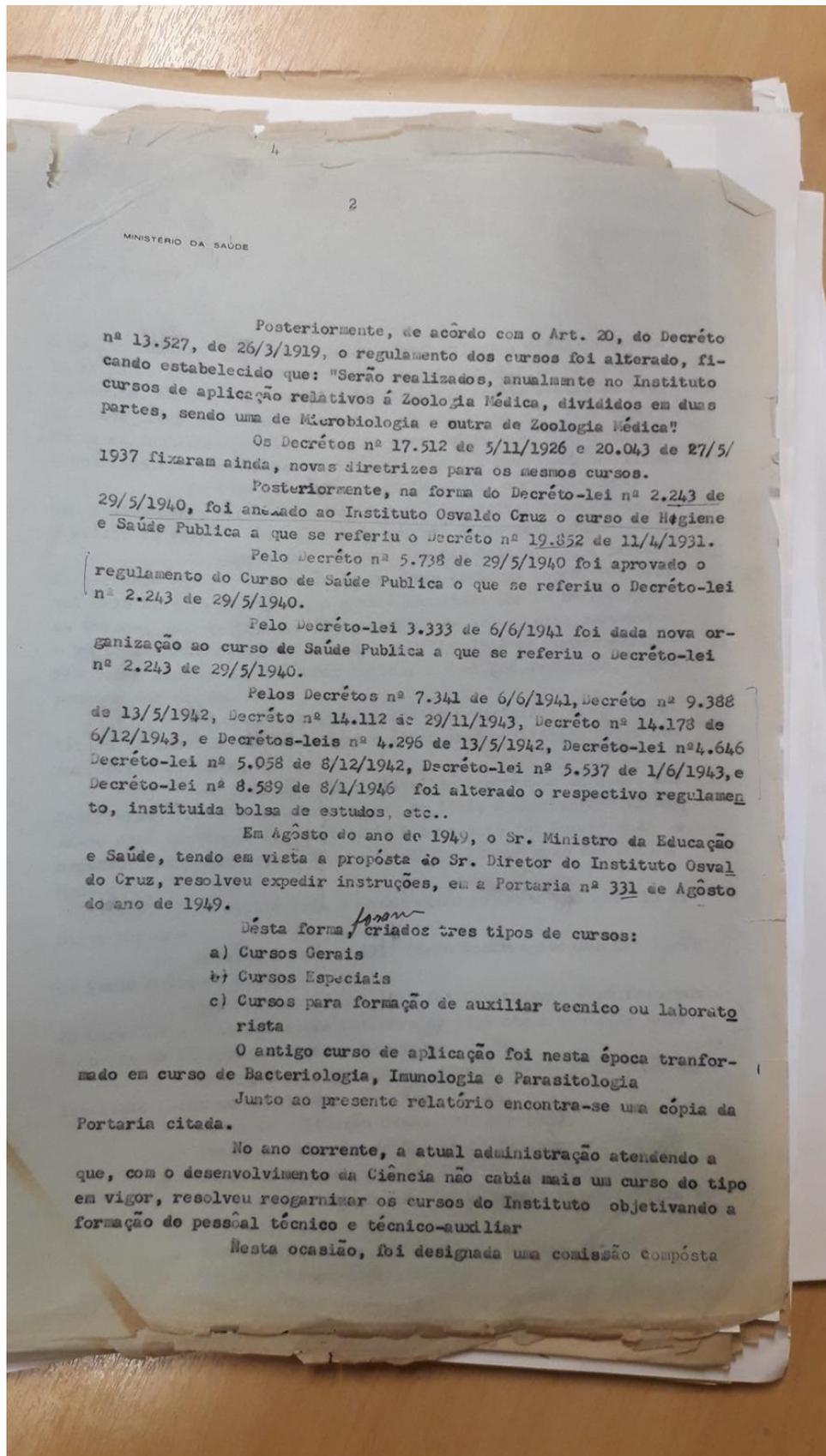
Logo depois, com a saída do Dr. Neiva, foi o Dr. Bandeira de Mello designado para diretor dos Cursos, sem nenhuma explicação para comigo, o que no meu intimo me pareceu ser o movimento de "uma pedra" no jogo de xadrez que o Dr. Barreto vem desenvolvendo para conseguir o seu intento. De fato, a varias pessoas, inclusive ex-alunos do Curso, começou o Dr. Bandeira de Mello a fazer referencias à sua disposição de me eliminar da cadeira de Administração Sanitaria. Sinto muito que tais pessoas, com a desculpa de não quererem envolver-se em questões alheias, não me tenham permitido referir-lhes os nomes.

Estavam as coisas neste pé quando recebi, com data de 6 do corrente, um injurioso officio do Dr. Bandeira de Mello, destinado como se espera a crear um incidente para que seja conseguido o intento de ser eu dispensado das funções de professor de Organização e Administração Sanitarias, a que passaria o Dr. Barreto, ficando a cadeira de Higiene Industrial para o Dr. Bandeira de Mello, segundo se propala. Junto copia do referido officio e da resposta que lhe dei.

14 de Abril de 1943.

J. P. Fontenelle

ANEXO 4 – Relatório anual IOC/Serviço de Ensino (1959).



MINISTÉRIO DA SAÚDE

de cinco membros, pelo Sr. Diretor o qual baixou a Ordem de Serviço nº 88 de 16 de Dezembro de 1958, para apresentar um plano sobre o assunto. Assim, dever-se-ia ministrar nos atuais cursos os ensinamentos técnicos correspondentes às especialidades de cada laboratório do Instituto Oswaldo Cruz. Os cursos Gerais de Bacteriologia e Helminologia realizados em 1959 atenderam a este ponto de vista.

De 1908 até 1959 as atividades do curso estiveram sob a direção de vários encarregados e é impossível conhecer-se, com precisão os nomes e épocas de cada um, até o ano de 1940.

Os cursos do Instituto Oswaldo Cruz estão, a partir do corrente ano sob a direção do Dr. Hugo de Souza Lopes, responsável pelo Serviço de Ensino, o qual é auxiliado por um Encarregado de Cursos, dois preparadores de material de aulas, dois serventes e um trabalhador. Durante os anos de 1957 e 1958 os cursos estiveram sob a direção do Dr. Mario Santos, o qual foi designado, coordenador dos mesmos.

Anteriormente, os cursos eram dirigidos pelos Secretários do Instituto Oswaldo Cruz e estes eram auxiliados pelos Encarregados de Curso.

Até 1940 não foi possível conhecerem-se os nomes dos Encarregados dos Cursos. Entretanto, em 1941, o Encarregado chamava-se José Cantizano dos Santos. De 1942 a 1949 foi Encarregado o servidor Belizario Alves. No ano de 1950 o Encarregado foi Djalma Mendonça.

De 1951 a 1954 o Encarregado do Curso foi Antonio da Silva Martins.

Durante o ano de 1955 foram Encarregado Gustavo Pires do Couto e Thiers Godoy.

Nos anos de 1956 e 1957 foi Encarregado José Medeiros de Carvalho e finalmente, de Setembro de 1957 até a presente data é novamente Encarregado Djalma Mendonça.

Os principais cursos realizados, desde a fundação do Instituto foram os seguintes:

- Curso de aplicação desde 1908 até 1950
- Curso de Molestia de Chagas em Dezembro de 1941
- Curso de Higiene e Saúde Pública de 1926 a 1929
- Curso de Bacteriologia, Imunologia e Parasitologia de 1950 até 1959
- Curso de Biologia, de Abril a Novembro em 1949
- Curso de Hematologia em 1949
- Curso de Tecnologia Alemã de 1951 a 1952
- Curso "Eletrônica e Eletromicroscopia em 1951

MINISTÉRIO DA SAÚDE

Curso Geral de H. Parasitologia em 1959

Curso de Química das Proteínas 1951

Curso de Hidrobiologia 1953

Curso de Fitopatologia 1950

Curso de Entomologia Geral 1950 e 1951

Curso de Microbiologia do Solo 1950

Curso de Micro Manipulação 1949

Curso de Bioquímica 1949

Curso de Matemática 1951 e 1952

Curso prático de Histologia Patológica

Curso de Botânica Médica 1953

Curso de Leprologia 1928, 1929, 1931, 1933, 1934

Curso de Química Orgânica 1949

Curso de Fisiologia e Farmacologia do Sistema Nervoso

~~Automático~~ em 1950

Curso de Citologia Exfoliativa para o Diagnóstico Precoce do Câncer 1953

Curso de Bioquímica das Vitaminas em 1953

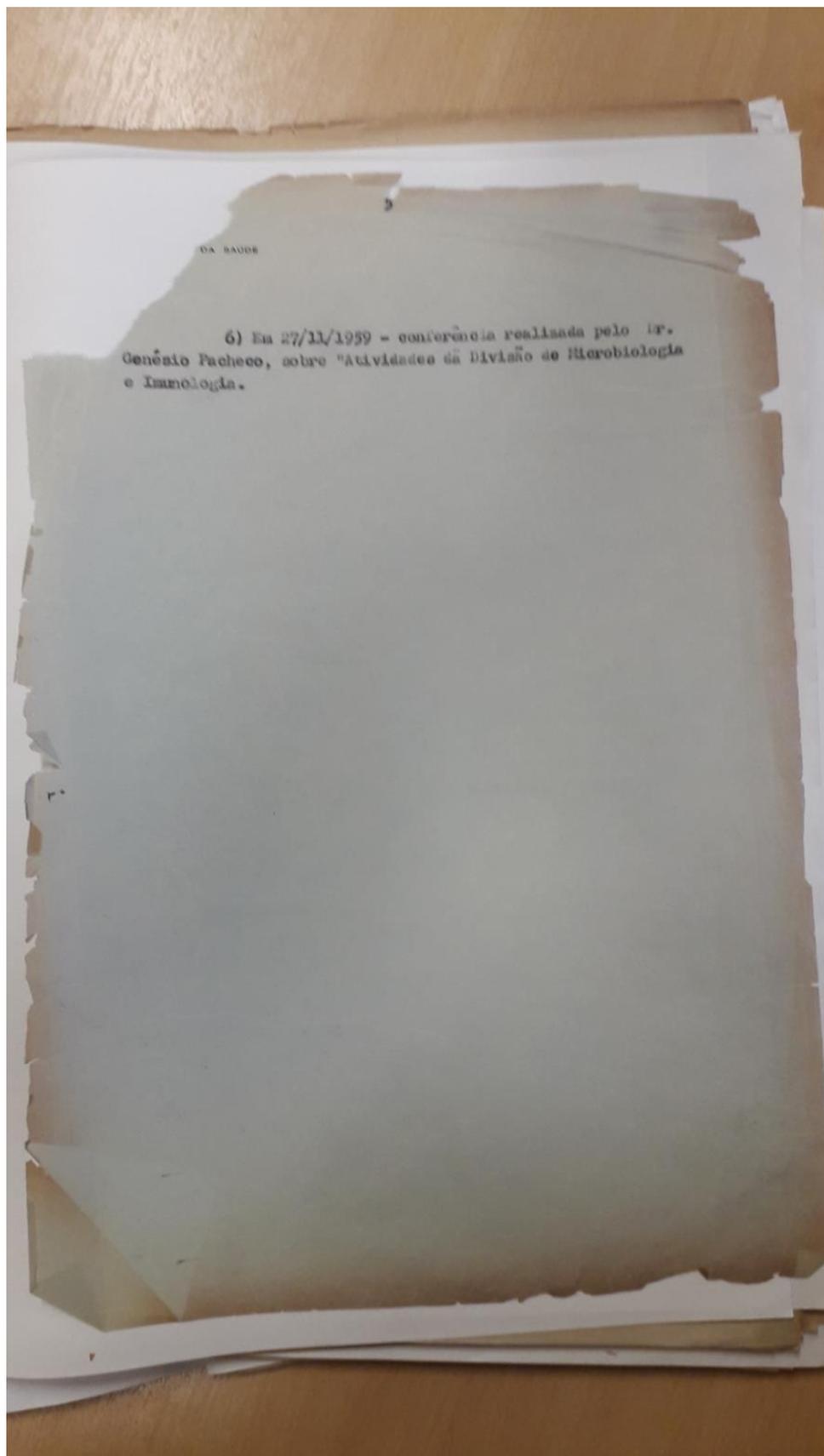
Curso Geral de Bacteriologia e ~~Helminologia~~ ^{Parasitologia} em 1959

Ainda neste ano de 1959 foi realizado ^o curso de Especialização em Enterobacterias.

Terminou em Maio próximo passado o curso de Bacteriologia, Imunologia e Parasitologia iniciado no ano de 1957.

Em julho de 1959, precisamente na semana compreendida entre os dias 5 á 11 realizou-se o Congresso Internacional sobre a Doença de Chagas, instalando-se o referido congresso nas dependências do Pavilhão de Cursos. No auditório existente no referido Pavilhão foram realizadas as seguintes conferências:

- 1) Em 10/8/1959 - conferência do Professor E. Graishank Professor de Bacteriologia da Universidade de Edinburg, Escóssia com seguinte assunto: "Mecanismo da ~~Imunidade~~ ^{Imunidade} não Específica.
- 2) Em 24/8/1959 - conferência do Professor Ivan Beritov A. Volokov e A. Tcheshkani, não sendo o assunto lançado no livro de presenças
- 3) Em 26/8/1959 - conferência realizada pelo Professor Douglas E. Smith, assunto: Demonstração de Mastocytes.
- 4) Em 27/8/1959 - conferência dos Drs. Mario Sampaio (do I.O.C.) sobre Aspecto da Ultra-estrutura celular, e J. Rhodia (da New York University) sobre "Formação de Calculos Renais á luz da Microscopia Eletrônica.
- 5) Em 29/10/1959 - conferência realizada pelo Dr. Walter Cruz, sobre: Estudo sobre Hemostase
1ª Desenvolvimento do método.



ANEXO 5 – Curso de Estatística – Resultado das notas finais (1939).

INSTITUTO OSWALDO CRUZ

CURSO DE

PROVA DE

Curso de Estatística do I. N. S.
Realizado em 1.939

Professores: Sr. Lincoln de Freitas e
Sr. Oswaldo Costa

Resultado das notas finais

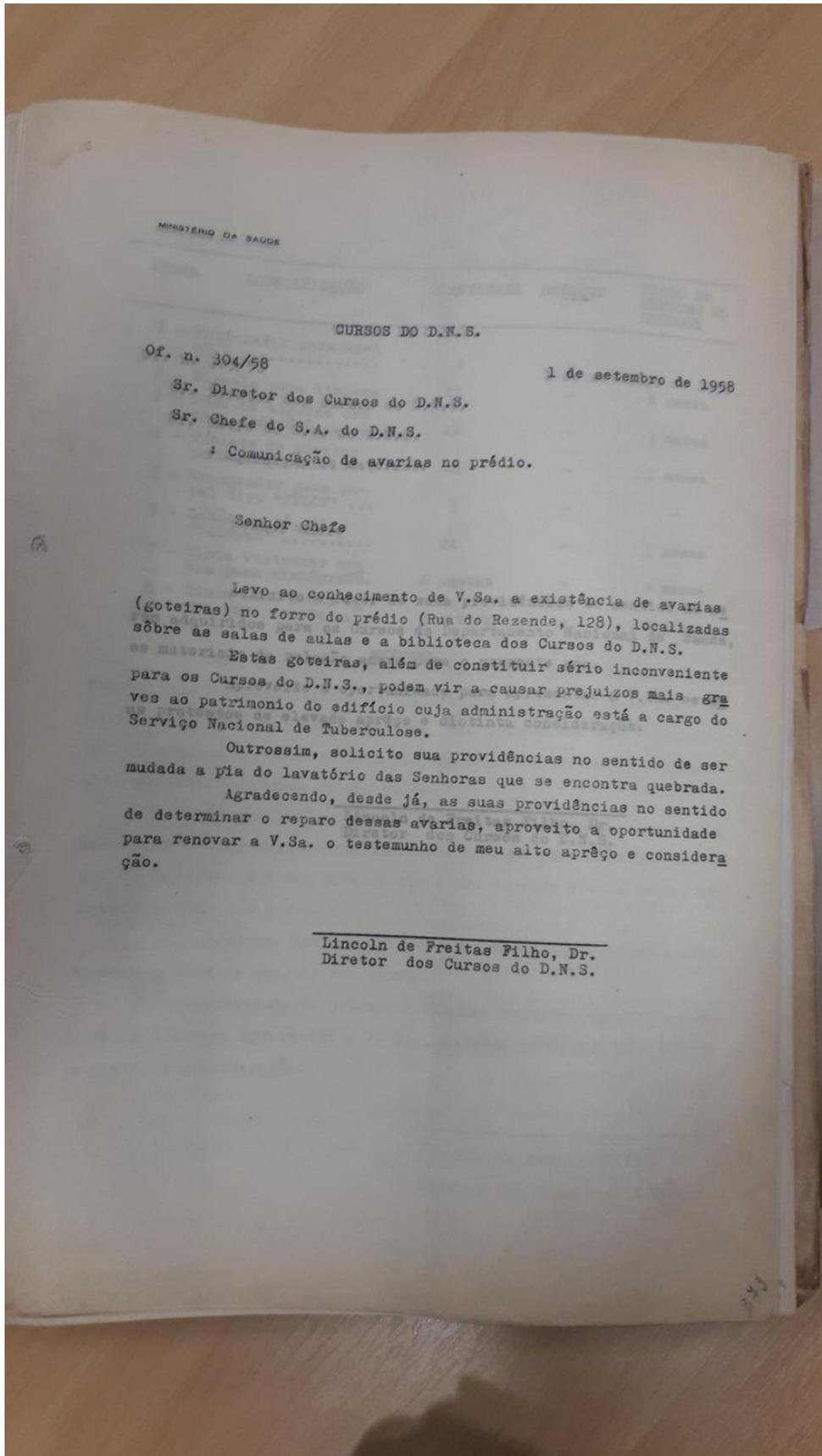
Pedro Batista de Araujo Teva	W 9.5
Claro Montenegro	W 9.5
Cesar Langgard Barbosa de Oliveira	W 9.5
Miguel Lippi Martins	W 8.5
Jair de Souza Farias	W 8.5
Quilino Lobo de Mattos Cornil	W 8.0
Georges Guimarães	W 8.0
Astacio Sigeyando Teixeira	W 7.5
Edelberto Chaves Holanda	W 7.0
Luizival Lage Plato	W 6.5
Jose Moacir Ribeiro Martins	W 6.5
Regivaldo Correa Quintanilha	W 6.5
Daquyar Pereira Triassi	W 6.5
Rui Abel Campelo	W 6.5
Raymundo Lius	W 6.5

15 diplomados

0032

0038

ANEXO 6 – Ofício 304/58.



MINISTERIO DA SAUDE

CURSOS DO D.N.S.

Of. n. 304/58

1 de setembro de 1958

Sr. Diretor dos Cursos do D.N.S.

Sr. Chefe do S.A. do D.N.S.

: Comunicação de avarias no prédio.

Senhor Chefe

Levo ao conhecimento de V.Sa. a existência de avarias (goteiras) no forro do prédio (Rua do Rezende, 128), localizadas sobre as salas de aulas e a biblioteca dos Cursos do D.N.S.

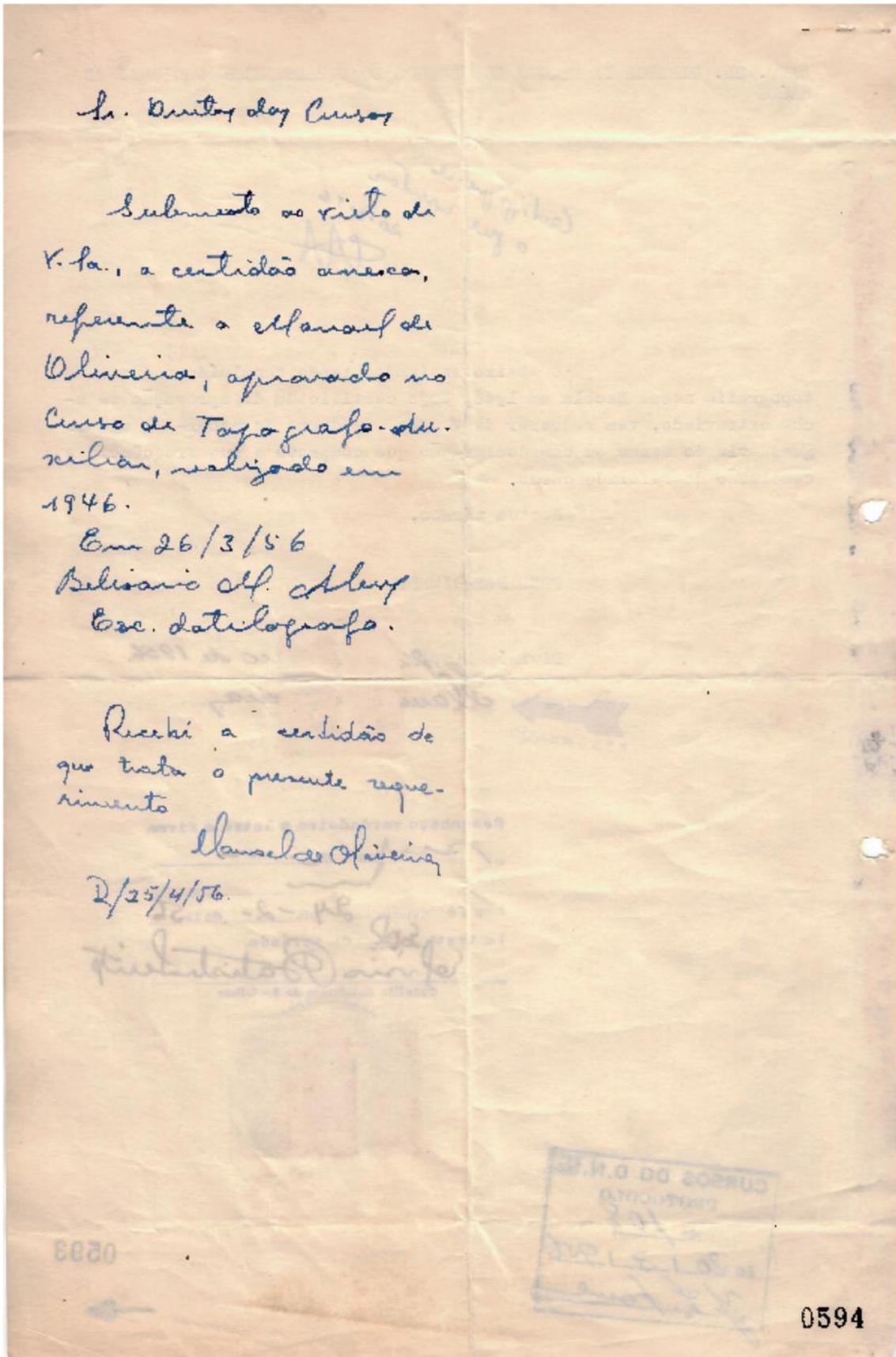
Estas goteiras, além de constituir sério inconveniente para os Cursos do D.N.S., podem vir a causar prejuízos mais graves ao patrimônio do edifício cuja administração está a cargo do Serviço Nacional de Tuberculose.

Outrossim, solicito sua providências no sentido de ser mudada a pia do lavatório das Senhoras que se encontra quebrada.

Agradecendo, desde já, as suas providências no sentido de determinar o reparo dessas avarias, aproveito a oportunidade para renovar a V.Sa. o testemunho de meu alto apreço e consideração.

Lincoln de Freitas Filho, Dr.
Diretor dos Cursos do D.N.S.

ANEXO 7 – Documento com assinatura de Belisário Martins Alves.



ANEXO 8 – Quadro com quantidade de folhas e localização por temática de curso.

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
CAIXA N. 3	533	DESCRIÇÃO
Pasta 1	29	Curso Higiene e Saúde Pública -1926-1947
	1	Curso de Lepra - 1936
	7	Curso de Preparatório para o Curso de Higiene e Saúde Pública - 1936
	1	Curso de Lepra - 1937
	15	Curso de Higiene e Saúde Pública - 1937
	2	Curso para Técnicos de Laboratório - 1938
	1	Curso Intensivo de Administração dos Serviços de Amparo à Maternidade e à Infância - 1938
	6	Curso de Tracoma - 1938
	4	Curso de Tisiologia - 1938
	13	Curso de Malária - 1938
	1	Curso de Lepra - 1938
	3	Curso de Higiene e Saúde Pública-Recife (PE) - 1938
	40	Curso de Higiene e Saúde Pública - 1938
	5	Curso de Estatística Vital - 1938
	7	Curso de Aperfeiçoamento dos Guardas do Departamento Nacional de Saúde - 1938
	3	Curso de Tracoma - 1939
	4	Curso de Tisiologia - 1939
	19	Curso de Psiquiatria Clínica e Higiene Mental - 1939
	33	Curso de Malária - 1939
	35	Curso de Higiene e Saúde Pública - 1939
1	Curso de Extensão Universitária de Química Bromatológica - 1939	
6	Curso de Estatística Vital - 1939	
1	Curso de Epidemiologia - 1939	
1	Curso de Engenharia Sanitária - 1939	
Pasta 2	49	Curso de Saúde Pública - 1940
Pasta 3	38	Curso de Saúde Pública - 1941
Pasta 4	69	Curso de Saúde Pública - 1942
Pasta 5	38	Curso de Lepra - 1942
Pasta 6	66	Curso de Malária - 1942

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
Pasta 7	35	Curso de Técnicas de Laboratório - 1942
CAIXA N. 4	406	DESCRIÇÃO
Pasta 1	76	Curso de Tuberculose - 1943
Pasta 2	47	Curso de Técnicas de Laboratório - 1943
Pasta 3	20	Curso de Topógrafo - Auxiliar - 1943
Pasta 4	110	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1943
Pasta 5	153	Curso de Saúde Pública - 1943
CAIXA N. 5	357	DESCRIÇÃO
Pasta 1	58	Curso de Engenharia Sanitária - 1943
Pasta 2	42	Curso de Estatística Vital - 1943
Pasta 3	31	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1943
Pasta 4	84	Curso de Lepra - 1943
Pasta 5	92	Curso de Malária - 1943
Pasta 6	50	Curso de Peste (Realizado em Recife/PE) - 1943
CAIXA N. 6	319	DESCRIÇÃO
Pasta 1	32	Curso de Organização e Administração Sanitária - 1944
Pasta 2	126	Curso de Saúde Pública - 1944
Pasta 3	27	1º Curso de Técnicas de Laboratórios - 1944
Pasta 4	30	2º Curso de Técnicas de Laboratório - 1944
Pasta 5	9	Curso de Topógrafo Auxiliar - 1944
Pasta 6	37	Curso de Tracoma - 1944
Pasta 7	58	Curso de Tuberculose - 1944
CAIXA N. 7	340	DESCRIÇÃO

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
Pasta 1	42	Curso de Doenças Venéreas - 1944
Pasta 2	43	Curso de Engenharia Sanitária - 1944
Pasta 3	36	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1944
Pasta 4	46	Curso de Lepra - 1944
Pasta 5	65	Curso de Malária - 1944
Pasta 6	43	Curso de Operadores de Tratamento de Águas e Esgoto - 1944
Pasta 7	65	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1944
CAIXA N. 8	295	DESCRIÇÃO
Pasta 1	47	Curso de Câncer - 1945
Pasta 2	56	Curso de Doenças Venéreas - 1945
Pasta 3	48	Curso de Engenharia Sanitária - 1945
Pasta 4	30	Curso de Estatísticas Vital - 1945
Pasta 5	29	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1945
Pasta 6	38	Curso de Lepra - 1945
Pasta 7	47	Curso de Malária - 1945
CAIXA N. 9	357	DESCRIÇÃO
Pasta 1	32	Curso de Nutrição - 1945
Pasta 2	32	Curso de Peste (Realizado em Recife/PE) - 1945
Pasta 3	64	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1945
Pasta 4	33	Curso de Organização e Administração Sanitária - 1945
Pasta 5	70	Curso de Saúde Pública - 1945
Pasta 6	27	Curso de Técnicas de Laboratório - 1945
Pasta 7	41	Curso de Tracoma - 1945
Pasta 8	58	Curso de Tuberculose - 1945

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
CAIXA N. 10	290	DESCRIÇÃO
Pasta 1	43	Curso de Organização e Administração Sanitária - 1946
Pasta 2	66	Curso de Saúde Pública - 1946
Pasta 3	44	Curso de Técnicas de Laboratório - 1946
Pasta 4	41	Curso de Topógrafo Auxiliar - 1946
Pasta 5	27	Curso de Tracoma - 1946
Pasta 6	69	Curso de Tuberculose - 1946
CAIXA N. 11	315	DESCRIÇÃO
Pasta 1	44	Curso de Doenças Venéreas - 1946
Pasta 2	29	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1946
Pasta 3	53	Curso de Lepra (DF) - 1946
Pasta 4	66	Curso de Malária - 1946
Pasta 5	66	Curso de Nutrição - 1946
Pasta 6	57	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1946
CAIXA N. 12	519	DESCRIÇÃO
Pasta 1	50	Curso de Organização e Administração Sanitárias - 1947
Pasta 2	106	Curso de Saúde Pública - 1947
Pasta 3	46	Curso de Técnicas de Laboratório - 1947
Pasta 4	68	Curso de Técnicas Entomologistas Especializados - 1947
Pasta 5	54	Curso de Topógrafo Auxiliar - 1947
Pasta 6	32	Curso de Tracoma - 1947
Pasta 7	163	Curso de Tuberculose - 1947
CAIXA N. 13	518	DESCRIÇÃO
Pasta 1	63	Curso de Câncer - 1947
Pasta 2	33	Curso de Entomologia - 1947

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
Pasta 3	68	Curso de Doenças Venéreas - 1947
Pasta 4	61	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1947
Pasta 5	56	Curso de Lepra - 1947
Pasta 6	49	Curso de Malária - 1947
Pasta 7	50	Curso de Nutrição - 1947
Pasta 8	138	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1947
CAIXA N. 14	263	DESCRIÇÃO
Pasta 1	59	Curso de Doenças Venéreas - 1948
Pasta 2	19	Curso de Doenças Venéreas (Realizado no Rio Grande do Sul) - 1948
Pasta 3	21	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1948
Pasta 4	32	Curso de Lepra - 1948
Pasta 5	29	Curso de Lepra (Vitória/ES) - 1948
Pasta 6	27	Curso de Lepra (Belém/PA) - 1948
Pasta 7	20	Curso de Lepra (São Paulo) - 1948
Pasta 8	56	Curso de Malária - 1948
CAIXA N. 15	379	DESCRIÇÃO
Pasta 1	29	Curso de Nutrição - 1948
Pasta 2	123	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1948
Pasta 3	45	Curso de Organização e Administração Sanitária - 1948
Pasta 4	96	Curso de Saúde Pública - 1948
Pasta 5	53	Curso de Técnicas de Laboratório - 1948
Pasta 6	33	Curso de Tracoma - 1948
CAIXA N. 16	390	DESCRIÇÃO
Pasta 1	38	Curso de Malária - 1949

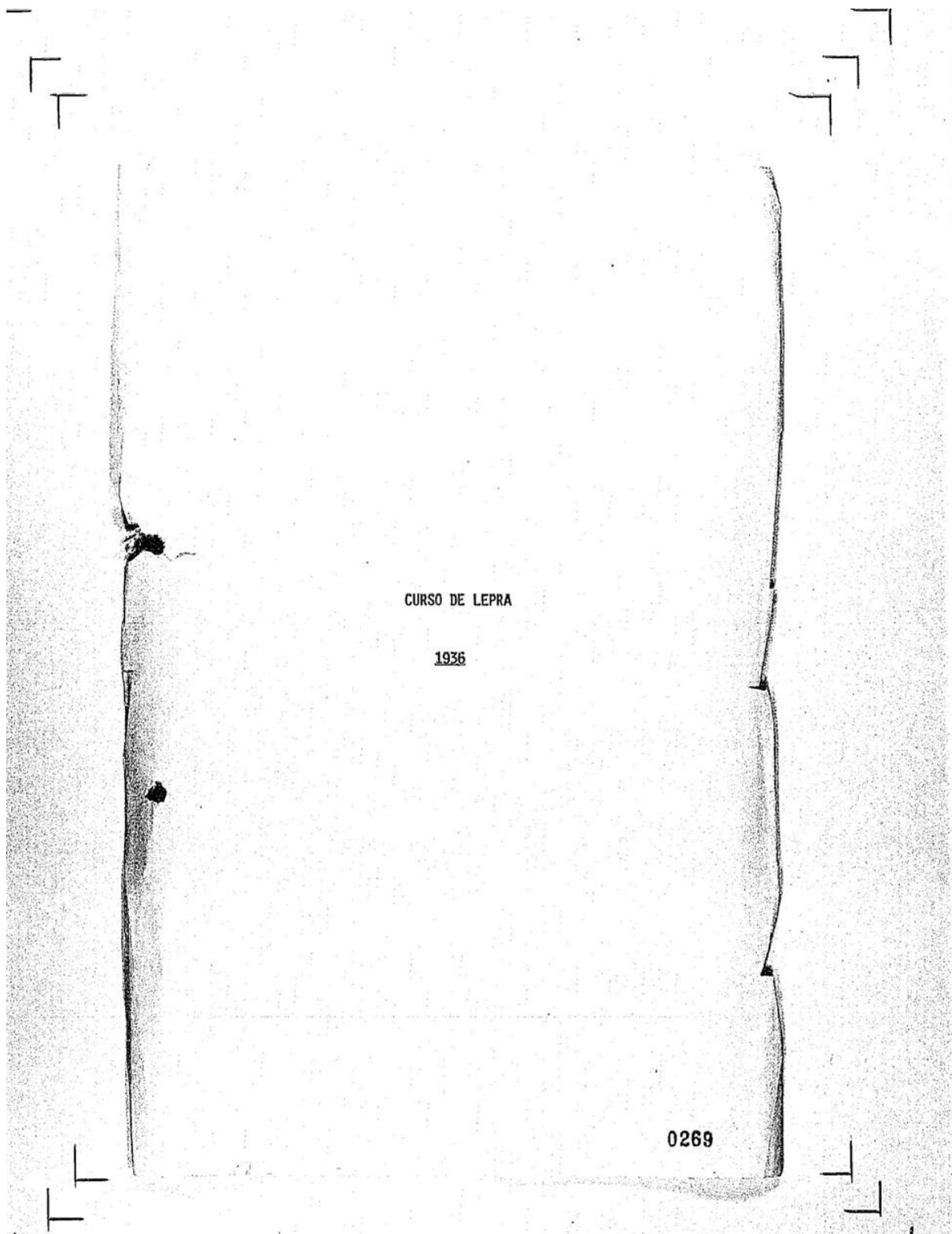
LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
Pasta 2	87	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1949
Pasta 3	31	Curso de Organização e Administração Sanitárias - 1949
Pasta 4	149	Curso de Saúde Pública - 1949
Pasta 5	49	Curso de Técnica de Laboratório - 1949
Pasta 6	36	Curso de Tracoma - 1949
CAIXA N. 17	259	DESCRIÇÃO
Pasta 1	49	Curso de Câncer - 1949
Pasta 2	50	Curso de Doenças Venéreas - 1949
Pasta 3	36	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1949
Pasta 4	59	Curso de Lepra (DF) - 1949
Pasta 5	46	Curso de Lepra (Recife/PE)
Pasta 6	19	Curso de Lepra (São Paulo)
CAIXA N. 18	546	DESCRIÇÃO
Pasta 1	62	Curso de Malária - 1950
Pasta 2	108	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1950
Pasta 3	101	Curso de Organização e Administração Sanitária - 1950
Pasta 4	156	Curso de Saúde Pública - 1950
Pasta 5	73	Curso de Técnicas de Laboratório - 1950
Pasta 6	46	Curso de Tracoma - 1950
CAIXA N. 19	477	DESCRIÇÃO
Pasta 1	129	Curso de Auxiliar de Estatística - 1950
Pasta 2	65	Curso de Doenças Venéreas - 1950
Pasta 3	66	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1950
Pasta 4	63	Curso de Lepra - 1950

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
Pasta 5	53	Curso de Lepra (Fortaleza/CE) - 1950
Pasta 6	41	Curso de Lepra (Goiânia/GO) - 1950
Pasta 7	60	Curso de Lepra (Curitiba/PR) - 1950
CAIXA N. 20	713	DESCRIÇÃO
Pasta 1	36	Curso de Nutrição - 1951
Pasta 2	217	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1951
Pasta 3	62	Curso de Organização e Administração Sanitária - 1951
Pasta 4	195	Curso de Saúde Pública - 1951
Pasta 5	78	Curso de Técnicas de Laboratório - 1951
Pasta 6	125	Curso de Tracoma - 1951
CAIXA N. 21	452	DESCRIÇÃO
Pasta 1	127	Curso de Câncer - 1951
Pasta 2	76	Curso de Doenças Venéreas - 1951
Pasta 3	53	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1951
Pasta 4	56	Curso de Lepra - 1951
Pasta 5	86	Curso de Lepra (Porto Alegre/RS) - 1951
Pasta 6	54	Curso de Lepra (São Paulo) - 1951
CAIXA N. 22	826	DESCRIÇÃO
Pasta 1	65	Curso de Lepra (Florianópolis/SC) - 1952
Pasta 2	194	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1952
Pasta 3	77	Curso de Organização e Administração Sanitárias - 1952
Pasta 4	249	Curso de Saúde Pública - 1952

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
Pasta 5	139	Curso de Técnicas de Laboratório - 1952
Pasta 6	102	Curso de Tracoma (Realizado em Recife/PE) - 1952
CAIXA N. 23	769	DESCRIÇÃO
Pasta 1	149	Curso de Doenças Venéreas - 1952
Pasta 2	108	Curso de Doenças Venéreas (Recife/PE) - 1952
Pasta 3	169	Curso de Estatística Vital (DF) - 1952
Pasta 4	35	Curso de Estatística Vital (Recife/PE) - 1952
Pasta 5	29	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria - 1952
Pasta 6	212	Curso de Lepra - 1952
Pasta 7	67	Curso de Lepra (Curitiba/PR) - 1952
CAIXA N. 24	686	DESCRIÇÃO
Pasta 1	163	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1953
Pasta 2	142	Curso de Organização e Administração Sanitária - 1953
Pasta 3	108	Curso de Saúde Pública - 1953
Pasta 4	223	Curso de Técnicas de Laboratório - 1953
Pasta 5	50	Curso de Tuberculose - 1953
CAIXA N. 25	510	DESCRIÇÃO
Pasta 1	89	Curso de Câncer - 1953
Pasta 2	157	Curso de Doenças Venéreas - 1953
Pasta 3	32	Curso de Higiene Mental e Psiquiatria Clínica - 1953
Pasta 4	86	Curso de Lepra (Realizado no Distrito Federal) - 1953

LOCALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE FOLHAS	CURSO/ANO
Pasta 5	146	Curso de Lepra (Realizado em Belém/PA) - 1953
CAIXA N. 26	906	DESCRIÇÃO
Pasta 1	59	Curso de Higiene Mental Psiquiatria Clínica - 1954
Pasta 2	141	Curso de Nutrição - 1954
Pasta 3	172	Curso de Organização e Administração Hospitalares - 1954
Pasta 4	201	Curso de Saúde Pública - 1954
Pasta 5	158	Curso de Técnicas Laboratório - 1954
Pasta 6	175	Curso de Técnicas Radiológicas - 1954
Total de folhas	11.434	

ANEXO 9 – Folha datilografada com identificação de curso, utilizada para ordenação física dos documentos.



ANEXO 10 – Documento referente ao Curso de Especialização sobre Lepra ministrado pelo Centro de Leprologia.

c/N.

M. E. S. - D. N. S. - SERVIÇO NACIONAL DE LEPROLOGIA

RELAÇÃO DOS ALUNOS QUE TERMINARAM O CURSO
DE ESPECIALIZAÇÃO SOBRE LEPROLOGIA MINISTRADO PELO CENTRO DE
LEPROLOGIA

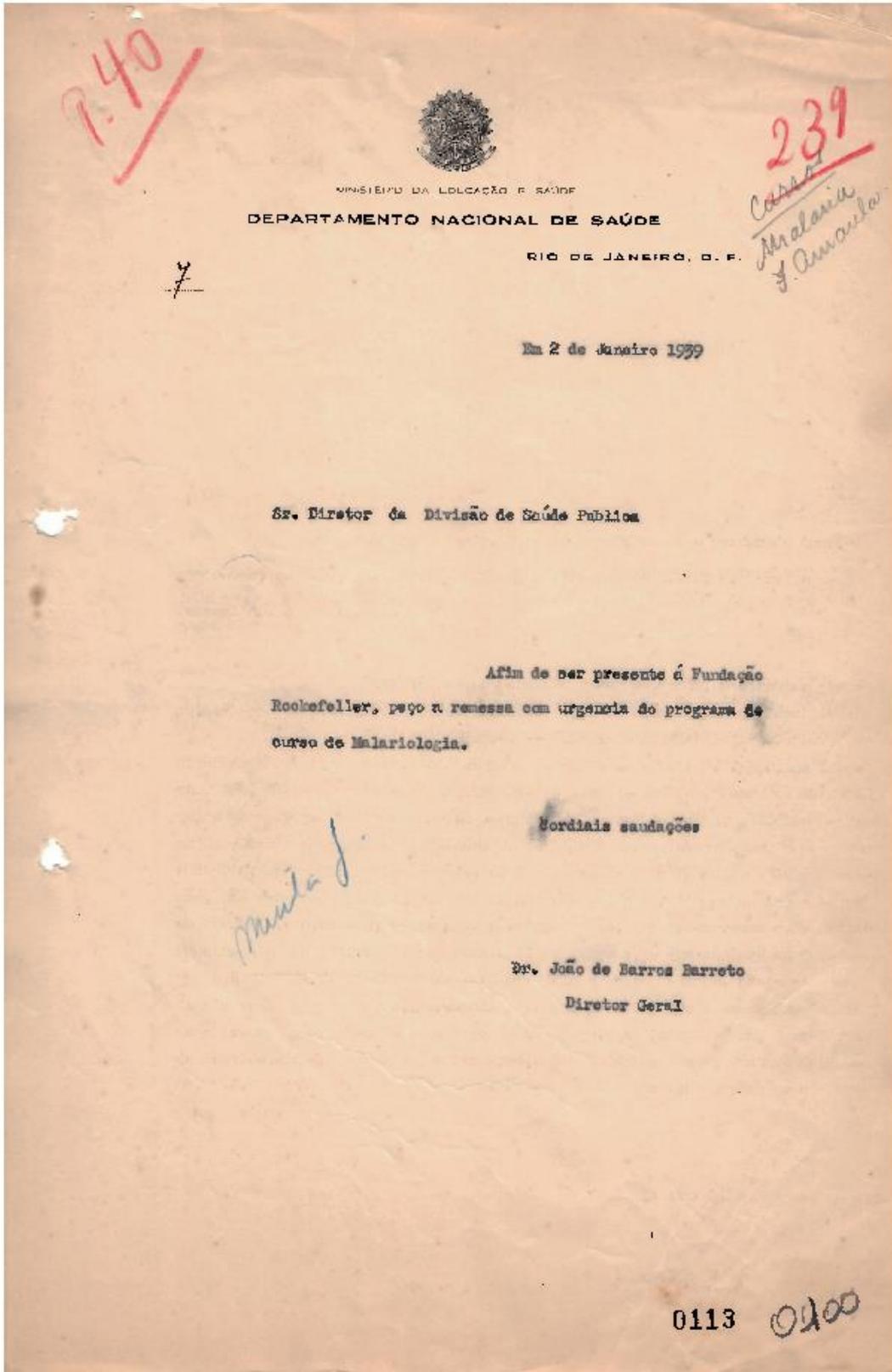
1 9 3 6

- ✓ Dr. Candido de Oliveira e Silva.
- ✓ Dr. Rubens de Siqueira.
- ✓ Dr. Luiz Carneiro Botelho.
- ✓ Dr. Alcides de Azevedo e Silva
- ✓ Dr. Thomaz Pompeu Rossas
- ✓ Dr. Joia Gonçalves Fontes
- ✓ Dr. José Tostes de Campos
- ✓ Dr. Heitor de Oliveira e Cunha
- ✓ Dr. A. F. da Costa Jnr.
- ✓ Dr. João Baptista Risi
- ✓ Dr. Mário Salles Filho
- ✓ Dr. Ernani de Paiva Ferreira Braga
- ✓ Dr. Nicolau Scaldaferrri
- ✓ Dr. André P. de Mesquita
- ✓ Dr. Raul Vieira Braga
- ✓ Dr. Henrique Borges de Oliveira da Rocha
- ✓ Dr. Mario Feio
- ✓ Dr. Silvino Lamartine de Faria
- ✓ Dr. Arnaldo Zeo
- ✓ Dr. Oscar Petersen
- ✓ Dr. Lauro Pinheiro Motta
- ✓ Dr. José Meirelles Filho
- ✓ Dr. Edgar Drolhe da Costa
- ✓ Dr. José Pessoa Mendes
- ✓ Dr. Cloyis Soissons da Rocha
- ✓ Dr. José Gerbase
- ✓ Dr. Danilo Nogueira da Cunha
- ✓ Dr. Francisco Medeiros Dantas
- ✓ Dr. Heráclito Caldas
- ✓ Dr. José Guarana de Barros
- ✓ Dr. Octavio Manhães de Andrade
- ✓ Dr. Alberto Sumachar
- ✓ Dr. José de Oliveira Fernandes
- ✓ Dr. Nelson Felipe Werner
- ✓ Dr. José Alves Teixeira
- ✓ Dr. Agenor Vieira Pimentel
- ✓ Dr. Armando Ponde
- ✓ Dr. Afranio Rodrigues da Cunha
- ✓ Dr. Carlos Ancora da Luz
- ✓ Dr. Ulysses da Cunha Medeiros

40

0236
0270

ANEXO 11 – Solicitação do programa do Curso de Malária para apresentação à Fundação Rockefeller (1939).



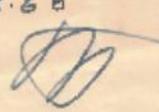
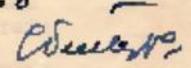
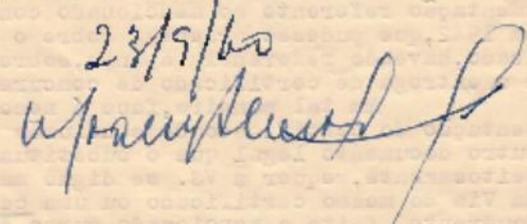
ANEXO 12 - Programa do Curso de Malária (1939).CURSO DE MALARIAEPIDEMIOLOGIAPROGRAMA:

- 1 - Epidemiologia geral - Definição - Fontes e vias de infecção. Estudo da infecção nas massas - Methodos de pesquisa epidemiologica.
- 2 - Epidemiologia da Malária - Principios fundamentaes.
- 3 e 4 - Fundamentos da estatistica applicada. Methodos basicos. Interpretação. Methodos graficos.
- 5 - Geofisica - Meteorologia e epidemiologia.
- 6 - Hematologia e epidemiologia.
- 7 - Splenomegalia e epidemiologia
- 8 - O transmissor e epidemiologia.
- 9 - Applicações praticas de epidemiologia em
- 10 - a) inqueritos
- 11 - b) inspecções
- 12 - c) indicação de methodos prophylacticos
- 13 - d) verificação de resultados.

0115

0102

ANEXO 13 – Fluxo acadêmico descrito no verso do requerimento.

Ao Sr. Belizari U. Alves.
 10.8.60

 Sr. Diretor das Letras
 junto a certidão solicitada pelo
 requerente, que submeto a considera-
 ção de V. Sa.
 Em 8 de setembro de 1960.
 Belizari U. Alves
 Cass. datilograf., 23.
 Ao Sr. Belizari U. Alves,
 para as devidas providências.
 8.9.60

 Recebida certidã
 23/9/60

 0344

ANEXO 14 – Médicos diplomados nos cursos de Higiene e Saúde Pública e Saúde Pública.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

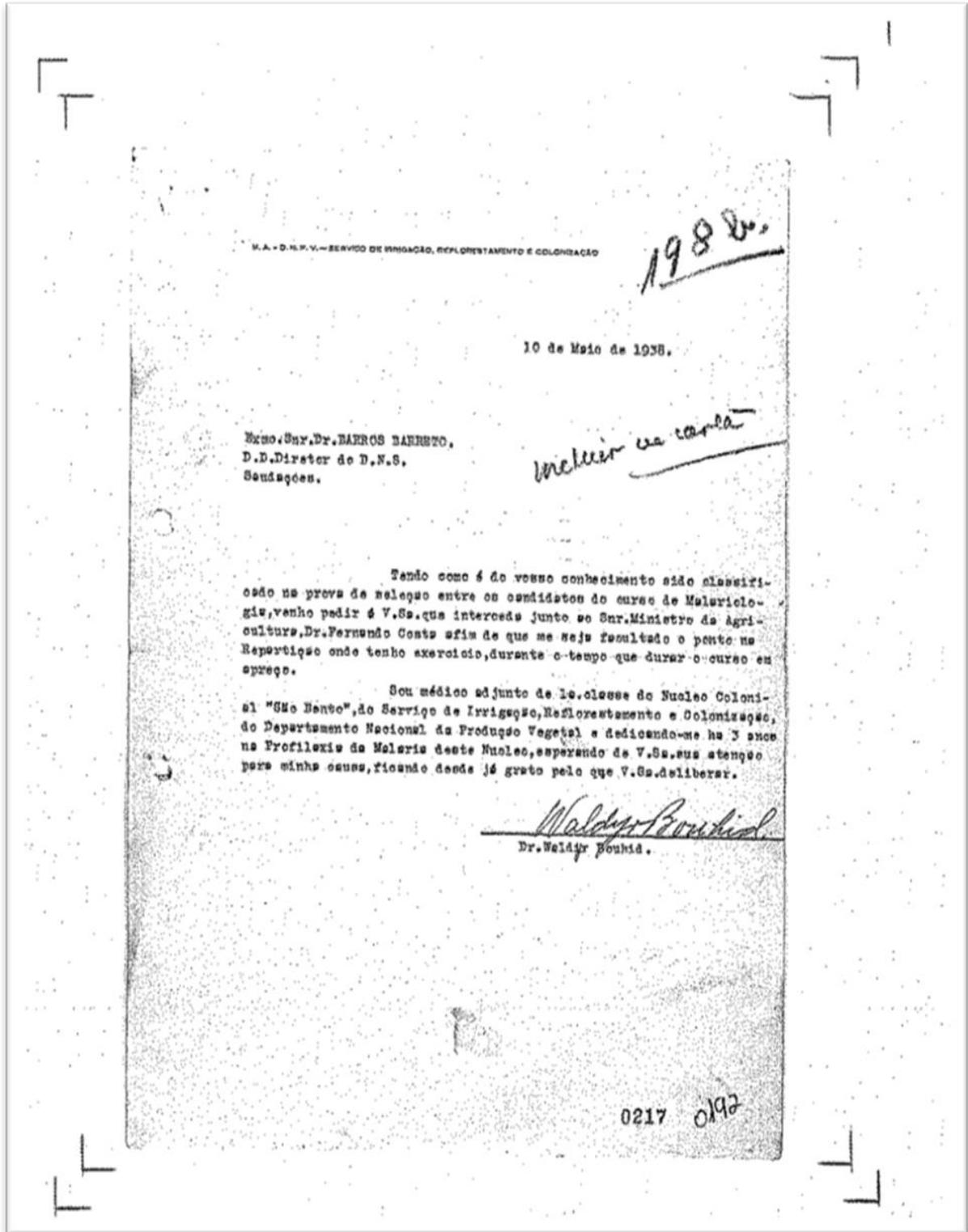
DEPARTAMENTO NACIONAL DE SAÚDE

NÚMERO DOS MÉDICOS DIPLOMADOS PELO CURSO DE HIGIENE E SAÚDE PÚBLICA ANEXO A FACULDADE NACIONAL DE MEDICINA E PELO CURSO DE SAÚDE PÚBLICA ANEXO AO INSTITUTO OSWALDO CRUZ.

1926 - 1927	---	12	
1927 - 1928	---	17	
1929 - 1930	---	12	
1931 - 1932	---	8	
1932 - 1934	---	1	
1933 - 1934	---	6	
1934 - 1935	---	9	
1936 - 1937	---	8	
1937 - 1938	---	5	7.10.01 - 76
<hr/>			
1940 - 1941	---	35	
1941 - 1942	---	16	1.0.0.
<hr/>			
D. 1943	---	20	C.D.N.S.
N. 1943	---	28	
. 1944	---	27	
S. 1945	---	17	
1946	---	17	
1947	---	12	
1948	---	9	
1949	---	13	
1950	---	18	D.X.1.-212
			<u>288</u>

0009
0012

ANEXO 15 – Carta referente ao Curso de Malária (1938).



ANEXO 16 – Documento com data posterior à do curso ao qual se refere.

MINISTÉRIO DA SAÚDE

dezembro de mil novecentos e quarenta e um). Obteve os seguintes resultados parciais nas provas realizadas no Curso de Saúde Pública do Instituto Oswaldo Cruz: Microbiologia e Imunologia aplicada a Saúde Pública (1a. parte), 76,70 (setenta e seis e setenta centésimos); Parasitologia aplicada à Saúde Pública (1a. parte), 81,70 (oitenta e um e setenta centésimos); Microbiologia e Imunologia aplicada à Saúde Pública (2a. parte), 83,30 (oitenta e três e trinta centésimos); Parasitologia aplicada à Saúde Pública (2a. parte), 88,30 (oitenta e oito e trinta centésimos) e Higiene mental, 70 (setenta); no Curso de Higiene e Saúde Pública da Faculdade Nacional de Medicina, de acôrdo com o ofício número treze, de cinco de janeiro de mil novecentos e quarenta e dois, do Diretor Geral do Departamento Nacional de Saúde: Estatística, 65,00 (sessenta e cinco); Fisiologia, 70,00 (setenta); Epidemiologia, 82,50 (oitenta e dois e cinquenta centésimos); Engenharia, 90,00 (noventa); Higiene infantil, 100 (cem); Higiene alimentar, 80,00 (oitenta) e Higiene industrial, 70,00 (setenta), e de acôrdo com o despacho do Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público, comunicado ao Coordenador dos Cursos por documento / assinado pelo Diretor de Divisão do DASP: Epidemiologia e Profilaxia (2a. parte), 50,00 (cinquenta) e Organização e Administração Sanitárias, 50,00 (cinquenta); resultando na média final de 75,55 (setenta e cinco e cinquenta e três centésimos). E, para constar, eu Belisário Martins Alves, Escrevente-Datilógrafo, referência vinte e três, passei a presente certidão que vai por mim datada e assinada, e visada pelo Senhor Doutor Lincoln de Freitas Filho, Diretor dos Cursos do Departamento Nacional de Saúde.

Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1960

Belisário

0347

0280

ANEXO 17 – Destaque para a palavra “cursos” manuscrita dentre outras marcações.

PROGRAMA DA CADEIRA DE PROTOZOLOGIA E ENTOMOLOGIA

1958

A - PARASITAS DA MALARIA

- 1 - Técnica para o exame microscópico do sangue; em camada delgada e em camada espessa.
- 2 - Métodos de coloração do sangue
- 3 - Os elementos figurados do sangue normal
- 4 - Hematoxídeos em geral
- 5 - Estudo morfológico dos plasmodios da malária no sangue humano
- 6 - Exame de preparações ao estado fresco, em cortes, em gotas espessa e em camada delgada
- 7 - Caracterização e descrição do Plasmodium vivax
- 8 - Caracterização e descrição do Plasmodium falciparum
- 9 - Caracterização e descrição do Plasmodium malariae
- 10 - Diagnostica microscópica e diferencial entre as formas de Plasmodium vivax, Plasmodium falciparum e Plasmodium malariae
- 11 - Sistema retículo endotelial
- 12 - O ciclo evolutivo dos plasmodios da malária no mosquito e no homem
- 13 - B - MOSQUITOS
- 13 - Morfologia e classificação dos dipteros hematofagos
- 14 - Técnica de captura, aptagem, exame e conservação dos mosquitos adultos, ovos, larvas e ninfas.
- 14 - Morfologia e anatomia externa dos culicídeos, especialmente dos anofelíneos. Genitalia dos machos.
- 15 - Morfologia e anatomia interna dos culicídeos
- 16 - Desenvolvimento dos culicídeos
Morfologia e biologia dos ovos, larvas e ninfas dos anofelíneos
- 17 - Classificação dos culicídeos em geral
- 18 - Classificação dos anofelíneos. Os anofelíneos adultos.
- 19 - Biologia dos anofelíneos
- 20 - Descrição e hábitos das espécies dos anofelíneos transmissoras de malária, especialmente das espécies brasileiras.
- 21 - Dissecção dos mosquitos.

30 - 3 - 58
As) Dr. Antonio Peryassó

M B

0114

Handwritten notes:
Cursos
S.F. 1/10
4-1-1958
E. Apic
240